

N^o 172

Coleção

TEXTOS

ACADÊMICOS

Ano 2

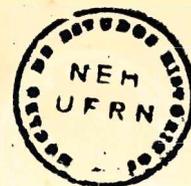
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**INTRODUÇÃO AO
ESTUDO DA HISTÓRIA**

João Wilson Mendes Melo

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



INTRODUÇÃO AO
ESTUDO DA HISTÓRIA

JOÃO WILSON MENDES MELO

*Para a colega
Sônia S. Queiroz, esta
contribuição ao estudo de
História - João Wilson*

Natal, UFRN, 8/9/82

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

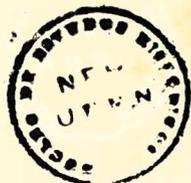
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

NATAL, FEVEREIRO DE 1982

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 172



REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima

VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto

COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro

Maria Salete Pereira da Silva

João Afonso do Amaral

EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira

Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza

Roberto Anderson da Silva

José Tavares Filho

Jonas Rodrigues do Nascimento

Melo, João Wilson Mendes.

Introdução ao estudo da história. Na-
tal, PRAEU, 1982.

218p.

1. História. I. Título.

CDU 93

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima
Reitor

P r e f á c i o

HISTÓRIA E ATUALIDADE

Resumo introdutório

I - HISTÓRIA E ATUALIDADE

Uma tentativa de resumo introdutório

Por que estudarmos hoje as coisas do passado, quando não podemos sequer satisfazer a curiosidade pelas coisas que nos cercam, por aquelas com as quais estamos em contato todos os dias e que são de interesse imediato?

Por que consumirmos com acontecimentos de épocas longínquas a memória e as energias que nos renderiam muito mais se aplicadas a tantos fatos do nosso tempo que não podemos sequer conhecer na sua plenitude? Por que o homem que já viveu, se o homem que vive tem tanto o que ensinar?

Esse raciocínio que indaga assim é bem próprio de uma mentalidade inteiramente absorvida pelo pensamento e pela concepção predominante no tempo: a do econômico e a da técnica.

O filósofo espanhol Eugênio D'Ors fez notar o que chamou de Epifania ou manifestação, assinalando as várias etapas da história universal. São manifestações predominantes no tempo. Predominou o Humanismo, no princípio, o Social, na idade média, o Estatal, nos tempos modernos, o Povo, nos tempos contemporâneos, iniciando-se, a seu ver, hoje, a predominância do cultural que humildemente substituiríamos pelo econômico, pois verificamos que a grande preocupação do tempo é a economia do mundo. Isso porque percebemos a trajetória percorrida pelo que Xenofonte designou de economia, como governo da casa, para economia, como governo do mundo, nos nossos dias. Transladamos do âmbito doméstico para o da cidade, do Estado, da nacionalidade, do continente, de uma das partes do mundo, ocidente ou oriente, da economia

de todo o mundo.

Mas, a referência é para mostrar que há sempre a predominância de um pensamento, de uma concepção. Os temas dessas predominâncias a princípio levam a um exclusivismo. Por isso não surpreende constatar que se pense, que se raciocine somente em termos do econômico. Ainda mais porque, incontestavelmente, por bem ou por mal, certo ou errado, sendo uma elevação ou uma depressão do comportamento humano, as necessidades de alimentar, vestir e habitar, pela má distribuição dos seus benefícios, pela dor física e moral que proporcionam, merecem o lugar que ocupam.

Então, voltados para isso, pareceriam prejudicados, superadas todas as ações, todos os temas, todos os pensamentos que não levassem à consecução dos fins predeterminados, planejados, para uma fuga dessa angústia de morrer de fome, de morrer das moléstias que não deveriam matar mais, dessa angústia de sofrer a privação dos bens que se tende a possuir, ou a angústia de ver os outros sofrerem por tudo isso, de que fomos livres, por uma graça, por um favor, por uma contingência que não sabemos ao certo explicar.

Justifica-se, assim, no primeiro impacto, que o conhecimento da situação do mundo atual causa ao indivíduo do século XX a hipertrofia daquilo que materialmente mais o impressiona. Justifica até muito mais que isso. Dá lugar a essa nevrose coletiva. É demais para o indivíduo manter o equilíbrio nervoso quando a estabilidade se compromete com a sobrecarga num dos lados da balança emocional. Antes, no tempo, ele conhecia apenas as suas dificuldades e desventuras, e as de alguns mais, que lhe estavam bem próximos. Hoje, as comunicações fáceis, a imprensa, o rádio, trazem sobre ele, no mesmo dia se o quiser, o peso de todas as des-

graças que ocorreram no mundo, as catástrofes, os terremotos, as inundações, os homens que tomaram de fome na Índia milionária, os que morreram nos cárceres da China, os que foram fuzilados em Cuba, os que se desempregaram e as crianças sequestradas nos Estados Unidos, o homem que se suicidou com a família no desespero de não poder mantê-la, na cidade de São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, Brasil.

E em meio a esse impacto emocional nascido dessa visão total do que ocorre num universo que não tem mais mistérios, porque é vasculhado em todos os sentidos e de tudo é informado, vem a convicção de que, realmente, o mundo é uma unidade, está tão intimamente ligado, interdependente em todos os seus grupos humanos, como as famílias o estão umas das outras, no mesmo grupo e como as pessoas dentro da mesma família. A grande visão é a do universo, o problema da fome é do mundo, também o da saúde, o da moral, o da cultura, o do destino, o da sobrevivência.

Antes, pensou-se apenas na origem da humanidade. Teria sido uma origem única? Teria havido vários nascimentos de homens sobre a face da terra? Teria vindo espontaneamente, teria sido um produto da evolução? De hó muito é pacífico que houve uma única origem; que sendo o homem superior a todos os seres vivos da natureza, deve ter sido originado de um ser maior em poder e inteligência, pois não pode um inferior produzir o superior; que o processo do homem pode ter sido uma evolução ou outro qualquer, sendo certo, porém, que foi um processo divino.

Pensou-se no destino. Não tem a humanidade destino algum determinado? O seu destino é o prazer? É a formação do super-homem, dos líderes, dos eleitos a quem a massa deve servir? Ou o seu destino, como parece mais lógico é o de voltar ao seio

do que lhe originou? Princípio e fim da humanidade, duas perguntas que o estudo da História sugere ao historiador: De onde vem a humanidade? Para onde vai a humanidade?

Na terceira pergunta: quais os fatores que influem no desenvolvimento da humanidade? estão as maiores implicações do comportamento ideológico dos homens. Ao admitir a origem divina e o fim de retorno ao criador, afirmar-se-á, logicamente, que o principal fator é a providência divina; que a geografia, que o clima, que o ambiente social, que a psicologia, que a cultura, têm a sua parte no comportamento, no desenvolvimento, no destino do homem. Ou então, se rejeitamos a presença da providência, que um desses fatores, somente, é o impulsionador, o determinante do procedimento humano; poderá ser o fator social, o amor da humanidade; poderá ser o econômico, a luta pela sobrevivência material. Então o homem teria sido teológico, metafísico, hoje positivista; ou teria sido feudal, hoje capitalista, amanhã socialista.

A formulação da resposta a esta terceira pergunta da filosofia da História - quais os fatores que mais influem no desenvolvimento da humanidade? - está para muitos observadores e estudiosos em franca elaboração.

Muitos já concluíram. Acharam bastante a revelação dos livros sagrados frente à confirmação dos fatos, ou simplesmente à observação dos fatos. Para tanto tiveram que debruçar-se sobre a história universal, sobre o retrato de corpo inteiro do homem universal; em qualquer lugar em que ele viveu em qualquer tempo, sendo tudo isso uma história só.

Assim, o que aconteceu há milênios, juntava-se ao que aconteceu há apenas umas poucas centenas de anos; juntava-se ao

que aconteceu no ano próximo passado, para uma conclusão. O que ocorreu no berço da civilização, no chamado crescente fértil, próximo ao Tigre e Eufrates, com os fatos das margens do Tibre, do Danúbio, do Sena. Juntando, assim, os fios dispersos do que pareceria um emaranhado, para tecer a imagem que o tempo e os fatores formularam, por um mero acaso, para muitos, sob o influxo de uma causa maior, para outros e para nós.

O conteúdo da filosofia da História é a História Universal. Muita matéria-prima ela exige para a elaboração das suas leis.

O historiador narrativo Heródoto, no âmbito restrito da história que ele conhecia, mas a História de todo o mundo conhecido do seu tempo, chegou a concluir e determinar que foi a alternância das vinganças a regra perene da História.

Santo Agostinho divisou uma luta constante do Bem e do Mal, entre as duas cidades, a do homem e a de Deus e na sua obra A Cidade de Deus, formulou, pela primeira vez, o sentido universal da História. A humanidade como uma entidade, uma comunidade máxima, pois tinha uma mesma origem, um mesmo destino e estava sujeita aos mesmos e constantes fatores, subordinados todos pela causa primeira dos fatos e dos acontecimentos.

A época teocêntrica da História, a Idade Média, seguiu essa visão total do universo. Quando, posteriormente, se pretendeu dar à História um autêntico caráter científico, procuraram-se as origens, as causas de todos os acontecimentos, e as suas consequências, para incluí-la na clássica definição de Scientia est cognitio rei per causas. Mais se acentuou, então, o seu sentido de universalismo.

Nesse sentido é que a estuda o filósofo da História,

Hegel, dando uma ênfase magistral aos fatores físicos e geográficos, constituindo estes o que ele chama de fundamentos geográficos da História. E, assim, estabelece o caráter do homem do planalto, do homem dos vales e do homem do litoral, em perfeita consonância com a narração das antigas civilizações.

Arnold Toynbee, dessa visão de conjunto da história do homem sobre a terra, separa nitidamente as civilizações pela sua duração, pelo seu grau de adiantamento, pela sua contribuição ao progresso geral da humanidade.

Em tudo, portanto, a dedução de que, sem o conhecimento de toda a História do homem, onde e quando ele tenha vivido, não se poderia compreender nenhuma civilização isolada, não se poderia ter perfeita visão de nenhuma época da vida da humanidade. Dedução mais lógica ainda é a de que sem a História do passado, não poderíamos compreender o presente. -finalmente, que a História é indispensável para que possamos compreender o mundo.

Toynbee estabelece, ao dizer as tarefas do historiador: "Num mundo provido de armas atômicas, se não completarmos o processo de unificação, correremos o perigo de destruir a civilização e até a própria vida sobre a terra". "Sem exagero, agora, ou a humanidade aprende a viver como uma só família ou se destrói. Admitamos que a realidade não chegou a ser tão dramática, mas é dramática bastante para fazer no mundo todo um público crescente se tornar preocupado com a História".

Estaremos, então, diante de uma disciplina, de uma ciência que nos terá de dar uma visão geral do mundo e da vida. Essa visão é indispensável na preparação do homem para a auto-determinação e para a vida social. Através dela estaremos liga-

dos a todos os demais membros da família humana. Um grande sarau em que estudaremos em conjunto os problemas. Pena que o diálogo tenha que ser somente entre os homens do presente, sob a imensa galeria dos que estão no passado, fornecendo cada um destes, no entanto, pela sua vida, suas lutas, suas vitórias e seus fracassos, a experiência que desejamos ter.

Não é procurarmos os exemplos. O pragmatismo passou, fazendo da História uma coleção de exemplos, para que ela fosse pelos fatos bem escolhidos, colecionados e arrumados, a chamada mestra da vida. A tendência dos autores tirou-lhe muito a autoridade de mestra. Tucídides, sendo ateniense, contou a guerra do Peloponeso da maneira conveniente ao espírito ateniense. A História da última grande guerra contada por um britânico não dará os mesmos exemplos da mesma história contada por um alemão. Passados os anos, os decênios, os séculos, os homens novos estão limpos das influências que os homens de então tiveram. Não poderão reagir com a mesma força e, talvez com força nenhuma, às conclusões que os historiadores lhes trouxeram. Se eles invariavelmente aquiesceram às suas tendências, como saberei, lendo Tucídides, dá verdade, para minha orientação?

No grande sarau, então, os circunstantes têm presentes as vidas que apareceram como líderes, como condutores e as vidas que ficaram diluídas nas massas. Todas elas compõem o coletivo. A princípio, as comunidades, depois o universo.

Não poderemos mais olhar como Bossuet, do alto, o desfile das civilizações porque nós estamos também em baixo, com elas, na planície, e somos os últimos da grande caravana; atrás de nós o tempo toma corpo e é uma penumbra e uma interrogação. Ainda não podemos olhar como Bossuet, do alto da montanha, por-

que essa última tarefa da História, - de compreender o mundo, - não se realiza na contemplação pura e simples do desfile das civilizações, mas terá de deitar-se sobre cada uma, demoradamente, e sobre todas, em conjunto a ver-lhes muitos dos detalhes e ver o encadeamento entre elas.

Porque é sobretudo pesquisa, prefiro o sarau, depois que outros trabalhos, como modernamente o da picareta, nos campos, ferindo o coração das colinas, para encontrar a vida coletiva que se apagou e que foi sepultada pelos ventos e pelas tempestades. Ao fogo da lareira, nestes íntimos contatos dos gabinetes ou das salas de estar, ou ao fogo da avidez de cada aluno, nas classes, dos alunos em que se acendeu a curiosidade. Rabelais ensina que o aluno não é um vaso que se enche, mas uma chama que se acende.

Aguayo diz que "a história ensina a compreender a sociedade atual, com suas aspirações, suas lutas, suas instituições, seus ideais, narrando o que tudo isso foi nos tempos passados".

Essa concepção de que a história é indispensável para compreendermos o mundo, resulta na necessidade de uma história verdadeira, expurgada das lendas, a não ser no fundo de verdade que todas elas têm, expurgada das hipóteses, expurgada das afirmações tendenciosas de alguns autores pragmáticos. A verdade histórica - como objetivo.

Só a pesquisa, então, poderá fornecer esses elementos de verdades, essenciais. Modernamente, a arqueologia realiza parte desse trabalho. Quando o arqueólogo alemão Schliemann quis revelar para o mundo se era lenda ou não era lenda tudo que Homero contava sobre Tróia, foi para a Ásia Menor, mais ou menos

à altura de onde teria sido a cidade. A *Iliáda* em punho, procurou fixar os lugares de acordo com as dissertações do poeta. Chegou a fixar o sítio onde teria sido a cidade, e a picareta dos seus homens revelou um tesouro à História. Tróia existiu de verdade. Ele próprio encontrou um tesouro, que pensou ser do rei Príamo e que depois se verificou ser de um rei mil anos mais antigo que este. Um tesouro verdadeiro, numa cena que Emil Ludwig nos conta: fazia um sol quente quando os primeiros sinais do tesouro começaram a aparecer; era preciso dispersar a turba de mercenários árabes que trabalhavam; sua mulher que o acompanhava propagou que era dia de aniversário do arqueólogo, motivo para terminar o trabalho; e quando todos saíram, sob o seu chale recolheu o que pôde do grande tesouro que veio para os museus do mundo. Ele próprio completou a história, descobrindo no território grego os túmulos de Agamenon e Cassandra.

Na Mesopotamia ou no Crescente Fértil, o arqueólogo Wooley comprova a existência do dilúvio bíblico e Koldwey encontra os fundamentos da torre que Nabucodonosor I mandou construir sobre a primitiva torre de Babel.

Um mundo, portanto, para se reconstituir na história, para reconstituir na verdade histórica. A pesquisa empolga pelo que redescobre ao nosso conhecimento, pelo que aumenta de conteúdo na História.

E ao tempo em que a educação não é apenas informativa, porém é essencialmente formativa da mentalidade, do caráter das gerações novas, a pesquisa dá um aspecto dinâmico ao estudo de História, ao mesmo tempo que é um elemento indispensável para estruturação do caráter e da personalidade.

Dentro do mesmo espírito de servir-se do passado para

compreender o presente, Aguayo ainda estabelece que "a história exercita o raciocínio conjectural que desempenha papel importantíssimo na vida quotidiana. Ensina a pesar as probabilidades que estão em conflito, a estimar os diferentes graus de probabilidade, a formar juízo sólido sobre o valor do testemunho humano". E diz: "As mesmas operações mentais de que nos utilizamos para decidir se é ou não certo ter Cristovão Colombo nascido na Galízia, são necessárias para averiguar se foi Fulano quem quebrou ontem a lâmpada da esquina".

Muitos têm sido os métodos usados para maior eficiência desse metier de dar ao aprendiz de História a compreensão exata dos seus dias, pela compreensão do passado. Pelo quê, se chega a estabelecer que a história não se aprende, a história se compreende.

Em algumas escolas alemãs, de grau primário e médio, procurou-se aplicar com certo êxito o método regressivo, isto é, começava-se o estudo de História, pelos fatos contemporâneos, depois os modernos, os medievais, os antigos e, por fim, a pré-história, ou história primitiva. Dizia-se que era mais fácil aos alunos a compreensão dos fatos contemporâneos que poderiam lhes ser apontados até certo limite, cujos exemplos estavam muitas vezes à vista, pelos jornais, pelas publicações da própria época. À medida, porém, em que avançassem os alunos em idade e faculdades mentais de compreensão e raciocínio, poder-se-ia ir regredindo no tempo até à mais remota antiguidade. Muito lógico o método e deixa ver bem claro o propósito dominante da compreensão da história, porque os fatos se iam encadeando no sentido regressivo, na razão direta do alcance intelectual do aprendiz. Desenrolar-se-iam de conseqüências para

causas, até as primeiras causas. Depois, nas classes superiores, a marcha seria no outro sentido. O trabalho do homem, desde o início, para aperfeiçoar-se, para aperfeiçoar os seus instrumentos materiais, sociais e morais de vida. A conexão perfeita entre presente e passado, vista de um para o outro, em dois sentidos.

De uma forma ou de outra, neste método ou não, essa relação sempre evidente entre o passado e os dias que vivemos, sob a orientação de quem preparado para isso, será elemento dinâmico nessa formação do homem para a vida em sociedade.

A História da Cultura que é mais do que História da Civilização, que é mais do que História Política, do que História Social porque não se limita apenas ao máximo de realização de um povo, mas desce à sua arte popular, às suas credices, porque vê o povo em profundidade, é assim, a de maior conteúdo, a que melhor serve para esta formação. Através dela poderemos ver com mais precisão, porque maior o número de elementos estudados, os fatos constantes, para dedução das leis da história, as relações constantes entre os fenômenos e as suas causas.

Daí por que, quando se quer dizer a História, reconhecendo-lhe um único móvel, um único fator propulsor, como se faz com o econômico, conta-se a história pela metade, esconde-se a verdade histórica, formando-se conseqüentemente mentalidades defeituosas e deficientes.

A História não é, portanto, disciplina de memorização, teórica e distante do momento que vivemos. Ela está em perfeita conexão com os dias atuais. Dir-nos-á, como os fatos de hoje se processaram no tempo, dir-nos-á como nasceram todas as instituições, todas as coisas que nos cercam hoje em dia, das quais nós não prescindimos, moralmente, socialmente, economicamente. E so-

mente as entenderemos na sua plenitude, somente as movimentaremos para o progresso, para o aperfeiçoamento, se as conhecermos desde as suas raízes.

Essa conduta dos fatos e dos destinos coletivos pertencia antigamente aos reis, aos dirigentes máximos. Nas democracias pertence ao povo.

M. Reinhard, professor da Sorbone, em "L'Enseignement de L'Histoire" diz: "Durante longos séculos os delfins, os príncipes, os filhos das classes dirigentes, recebiam um ensinamento histórico julgado indispensável para prepará-los à atividade que os esperava. Eles deviam saber os segredos que permitem conduzir os homens, os exemplos de sucessos felizes e infelizes, os títulos mesmos que eles deviam fazer valer para impor sua presença ao povo e sua política aos seus indivíduos. Em um mundo democrático, quem não é delfim, príncipe ou dirigente? Cada um é associado, mais ou menos, à conduta da comunidade..."

De sorte que, se o povo exerce o comando de sua própria civilização, dirigindo sua organização social e política, através de representantes, ele é que precisa ter os conhecimentos que eram transmitidos outrora aos delfins e aos príncipes. Eis por que, a História é mais do que nunca indispensável. Agora, num sentido coletivo. E dentro desse objetivo, imprescindível é o ensino de uma História científica, genética, como a chamamos, quer dizer, de uma História verdadeira, global, universal, filosófica enfim. De uma História que pode ser vivida, desde que o encadeamento entre todos os fatos estabeleça bem visível o fio que se perde no horizonte do tempo, desde que a correlação seja bem nítida com a atualidade que vivemos.

Se o homem tem, pelo menos teoricamente em algumas par-

tes do mundo, o comando de suas instituições, se é ele quem faz os seus governos e o exerce, é necessário verificar que antes, longinquamente, eram agentes históricos apenas os reis e os generais. Além deles, a massa. Assim nas civilizações primitivas, já em resultado de uma evolução daquela fase mais antiga em que não aparece indivíduo algum e somente a massa. Nessas primitivas civilizações, construtoras dos grandes impérios em que se costumou dividir a história, assírios, caldeus, persas e grego-macedônios, nenhum homem aparece, ou mesmo nenhum pequeno grupo de homens, afora os dirigentes.

Assim, todos os demais povos da antiguidade - os egípcios, os fenícios, os hititas, os cretenses. Uma arte de quase perfeição em todas as suas manifestações. Uma ciência em princípio, mas de revelações surpreendentes que modernamente têm sido consideradas para um aperfeiçoamento; tudo em pleno anonimato quando não são os seus reis os autores. Na sua vida religiosa, os deuses estavam bem distantes. Somente os reis, sacerdotes supremos, ou os sacerdotes delegados dos reis, poderiam conviver com os deuses. O homem tinha, mesmo em religião, e foram essencialmente religiosos, um papel coletivo. Se na vida comum, os seus dirigentes conduziam e faziam o seu destino, na vida religiosa, ou na vida sobrenatural, os deuses dispunham dos reis e da massa dos governados.

Surpreendente na arte maravilhosa que alguns nos legaram, como a egípcia, como a caldeico-assíria, o anonimato. Na arquitetura, a suntuosidade, na escultura, a estatuária de retrato, na pintura, quadros de um movimento verdadeiramente cinematográfico, no dizer de Grousset, e de nada disso se sabe o autor. Feitos por ordem dos reis, feitos para louvar as divindades, feitos

para a memória dos reis. O homem inteiramente anônimo.

Mas, verificamos, em seguida, que com os hebreus, começa o homem a destacar-se da massa. O fundamento religioso foi o principal. O homem poderia dirigir-se diretamente a Deus, e os seus patriarcas e os seus antepassados muito receberam diretamente de Deus. Ainda, eram muitos os seus dirigentes, tantos quantos o número de suas tribos. Ainda escolhiam nas oportunidades de luta, os seus juizes para dirigi-los - outros homens que se destacavam. E a figura dos profetas, sobretudo na fase dos Reis, pregando até contra os mesmos soberanos, contra os seus costumes; todos eles saídos da massa, destacando-se da massa. E estavam para Deus, cada um, na mesma relação dos reis. É longa a história dessa libertação. Na antiguidade clássica, com a prática da democracia entre os gregos, porque os acidentes de seu continente os obrigavam aos pequenos aglomerados autônomos, cidades-estados, e com as lutas pela igualdade civil, religiosa e econômica entre os romanos, assume aspectos de epopéia. Destacaram-se e foram livres apenas alguns. E a luta continuou. O Cristianismo completou o processo de destaque e de libertação do homem. Foi a maior revolução de todos os tempos. Dizer ao general romano que ele era igual ao escravo nômada ou judeu, que suas mulheres tinham os mesmos direitos que eles, homens, era um tal escândalo que hoje não podemos calcular. Mas ele venceu. Ele civilizou os bárbaros. E não mais o homem voltou a diluir-se na massa, mesmo quando as nacionalidades surgiram fortes e o absolutismo triunfou.

Uma revolução sob um triângulo sonoro de palavras - libérté, égalité, fraternité - sem os fundamentos do cristianismo e às vezes até contra ele, deflagrou outra luta pela libertação.

E dessa luta toda, através do tempo, resultou este estado de o povo influir e constituir o poder, de qualquer homem surgir da massa.

Só a História, portanto, nos conta o porquê deste estado de meia liberdade política. Tangenciando desse ponto de partida, poderemos trazê-la presente a todos os momentos da vida atual.

Se a liberdade é a nossa grande preocupação porque o nosso grande direito, a História nos dirá quem nos trouxe a liberdade, aumentará o ardor pelos que a defendem e o desprezo pelos que a querem perder ou roubar.

E se o equilíbrio econômico nos fixa exatamente nesta época que chamamos de econômico, a História nos dará a compreensão exata do momento que se vive, mostrando um mundo dividido sempre lutando. Nações que são pró, nações que são contra. A subsistência material dinamizando a vida, facilitando ou dificultando a vida espiritual, pela ausência muitas vezes do mínimo necessário.

Os três fatores - recursos naturais, trabalho e capital, constantes nas preocupações de um equilíbrio, escassos e difíceis de aplicar para melhorar a vida de todos, em todos os tempos.

Entre aqueles, a terra a perturbar a paz. Como ela sempre perturbou?!

Quando nômade e caçador, o homem percorria-a incessantemente, e a altura dos planaltos o colocava acima da disputa pelo chão que pisava. Mas, quando ele desceu para o vale e aceitou o repto da torrente dos rios, da hostilidade de um ambiente, do sacrifício, do preço que exigia para fornecer pela sua terra o de

que o homem precisava, ele parou, sedentarizou-se. E depois de disputar a terra aos elementos e às dificuldades naturais, passou com o tempo a disputá-la aos outros homens.

Os grupos posteriores que desciam às planícies, desciam também nos instintos selvagens e conquistaram pelas armas as terras que outros já haviam tornado mais propícias à agricultura.

E nessa fase em que o homem estava diluído na massa, as civilizações como a caldaico-assíria e a egípcia, nos dão exemplos das propriedades pertencentes aos palácios ou aos templos, que eram verdadeiramente gerentes da economia nacional.

Já em Atenas e Roma, a ocupação das áreas nacionais, acontecendo entre os grupos que chegavam em camadas sucessivas à região, determinou uma posse privada. E a desigualdade de condição social e econômica entre os homens criou a classe dos que detinham o poder e tinham por assim dizer todo o direito ao bem-estar, e as classes que gradualmente perdiam direito ao bem-estar, até à última escala dos que não tinham sequer direito à vida.

Inicia-se então, na Roma republicana, a luta pela igualdade econômica, posteriormente àquela que se feriu pela igualdade civil e religiosa. E é realmente uma questão agrária que existindo então, desde então começa a fornecer elementos para a formação dos nossos pontos de vista.

Se os primitivos conheceram três tipos de propriedade, a individual, a familiar e a comum, predominando o último tipo, entre os romanos não há dúvida que predominou a propriedade particular, e entre eles é que se iniciou a questão pela propriedade da terra, essencial à agricultura. Mas, sobretudo

com a queda do feudalismo é que a propriedade individual sobre os bens imóveis toma as feições com que aparece aos nossos dias, estabiliza mesmo as suas estruturas.

Na Irlanda de Parnel, uma Liga Agrária lutava. Eça de Queiroz, numa das Cartas de Inglaterra, fala da grande figura do rei sem coroa e faz notar que o seu principal ponto de luta é a terra. A Irlanda pertencia a uma dúzia de lords. E como chegaram aquelas grandes porções de terra a pertencer àqueles homens? Pelo trabalho de cada um? Pelas virtudes ou pelos serviços prestados em favor da coletividade ou da pátria? Dizia o escritor: "O solo, é claro, pertence ao lord. Por que título não sei; talvez uma das suas avós, numa noite em que estava mais decotada, atraísse o inconstante olhar do amável Carlos II, nos saraus galantes da Restauração; desse olhar provém, acaso, esta bela propriedade".

Roma, Irlanda, Rússia, México, Cuba, Nordeste do Brasil. No século II a.C. e os séculos XVIII e XX. A questão da terra ainda atual. Aquela passado em que ela se inicia parece mais próximo quando vemos que as mesmas questões são debatidas, que as injustiças são praticadas e que têm a possibilidade de inflamar o homem no mesmo ardor.

Quando algum dia ela for resolvida pelo amor, antes que pelo ódio, sua solução trará, como afirmação do progresso humano, material e espiritual, significação muito maior do que a criação dos caminhos aéreos, do que o conhecimento das ondas hertzianas e dos átomos.

Não terá sido pelas injustiças dos homens para com os homens, injustiças longa e abundantemente praticadas, mais do que pela devassidão de costumes, ou pelo menos pelas duas razões, que muitas civilizações, no dizer de Toynbee abortaram, foram inter-

rompidas ou foram destruídas? Pompéia e Herculano teriam perecido somente pela devassidão dos costumes morais? Não teria o grande número de escravos influído mais para a queda de Roma sob os bárbaros do que o seu próprio enfraquecimento pela devassidão moral? Não foram as injustiças morais, sociais e econômicas que pesaram mais para a revolução francesa do que a vida amoral da corte? Não será em nossos dias, mais pelo comportamento de indiferença pelas três quartas partes da população que passa fome, do que pelo seu procedimento moral, que uma civilização está em perigo de ver mudar a sua razão de ser e as suas estruturas, numa transição certamente perigosa para a liberdade e num futuro duvidoso para a mesma liberdade?

Como são necessários esses fatos em seu conjunto, para uma tomada de posição na vida de hoje!

No princípio o arco-íris significou, depois da catástrofe do dilúvio, o sinal da aliança do homem com Deus. Quando a questão da terra for resolvida com justiça e as injustiças banidas, então passará o arco-íris a significar a aliança do homem com o homem.

Finalmente, a lógica dos dias atuais, nestes dois temas - a liberdade e a terra - como em todos os demais assuntos, é o que se há de procurar na História. Conhecendo a razão de ser de tudo o que nos cerca, de todas as conquistas do homem para um bem-estar relativo, daremos mais valor ao trabalho do homem, artífice e operário dessa grande indústria.

Parece até que ouvimos o som de uma bigorna, batendo sem cessar, cantando sempre na distância dos séculos. Desde que recebeu a missão de trabalhar, ou a obrigação de trabalhar para redimir-se, tem o homem trabalhado por uma redenção que muitos,

isoladamente ou em alguns grupos, não conseguiram, mas, coletivamente, vai o homem conseguindo. A história desse trabalho empolga e dá uma fé imensa no homem. Serve para formar, realmente, cidadãos de Deus e do mundo.

E o som da bigorna terá de aumentar sempre, porque urge acelerar o ritmo do trabalho. Muitos não trabalham e muitos estão em desempregos disfarçados e três quartos da população do globo passam fome. E um tecnicismo imenso está nascendo. A máquina aumenta em número e assume proporções fabulosas. Que distância e que longa história, desde que apareceu a roda entre os sumerianos e que a engrenagem dos moinhos era uma presença de mais poesia na paisagem... E a técnica e a engrenagem não pararam de crescer. E no século da cultura ou do econômico, parece até superporem-se ao próprio homem e com o fundo de materialismo que por vezes as anímas, deixam a temer pelo destino do homem, que em dados momentos existe porque a máquina precisa dele. Nesses momentos dom Quixote não é o herói; o herói é o moinho. Mas, muitos são os meios pelos quais já se tentou destruir o homem e o seu trabalho. Em algum tempo a injustiça e a devassidão fizeram mais para esse fim do que a injustiça e a devassidão de hoje, do que a hipertrofia tecnicista de hoje. A virtude de alguns homens, no entanto, salvou suas cidades.

Por isso, o homem nos vem do passado de pé e continua de pé. Se o passado contribuiu decisivamente para esse presente, nosso presente que será história, amanhã, contribuirá para formar o futuro, produto em parte do que aprendemos, do nosso trabalho e até do nosso lazer.

Assim, a História deve ser estrutural e não somente dos fatos. Nunca preocupar-se unicamente com setores isolados,

para não desintegrar-se, para que seja visto o homem, como dissemos, de corpo inteiro, de frente e também de perfil, não como os criminosos, mas como os egípcios o pintaram, colhendo e trigo e colhendo a flor do lótus. (X)

(X) Conferência pronunciada em 1963 na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do R. G. do Norte, em Natal.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA

II - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE HISTÓRIA

1 - A História antes dos historiadores

O pensamento mais remoto, que considerou a questão da origem do homem, dos primeiros grupos cujos sinais de vida são tênues, seu desenvolvimento, sua duração, suas idéias, suas influências, o valor de suas vidas em face de suas realizações, ou o só desenrolar dos acontecimentos, embora de uma forma simples e ingênua, já é um pensamento histórico.

A própria explicação da vida e do trabalho em comunidade, através de uma concepção teológica, na dependência dos mil deuses que possuíram, é, na sua essência, uma reflexão histórica, pois referente ao passado do homem.

Os patriarcas entre os hebreus e depois os chamados logógrafos entre os gregos, pensaram e disseram sobre as origens, sobre um tempo que não podia ir muito além, a não ser nos impulsos de uma imaginação já criadora ou das deduções de um princípio de raciocínio, ou ainda em virtude de uma revelação. Os patriarcas para fundamentarem o crescimento de sua descendência, os logógrafos para exaltarem seus antepassados, seus mitos e seus deuses.

Antes, portanto, dos historiadores, havia pelo menos, um pensamento histórico; pensamento livre, assistemático, com o sabor da simples curiosidade inata e nascente, por isso bem autêntico e bem promissor.

2 - Acepções do termo "História"

O termo "História", tem acepções diferentes conforme concepção dos gregos e, posteriormente, dos alemães.

Assim, enquanto na Grécia era considerado, a princípio, em sentido subjetivo, passando depois ao objetivo, na Alemanha, partiu do sentido objetivo para o subjetivo.

Foram as seguintes as acepções do termo "História", entre os Gregos: significava, de início, a tarefa de pesquisar, que procurava saber os fatos e acontecimentos, chegando, afinal, a significar a transmissão do conhecimento histórico adquirido.

O significado nos idiomas germânicos partiu da expressão Geschehen ou suceder (objetivo) para chegar a Geschichte, conhecimento e narração do sucedido (subjetivo). (1)

As últimas acepções fazem da História o conhecimento, a narração e a interpretação do sucedido. Constituem, realmente, o significado moderno, vindo, assim, de uma evolução desde data bastante remota.

3 - Assunto da História

Em que temas se exercia e desenvolvia o trabalho dos investigadores da história, que conhecimento eles colhiam, sobre que falavam e o que transmitiam depois, oralmente ou pela escrita?

Não há dúvidas de que os assuntos dos quais se ocupavam eram relativos aos fatos humanos. Algumas vezes relaciona-

(1) Villade, Zacarias Garcia. "Conceito, Evolução e Filosofia da História". Livraria Clássica Editora. Coleção Gládio. Lisboa. 1942.

dos com um homem só, pela sua importância nos acontecimentos; na maioria das vezes os fatos decorrentes do homem em grupo, agindo coletivamente, pois, só assim tinham expressão digna de ser colhida como bagagem do conhecimento e notícia a ser transmitida. Muito especialmente, ou excepcionalmente, fatos puramente individuais merecem a consideração de figurar na História. Isso ocorre, no entanto quando esses aspectos individuais têm influências na ação do homem como dirigente ou líder, e acusam repercussões, ou seja quando ele aparece na posição de uma explicação, de uma causa do fato principal coletivo que é sua consequência.

Mas, mesmo se tratando dos feitos dos homens como entidades sociais, coletivas, não são em todos os tempos, todos os fatos que interessam ao historiador, conseqüentemente, ao conhecimento histórico. Para facilitar a compreensão do tema, consideremos as classificações mais substanciais dos fatos históricos.

4- Classificação dos Fatos Históricos

Para a determinação da importância de que se revestem os acontecimentos e, conseqüentemente, sua entrada ou não no rol dos feitos humanos, as classificações de Xenopol e Bernheim são guias bastante eficientes. Xenopol classifica os fatos em: a) feitos de repetição ou in-históricos e b) feitos de sucessão ou históricos. Entre os primeiros estão aqueles que mesmo aparecendo, repetidamente, através do tempo, não têm ressonância nos outros acontecimentos. Poderiam ser destacados, isolados, seccionados, sem que com isso se perturbasse ou alterasse o juízo sobre um povo ou uma coletividade. Eles não são causa nem conse-

quência de nenhum outro fato. Entre os feitos de sucessão, estão os que dependem de outros, que estão encadeados com os demais, que se antepõem ou que se sucedem, de tal sorte que seria impossível esquecê-los sem que se perturbasse o conjunto de uma vida coletiva e a compreensão do seu papel no mundo. Esses é que são, realmente, na sua classificação, feitos históricos.

Bernheim os classifica em: a) singulares; b) típicos, e c) coletivos.

Os Singulares são os individuais que só terão valor para a História se providos de algum relevo e de alguma significação construtiva.

Típicos são aqueles que pela sua constante repetição tornam-se até característica de um povo, ainda que seu valor, não sendo político, seja do domínio apenas dos costumes, do folclore ou do seu lazer.

Coletivos, aqueles que têm a coletividade como protagonista, isto é, são resultado de uma ação conjunta, da multidão, das classes, do povo em geral. São aqueles atos de vontade popular que contribuem para as revoluções, as guerras, ou os grandes movimentos sociais, as exigências das chamadas massas populares. Poderão provir de pressões das maiorias ou das minorias políticas, ou de pressões de classes, das reivindicações com apoio generalizado. Não há negar que as ações coletivas estão sujeitas à liderança dos homens. Elas - as coletividades - sempre têm condutores. Então, a ação individual seria determinante e a ação coletiva teria sido instrumento. Mas, de qualquer forma, a vontade e a determinação do líder isolado, nada teriam conseguido, sem a adesão coletiva, sem a força da ação de muitos.

Convém destacar, afinal, que os fatos de importância histórica deverão estar encadeados entre si e entre as causas, às vezes comuns para muitos. Esse encadeamento causal, essa sucessão é essencial. Conforme diz Fernand Braudel, "nenhum problema, jamais, se deixa encerrar num só quadro". (1)

5- Causas dos fatos históricos

Os feitos dos homens como entidades sociais e que interessam a História, necessitam ainda de um elemento de ligação que os torne de sucessão uns aos outros. Há necessidade de identificar o encadeamento causal. Eles devem ser, portanto, causa e efeito uns dos outros, ou terem causas comuns numa seqüência de fatos.

Capistrano de Abreu, para citar um dos nossos e como faz notar E. de Castro Rebello, "apresentou sempre a história como um tecido de fatos que se explicam uns pelos outros". Capistrano dizia: "Nada existe fortuito: tudo é regular, tudo é necessário". (2)

Teremos que mencionar essas causas e em seguida, classificá-las para sua melhor fixação e compreensão. A classificação mais genérica e abrangente, parece-nos ser a que relaciona as seguintes causas: Causa Primeira, Pessoais, Aciden-

(1) Fernand Braudel, Lição Inaugural no Collège de France em 1/12/50. Reproduzido nos "Escritos sobre a História" Editora Perspectiva. São Paulo. 1970.

(2) Rebello, E. de Castro. "Capistrano de Abreu e a Síntese Histórica". Livraria São José. 1956. Rio.

tais ou Físicas, Psicológicas, de Ambiente Social, de Cultura e de Religião.

5.1 - Causa Primeira

A Filosofia Cristã da História, sobretudo, responde que é Deus. Com efeito, a Providência Divina dirige, em última instância, todos os acontecimentos humanos, encaminhando a Humanidade para o seu fim glorioso. Muitos são os meios através dos quais Deus influi nas ações, nos acontecimentos, consente nas atitudes negativas, reprime o mal ou compensa o bem, dirige o braço dos eleitos e inspira os líderes e condutores; faz seguir a bonança às tempestades provocadas pelos homens de má vontade. Faz a Providência Divina com que na visão geral da História, se verifique uma trajetória constante em determinados princípios, identificada por elementos vivos de predominância inconfundível; faz com que se verifique a existência de causas comuns a determinados efeitos, positivos ou negativos, em relação ao interesse do homem. Tudo aquilo que a Filosofia conclui de sua indagação maior, todas as leis de uma História encarada cientificamente, levam a conclusão de que o caminho está sendo supervisionado, a ação supletiva superior está presente nas maiores necessidades e nas grandes decisões como ocorreu no episódio que pode ser tomado como imagem disso - a direção dos hebreus na caminhada pelo deserto. O deserto consubstanciando todas as dificuldades, em busca da terra dos seus sonhos - a aspiração da felicidade do gênero humano.

Das causas apontadas pelos historiadores ou filósofos da História a que poderá subsistir por si só e que poderá

ser a única, é realmente Deus, pela onisciência, onipresença e poder sem limites. As demais não podem dispensar a concorrência de outras e quando caracterizam uma razão de ser, figuram apenas como predominantes. A Causa Primeira em História se identifica com o Primeiro Motor, de conclusão filosófica e científico-técnica, na origem do Mundo e da Vida.

5.2 - Causas pessoais

O homem é agente também de sua História. Sob o impulso de sua própria personalidade ou sob a influência da pressão coletiva, ele é causa e efeito de toda movimentação humana. Procede na realização dos fatos humanos e na alteração do ambiente físico, pois desenvolveu-se cientificamente de modo a influir sobre os elementos que, por sua vez, daí em diante, modificam comportamentos e provocam novos e diferentes acontecimentos.

Apesar do seu livre arbítrio, não deixa de ser também o instrumento através do qual a Causa Primeira e principal - Deus - age na História. A vida dos primeiros aglomerados humanos, dos primeiros grandes grupos, povos ou civilizações, demonstra sua dependência da ação e vontade únicas de um homem no seu comando supremo. A ele conferiam muitas vezes atributos e funções divinas. A dependência completa de seu temperamento, de sua inteligência, dos seus vícios era patente e a coletividade era por ele exclusivamente representada. Tanto que os seus nomes lembram e representam o seu povo.

A influência de outros homens como guerreiros, como profetas, como filósofos ou como artistas, foi, no decorrer de um tempo muito longo, subdividindo a responsabilidade na condução dos

acontecimentos, até que as organizações colegiadas tiveram seu valor nas decisões políticas, isto é, até que a importância de um único homem foi sendo diluída. Modernamente, o fenômeno do culto da personalidade em alguns povos e mais particularmente em alguns regimes políticos, é uma reminescência do sistema que dominou por toda a Antiguidade. Afora a interferência política decisiva, a ação do homem, individualmente, poderá ser influente por outras formas.

Os criadores de sistemas filosóficos, de sistemas sociais e políticos, os inventores de máquinas e descobridores de atributos ou qualidades de coisas naturais, são responsáveis em grande parte pelo que a humanidade tem sido, pelas grandes transformações por que tem passado.

Os grandes oradores, escritores, poetas e pensadores em geral, pela influência que exercem nas pessoas, nos discípulos, admiradores e seguidores, estão individualmente presentes aos acontecimentos.

Temos, ademais, o exemplo remoto e atual dos ditadores, que, pelas suas loucuras, apoiadas incompreensivelmente pelos seus dirigidos levaram o mundo a verdadeira catástrofe, cuja recuperação foi difícil e longa quando não provocadora de outras catástrofes. Temos o exemplo de genios que determinaram posições intolerantes e drásticas de grandes grupos ou classes de homens. É a ação individual, apoiada pela coletividade, tendo ou não causa na mesma coletividade ou numa tradição, ou nascente da própria inteligência privilegiada que as vezes é pioneira, inovadora.

5.3 - Causas acidentais ou físicas

A influência dos acidentes geográficos ou físicos na vida política tem sido marcada e, por via de consequência, na vida social e econômica dos povos, chegando a determinar o caráter de sua civilização e dos seus homens.

Um exame sumário sobre os povos da antiguidade, para começar numa ordem cronológica, demonstra, da maneira mais clara possível, como o ambiente geográfico influenciou em todos os povos que marcam esse período.

No início mais remoto, a montanha e os planaltos determinando os caçadores nômades e a planície, em seguida, formando os agricultores, os grupos consequentemente sedentários, com suas organizações sociais, suas muralhas, suas defesas contra os ainda nômades.

Foi o fato de ser de um país plantado entre as montanhas do Líbano e o Mediterrâneo, que fez o fenício preferir os caminhos do mar, mais fáceis e abertos a maior número de povos. Por isso, esse povo foi o tipo de comerciante que a História registra, serviu de elemento de intercâmbio não somente de produtos para trocas como também para as trocas maiores de conhecimentos e difusão de culturas.

Não há dúvida de que foram as planícies inexpugnavelmente cercadas por cadeias de montanhas que fizeram a grandeza das cidades-estados dos gregos, dificultando grandemente a sua unidade política, só verificada quando as comunicações marítimas foram grandemente desenvolvidas e um outro povo - o Macedônio - de tendência imperialista, conseguiu dominá-las.

Não há, igualmente, dúvida que foi a estreiteza ter-

ritorial das sete colinas e o limite dos pântanos que fizeram o romano primitivo expandir-se, numa atitude que se tornou hábito político e continuou por muito tempo até erigir um verdadeiro mundo romano.

Na Idade Média, o isolamento de comunidades em torno dos castelos, pelas dificuldades de acesso a outros pontos e defesa natural contra os bárbaros, responde pelo nascimento e desenvolvimento de um estilo de vida social e econômico inteiramente diferente dos anteriores e dos que o sucederam.

Modernamente, os povos da península ibérica, por terem o mar como desafio diante de si, foram os navegadores por excelência e os descobridores de um mundo que civilizaram. Hegel, em "Lições de Filosofia da História" estabelece o caráter dos povos em três espécies: dos habitantes do planalto, dos habitantes das planícies, e dos habitantes do litoral, justificando-os com argumentos convincentes.

Na produção literária de cada povo, as idéias expostas e os ambientes apresentados são reflexos do seu clima, de seus acidentes, montanhas e rios. A claridade mediterrânea está no pensamento e em toda a atividade intelectual dos gregos. A literatura nórdica ou centro européia tem muito da penumbra e do frio dos seus rigorosos e prolongados invernos, onde as festas da primavera abrem claridades, freqüentemente.

5.4- Causas psicológicas

Decorrencia do complexo que influi na formação psicológica de cada indivíduo e de uma coletividade, o certo é que cada povo possui características diferentes no seu comportamento psicológico. A psique de cada povo é elemento quase visível na motivação de suas

resoluções, no seu pendor para essa ou aquela política e instituições sociais e para o seu relacionamento com o mundo exterior, com as civilizações vizinhas. Para isso concorrem poderosamente os elementos de sua formação, sua tradição, o desafio que tiveram a enfrentar, de tal sorte que ao olhar o caráter das civilizações, podemos distinguir o gosto pela organização política e militar, predominante em algumas, a preferência pelas relações internacionais, de comércio, a permanência de uma situação e de costumes antigos em outras; para outras ainda, o gosto pela inovação, pelas transformações e pela aventura, determinando seu destino ou a inteligência e os atos de heroísmo momentâneos, ao lado de uma indolência quando as coisas correm bem.

Desta forma, a psique de cada povo é coisa a considerar como uma das causas responsáveis pelo seu desenvolvimento ou estagnação, pelo seu procedimento através dos tempos, pela maneira como agiu diante de situações concretas no seu relacionamento ou diante dos elementos naturais de sua geografia.

5.5- O ambiente social como causa

Reflexo de toda sua estrutura cultural no sentido antropológico, da geografia, das relações externas, o ambiente social dentro de cada povo é bem diverso, as vezes, do ambiente social do próprio vizinho. Ele estabelece um clima pacífico ou guerreiro, de trabalho ou de indolência, de atividade material ou intelectual predominante, criando aquela predisposição para quaisquer dos sentidos do progresso, para uma direção construtiva. Influi nos governantes, e o que é mais importante, na sua

escolha, quando ela ocorre, na forma adotada de governo.

Entre os povos antigos que foram comerciantes, guerreiros, agricultores predominantemente, o ambiente interno de suas sociedades era bem diverso um dos outros. Bem diverso, igualmente, é o ambiente que se registra na Idade Média, pelas circunstâncias óbvias, e mais distinguido ainda o ambiente social dos nossos dias, onde idéias e ações inteiramente novas no comportamento humano se registram, decorrência de irreligiosidade, de correntes econômicas diversas e conflitantes, de uma revolução industrial e de novas concepções do homem, enfim; dos veículos de comunicação de massa, através dos quais as idéias boas e más transitam, formando e deformando os indivíduos e dando conta do que acontece nos mais escondidos rincões do mundo.

Uma hipótese de alta indagação poderia ter lugar a essa altura do posicionamento da questão: a de que o intercâmbio intenso das comunicações com uma certa uniformidade de comunicados, pudesse contribuir para o estabelecimento de um mesmo ambiente social em todos os países. De certa forma, parece que sim, tendo a dificultar essa unidade, exatamente as outras causas mencionadas e a mencionar, que diversificam a maneira de encarar e entender o conteúdo das notícias, a forma de assimilá-las e o produto concreto dessa assimilação. Há, no entanto, bastante perceptível, uma marcha em direção de um ambiente nacional de um ambiente continental, de um ambiente cultural ocidental e oriental, possível caminho para um só ambiente social no universo, talvez quando os pontos básicos da condição humana forem aceitos, embora com as cores naturais de cada clima e a modalidade prática de cada grupo humano.

5.6- A cultura como causa

Ao homem de hoje a causa cultural na História é mais compreensível e dispensa argumentos mais longos, pois ele tem na sua própria posição diante dos seus circunstantes, o resultado de um status cultural. Ele tem diante de si centenas de posições sociais diversas, ocasionadas por centenas de graus de desenvolvimento cultural diversos, e tem a visão do conjunto universal, as diversas posições das nações do mundo, estreitamente relacionadas com a cultura a que chegaram ou a incultura em que permaneceram.

Tal qual entre as pessoas, entre as nações o conhecimento, a técnica, a educação estabelecem as distinções mais flagrantes, dimensionam a sua importância e a sua colocação na escala hierárquica de valores. São comandantes ou comandados, colonizadoras ou colonizadas, líderes ou satélites, estão entre os grandes, entre os pequenos ou terceiro mundo.

Na antiguidade, na ênfase da atividade guerreira, as de maior tática e técnica, oriundas de um desenvolvimento cultural maior, levaram vantagens sempre que a sua tendência psicológica, que a sua vontade, as levaram a empreendimentos guerreiros. Daí em diante, os que tiveram maior preocupação pelo desenvolvimento da inteligência, pelos conhecimentos e pelas invenções, sobressaíram-se, ganharam as guerras, ganharam as lideranças na paz.

Vale distinguir as que engrandeceram o patrimônio cultural da humanidade, pois tiveram inteligência e atividade de pensamento cujas conquistas para a cultura extrapolaram o ambiente de suas próprias civilizações e passaram a servir a todos os homens. Essas nações foram e continuam grandes por todos os sécu-

los, mesmo que não tenham hegemonia política, mesmo que não sejam fortes econômica e militarmente.

Esta causa é tão presente hoje pelo consenso comum, que o processo de sua aquisição e desenvolvimento - a educação - está na base das providências de todo povo e governo que queira ascender a posições que tragam maior bem-estar.

Modernamente, quando a atividade econômica substitui a atividade guerreira, como meio de superposição e comando, as nações mais diligentes na atividade econômica, com forte contingente cultural através de novos instrumentos e novos métodos que inventaram, foram as mais representativas de um mundo culto. Hoje, afora os inventos bélicos que permanecem por muito tempo como segredo dos seus inventores, todos os engenhos que possam contribuir para o engrandecimento e para o bem estar, constituem patrimônio comum da humanidade, e a difusão do seu uso é iminente, limitada apenas pelos fatores econômicos. É uma virtude da cultura como causa na História do homem. Estão nessa posição invenções que vão desde a roda, pelos assírios, até o aproveitamento da energia atômica pelo homem do século XX.

5.7 - Religião

O espírito religioso, inato no homem, é encontrado entre os primeiros aglomerados e determinou grandemente o seu procedimento diante da natureza e diante dos outros grupos. A imposição dos seus deuses foi motivo de grandes conflitos e de dominação; o caráter mais ou menos religioso impôs métodos de vida privada e social, determinou as leis e o poder.

As grandes conquistas dos séculos VII e VIII pelo

mundo árabe foram religiosas; as cruzadas igualmente. E em nossos dias, há conflitos internos de ordem religiosa, iguais a tantos que registremos no passado de muitos povos.

Comportamentos resultantes de maior atenção aos procedimentos morais, maior valor às atividades econômicas, maior atenção à cultura, foram produtos de bases religiosas. Da mesma forma, a consideração do homem - o Humanismo com as questões correlatas do valor da mulher, da escravidão, dos direitos políticos, do direito penal e da família - é resultante de concepções religiosas. O Cristianismo tem sua contribuição positiva e atuante nessas conquistas. Sua aceitação, sua rejeição ou o indiferentismo, e o combate que mereceu, caracterizam civilizações, situações de certo tempo e lugar e até progresso ou estagnação.

Cabe, hoje, indagação sobre o enfraquecimento da influência religiosa na História. A influência ainda verificada parece ser mais resultante do caráter que a religião imprimiu, dos hábitos que implantou, numa ação indireta, mais do que de um credo que se particularizou e se institucionalizou.

6- Destaque aos fatores econômicos

Pela importância que assume, sobretudo após sua adoção por uma grande maioria de historiadores atuais, a concepção de que o econômico está na base dos acontecimentos e das mudanças, deve ser destacada, embora diga Fernand Braudel que "não mais cremos na explicação da História por este ou aquele fator dominante". (1)

(1) Fernand Braudel. Lição inaugural no Collège de France em 1º/12/50. Reproduzido em "Escritos sobre a História." Editora Perspectiva. São Paulo. 1978.

Mas, notava Marx que a História como se cultivava, procurava o móvel ideológico dos acontecimentos sem atentar para as causas desses estados ideológicos. Ele acha que essas causas estão na economia e, mais especificamente, no modo de produção.

O móvel das causas e acontecimentos seria por via de um processo dialético, num conceito tomado de Hegel, por Marx, invertendo no entanto da matéria para a idéia e não da idéia para a realização material. A luta dos contrários, na vida material - a econômica no seu modo de produção - geraria o social e político e por fim as idéias ou as mentalidades.

E convém esclarecer que a dialética não é aquisição moderna, mas tem também sua história iniciada na Grécia.

Como nos ensina Paul Foulquié, Heráclito já havia notado a luta dos contrários na natureza, necessária para estabelecer a harmonia. Ele é, assim, considerado o autor da dialética da contradição. Mas, seu inventor, segundo Aristóteles é Zénon de Eléia.

Da palavra grega dia que corresponde a reciprocidade, troca e lética, palavra ou discurso, temos trocar palavras ou razões, conversar ou discutir. Entende-se também como arte da palavra que faz compreender e convencer, não da palavra que impressiona e persuade, ou arte da discussão, da demonstração e da refutação.

Na dialética antiga, o princípio de contradição é a lei absoluta das coisas e do espírito; as coisas seriam ou não seriam. Das duas posições que se contradizem, uma estaria errada.

Ao contrário, a dialética moderna vê a contradição nas coisas que são e as vezes não são. Nessa contradição está a essência da dinâmica dos seres que sem ela seriam inertes.

Continuando a lição de Foulquié, a dialética antiga, como uma arte análoga à lógica, persistindo o valor do princípio da contradição, se prolonga até Hegel. Este já nos traz a idéia da conciliação dos contrários nas coisas como no espírito. Fala-nos da tese, como a idéia em si, a antítese como a idéia na natureza, a idéia fora de si; e a síntese como a idéia por si.

Há hoje, uma dialética científica, do matemático suíço Ferdinand Gouseth, na física, na matemática, etc., coexistindo com a forma filosófica de Hegel e Marx.

Figura então como uma causa predominante, mesmo sem a especificidade dos modos de produção, mas pelos seus resultados principalmente no campo social.

De uma forma simples aparece constantemente como causa muito eficiente, numa História que procura as causas onde elas estiverem.

De uma forma radical, aparece como causa única, determinante, no detalhe vital da forma de produção, numa concepção dialética materialista que coloca o social, o político e até as mentalidades ou o ideológico como produtos da atividade primeira - a atividade econômica. Já foi notado que isso tem muito a ver com um retorno ao naturalismo histórico do século XVIII.

Devemos acrescentar, no entanto, que foi Henri Pirenne dos primeiros autores a notar a influência do fator econômico na História.

7 - Conceito

Para firmar um conceito, depois de todos esses elementos, verificamos as posições assumidas pelos historiadores e, sob a sua influência, modificamos as suas definições, segundo nossas concepções.

Assim, decalcados em alguns autores citados em nossa bibliografia, preferimos fixar o seguinte conceito: História é o estudo dos atos humanos, individuais ou coletivos, ocorridos no tempo e no espaço, no seu desenvolvimento e encadeamento causal, visando a compreender o homem para influir no seu destino.

OBJETO E CONTEÚDO DA HISTÓRIA

III - OBJETO E CONTEÚDO DA HISTÓRIA

1 - Objeto

O objeto da história é o homem. Como diz Collinghood, "a História é para o autoconhecimento humano"... O que interessa é o que aconteceu com o homem desde que apareceu sobre a terra até os nossos dias. Como viveu, como evoluiu, o que sofreu, o que realizou; suas relações com Deus, suas relações humanas, seu convívio com a natureza, seu progresso; os grupos em que se subdividiu, a morte e a sobrevivência desses grupos: quantos foram, onde habitaram; sua inteligência, sua arte, sua civilização, sua cultura.

É o homem, portanto, considerado individual ou coletivamente. E essa História tem sido construída pelo próprio homem que é, assim, também seu agente. Sua ação pessoal, individual, apareceu e aparece ainda, evidentemente com menor intensidade. Coletivamente, organizado em grupos sociais sua ação é mais constante, mais duradoura, sobretudo depois da tomada de consciência das grandes massas humanas, sob a bandeira dos seus direitos.

A cultura e a posição político-social dos homens foram alguns dos fatores responsáveis pelo seu aparecimento sozinho, individualizado, à frente dos acontecimentos. O aparecimento de agentes coletivos já é resultante de um estágio social mais evoluído, em que as decisões não eram e não são de um único homem e as ações, muito menos, dependiam ou dependem do trabalho de um só indivíduo.

Há, portanto, várias classes de agentes históricos, que tiveram, ora umas, ora outras, predominância no tempo. Assim

vemos que na Idade Antiga, os reis e imperadores foram os agentes por excelência dos acontecimentos. Além deles era a massa dos súditos, sem vontade a não ser a de seguir o soberano. E como o fato relevante único era o político e sobretudo a guerra, os reis conquistadores e um ou outro condutor de guerreiros, decidiam sobre a paz e sobre a guerra, determinavam pelas suas ações a hegemonia de seu povo, a escravidão e o desaparecimento até de outros povos.

Somente com os hebreus aconteceu o que alguns historiadores chamam de "o homem se destacando da massa". E isso com o aparecimento dos profetas. Eram eles homens do meio do povo, que surgiam com as suas pregações e profecias, possuíam popularidade e os reis não eram, assim, os únicos nomes conhecidos, admirados e seguidos.

Na fase seguinte, da Idade Média, são os senhores feudais. Ainda o homem individualmente. Mas já aparecia coletivamente, nas corporações, organizações como Cavalaria e outras que fazem a História do tempo.

As monarquias unitárias surgem sobretudo com o Renascimento, e o grande agente histórico o Povo, aparece da Revolução Francesa em diante em que o Terceiro Estado levanta sua voz pela primeira vez contra os reis e outros agentes poderosos. Daí em diante, o poder dividido em três setores teve a participação da coletividade, definitivamente, com alguns interregnos.

Mas os veículos de comunicação bem como os meios de captação do que se chamou de opinião pública, fazem com que a ação da massa ou povo como agente, mesmo indiretamente funcione. Os governos individualizados, aqui e ali, têm ruído quando contrariam sistematicamente a vontade popular. Motivo por que tornou-se

de interesse de sua própria conservação saber o que querem os governados, e, ao menos pela sua segurança senão pela sua adesão, seguir mais ou menos, no mínimo, o seu desejo.

No concerto universal dos povos, há civilizações e países que se destacam como agentes de grandes acontecimentos históricos: os povos líderes no seu tempo. Esses grandes agentes têm funcionado pela dominação armada ou pela liderança cultural. As épocas históricas foram sempre marcadas pela hegemonia de um ou mais povos, pela sua grande contribuição ao espírito humano, ou pelo valor físico, tático e guerreiro, com que conduziram os acontecimentos.

É justo salientar que a hegemonia pelo poder do espírito, da inteligência, pela contribuição ao pensamento filosófico ou pela técnica, alcança o Universo e se mantém no tempo.

2- Conteúdo

2.1- Diversidade da ação dos agentes

A História deve contar, pois, todos os fatos que envolvem o homem como membro do agrupamento social, sejam fatos políticos, sociais, guerreiros, econômicos, religiosos, culturais ou de lazer, desde que engajados num encadeamento causal e possuam significação para a compreensão do homem ou para o conhecimento de sua trajetória no mundo de suas realizações, de seus fracassos, de suas vitórias, de sua contribuição para as gerações seguintes.

Cada um dos aspectos da vida humana em sociedade tem grande valor para compreensão do seu universo. Por isso que, mo-

ternamente, cada povo tem conseguido recompor e gravar para o presente e para o futuro, sua História Política, sua História Social, sua História Econômica, sua História Religiosa e a História de sua literatura e de sua Arte, etc. Os historiadores têm conseguido pelo uso de manuscritos encontrados e de todo o acervo histórico que a arqueologia tem trazido às suas mãos, levantar o essencial sobre todas essas Histórias dos povos da Antiguidade, uma vez que os seus historiadores, como também os cronistas da Idade Média, quase só se preocuparam com os fatos políticos e mais particularmente com os fatos guerreiros.

O assunto da História tem assim uma extensão imensa, seu dimensionamento é idêntico à movimentação humana, em todas as direções, em toda a altura e em toda a profundidade em que ela se manifesta. O que interessa não é a simples História das realizações máximas que constituem o topo da civilização, não é a História dessa civilização e sim uma História dessas realizações máximas e das outras, e dos hábitos e costumes, dos fatos singulares, dos fatos típicos, uma história em profundidade, uma História da Cultura, "Cultura como manifestação da atividade do homem para melhorar", no dizer de Antonio Palomeque Torres.

Se o objeto máximo dos homens em sociedade, das nações, das raças, tem sido o de um progresso que se manifesta em aperfeiçoamento espiritual e aperfeiçoamento no uso ou domínio das coisas naturais, o aspecto cultural da vida tende a ser o mais importante. Não foram as batalhas ganhas, mas as inovações trazidas por um espírito que se aperfeiçoou, o que constitui a essência e o motor da vida coletiva. Foi, no final, uma criatividade que funcionou e

acresceu à consideração maior do homem por si mesmo, a descoberta do estado natural de liberdade para que possa realizar-se; foi o legado que transferiu a outras gerações, o que em última instância deu importância à sua História.

Segundo Hegel, o conhecimento da liberdade e sua prática serão grande objetivo e a vida dos povos é a História do processo para chegar a esse estágio.

Haveremos de medir, pois, o acervo de realizações do homem, no campo do seu aperfeiçoamento espiritual, no campo das suas práticas políticas e sociais, que demonstrem a consideração concedida a si próprio e à sua liberdade, para fixá-lo numa escala de valores e julgar a sua contribuição à humanidade.

Sendo assim, parece indiscutível que, se a História tem como conteúdo todos os feitos dos homens, no encadeamento de causas, os feitos de ordem cultural têm predominância e a evolução do seu pensamento é o conteúdo máximo da História.

A observação dos povos que viveram, dos novos, dos que permanecem, demonstra que o conteúdo essencial da História se desloca, realmente, para aquelas coisas que derivam diretamente da inteligência, da atividade espiritual, do grau de educação atingido. Conseqüentemente para sua compreensão, já que tudo está relacionado com causas e efeitos, interessa também a criatividade mais simples. Os pontos extremos dessa trajetória são os objetos de uso e as conclusões transcendentais sobre o homem a que tenha determinado povo chegado, no auge do seu desenvolvimento espiritual, afinal condutor do seu progresso.

2.2 Tendência à predominância do aspecto econômico (Marx)

Há, no entanto, tendência à consideração inversa que é bem a virada de cabeça para baixo da concepção dialética hegeliano.

Aqui é o setor primário, o econômico que tudo tem determinado, notadamente o modo pelo qual a coletividade produz, primeiramente para suas necessidades primárias e depois para as outras necessidades sociais, políticas, etc.

A ideia, a inteligência coletiva, a organização política, as mentalidades e ideologias ao invés de determinantes, são determinadas, produtos mecânicos de uma química econômico-social.

2.3-0 conteúdo histórico no ensino

É claro que um conteúdo tão vasto necessita de um método para sua transmissão, para o exercício daquela última acepção do termo História - a transmissão do conhecimento adquirido sobre o fato histórico.

Diante de todo o hoje formidável acervo sobre a História Universal, o professor terá de ordenar os fatos sob um critério de divisão, hierarquizá-los, para saber, enfim, por onde começar e o roteiro a seguir. A experiência já levou os expositores a delinear os seguintes métodos: (1) Cronológico progressivo, Cronológico regressivo, Etnográfico, Sincronístico, Retrospectivo, Genético, Pragmático, de Agrupamento de matérias, Comparativo, Biomonográfico, Progressivo e Cíclico.

(1) Zacarias Garcia Villada. "Conceito, Evolução e Filosofia da História". Livraria Clássica Editora. Coleção Gládio, Lisboa. 1942.

Cronológico-Progressivo - É o método através do qual se estuda a matéria na ordem cronológica dos acontecimentos, progressivamente, do mais remoto ao mais recente.

Para a datação, indispensável neste método, mesmo de uma maneira mais geral, sem minúcias, conhecemos no nosso mundo cristão, a primeira abrangente divisão do tempo em antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.).

No primeiro caso, dos acontecimentos ocorridos anteriormente ao maior fato da história, o nascimento de Jesus Cristo, a contagem dos séculos e excepcionalmente dos anos, é feito do ano ou século I, o do nascimento, para o tempo anterior, regressivamente, de sorte que o século V a.C., por exemplo, é mais distante de nós que os séculos IV, III, II ou I.

Ao contrário, como é lógico, a contagem depois de Cristo (d.C.) é na ordem normal, progressiva, sendo, para exemplificar, o ano ou século I, mais distante de nós que os séculos II, III, IV, V, etc.

Quanto à datação mais minuciosa, registramos o seguinte: diversos modos e referências na antiguidade, baseados no movimento lunar, solar, nos ciclos climáticos, nos ciclos agrícolas, nos grandes acontecimentos ou nos grandes chefes.

Chega para nós, cristãos, e depois para o mundo em geral, o sistema romano.

Anteriormente ao Império, os romanos adotaram um calendário que começava em março, daí por que os meses se denominavam setembro, outubro, novembro e dezembro, pois eram o sétimo, oitavo, nono e décimo do ano, respectivamente. Somente em 153 a.C., consideraram o começo do ano em 1º de janeiro, persistindo, no entanto, impropriamente, as designações de setembro,

outubro, etc. Houve no mundo medieval tentativas de fixação desse início em datas religiosas de Natividade, Páscoa e outras que não lograram aceitação.

Em 45 a.C., o imperador romano Júlio César decretou o chamado Calendário Juliano, baseado no ano solar e que permaneceu nas suas bases. O ano teria 365 dias e 6 horas, havendo de quatro em quatro anos, um ano de 366 dias, chamado bissexto, para correção da sobra de 1/4 de dia nos anos de 365 dias. As semanas só foram introduzidas depois de Júlio César.

Em 24 de fevereiro de 1582, o papa Gregório XIII, pela bula Inter Gravissima, ordenou a supressão de 10 dias no Calendário, passando o dia 5 de outubro de 1582 a ser dia 15, como única maneira de corrigir o adiantamento de 10 dias já existente pela aplicação do Calendário Juliano, considerando-se que o ano solar não é exatamente de 365 dias e 6 horas, mas 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 47 segundos. Essa correção já havia sido efetuada pela primeira vez no século IV. Para evitar a repetição do fenômeno, decidiu-se suprimir três anos bissextos sobre quatro anos seculares.

Esse Calendário, dito Gregoriano está vigente.

Cronológico-Regressivo - Efetua o estudo da matéria na ordem cronológica inversa, regressivamente, isto é, dos fatos mais atuais aos mais antigos. A vantagem desse método é a de tornar os fatos mais compreensíveis, pois partindo do atual, do que se está vendo ou ouvindo falar constantemente, no dia-a-dia normal, o estudante não terá dificuldade em assinalar o que se vai distanciando no tempo que deverá ser, muitas vezes, a forma embrionária ou primitiva do que se conhece hoje.

Etnográfico - Consiste no estudo de cada povo, isolada-

mente, e dos outros em seguida, cada um de uma vez. Poderá ser mais do que o estudo de um povo, abrangendo mesmo uma raça, unidade maior.

Sincronístico - É o método que estuda na ordem cronológica as ocorrências de vários povos existentes em uma época, verificando o que aconteceu com cada um deles nas mesmas datas. Os diversos povos estudados são vistos, assim, conjuntamente, data por data, da mais remota às mais recentes.

Retrospectivo - Consiste em estudar determinada matéria ou aspecto em uma série de quadros que retroagem no tempo, para constatação das suas semelhanças e divergências.

Genético - Consiste em estudar os fatos pelas suas causas, desvendando a origem de cada acontecimento e as suas conexões com outros que o prepararam ou condicionaram. É a forma de História Científica.

Pragmático - Estuda a História com o objetivo de demonstrar que ela é a mestra da vida. Para tanto visa a tirar exemplos do passado. É dada ênfase àquelas fatos que sejam considerados construtivos para a formação e que possam orientar os estudiosos, sobretudo os dirigentes, nas ações presentes.

Agrupamento de matérias - Através desse método os temas são reunidos pela sua relação mútua, pela sua idêntica natureza, como sejam os assuntos relativos à vida religiosa, à vida de família, às relações de trabalho, etc.

Comparativo - Este consiste em estabelecer uma comparação entre fatos ou personagens da época, para concluir sobre seus resultados ou suas realizações.

Biomonográfico - Consiste em estudar a História através da vida e dos feitos dos seus homens mais representati-

vos, dos seus dirigentes e mentores espirituais. Através deles os fatos serão conhecidos e estudados.

Progressivo - Sob este método, a História de cada povo é tratada de uma forma progressiva e de uma só vez. Todos os fatos são esgotados nos seus aspectos e nuances.

Cíclico - Consiste no estudo da História de cada povo superficialmente a princípio, voltando-se em seguida a estudá-lo mais aprofundadamente, repetindo-se o estudo até seu total conhecimento, ou então estudando cada aspecto de uma vez (político, social, religioso), somente passando de um ao outro quando suficientemente conhecido.

2.4- Finalidade maior: compreensão e interpretação para instruir a ação.

O conteúdo histórico no ensino deve ser mesclado de um dos métodos básicos com outros, em vista do grau de aprendizagem em que se ministram aulas.

O que se objetiva é a aprendizagem ou a compreensão da História pelos estudantes. Por isso, conteúdo e método de sua transmissão, bem como os recursos auxiliares a serem empregados, estão na dependência dos objetivos do curso e da capacidade de assimilação dos alunos.

Em todos os casos, deve estar bem presente a convicção de que a História não se aprende, mas se compreende e de que ela é operacional, no sentido de que, com o seu conhecimento, sua compreensão, sua interpretação, poderemos fazer muitas coisas no meio em que vivemos, poderemos tomar muitas atitudes em áreas de ação executivas, para a felicidade dos homens.

CARÁTER CIENTÍFICO DA HISTÓRIA

IV - CARÁTER CIENTÍFICO DA HISTÓRIA

1 - Preliminar - As formas de exposição da História

O estabelecimento de conceitos científicos é uma das mais difíceis tarefas dos estudiosos, pela complexidade decorrente da abrangência e da síntese que o devem caracterizar. Toda uma relação de temas, longos na sua horizontalidade e profundos na sua verticalidade, devem ser traduzidos em poucas palavras, com a clareza bastante a dar a ideia perfeita do objetivo e das questões envolvidas pela coisa que se deseja conceituar.

A História que tem merecido as mais variadas acepções, que tem abrangido conteúdos igualmente variados, que tem sido considerada arte e também ciência, aspectos que vêm evoluindo e fazendo a disciplina crescer de importância, pela sua sempre maior utilidade, principalmente ao tempo do advento da futurologia, não apresenta dificuldades menores. Em virtude das acepções por que passou o termo História e as concepções de que foi objeto, o estudo de suas formas de exposição será bastante útil para chegarmos a estabelecer ou não o seu caráter científico.

Três têm sido as formas de exposição da História: narrativa, pragmática e genética.

1.1- Narrativa

A forma de exposição narrativa, a primeira de que se tem conhecimento, consistia na narração pura e simples de um fato passado sem outra pretensão que a de transmitir o conhecimento do

ocorrido, às vezes de uma forma que deleitasse, pelos artifícios de linguagem e de dramaticidade a que pudesse recorrer o narrador. A narração envolveu sempre as seguintes modalidades: fábula, mito, novela, conto e lenda.

A fábula compreende a história cujas personagens são animais, aos quais se dão a capacidade de pensar, de falar e de agir. Leva o narrador e o ouvinte a um mundo de fantasia e de sonho, pois os quadros que apresenta muito se assemelham aos dos sonhos fantásticos.

O mito é a personificação de uma ideia ou de uma força, dando origem aos heróis máximos, crescendo em número entre os povos de maior imaginação criadora. Foram tantas essas personificações das qualidades maiores na admiração popular que o seu conhecimento está no estudo da vasta mitologia dos primeiros tempos da civilização, principalmente da civilização clássica ocidental.

A novela é uma narração que guarda semelhança com os acontecimentos reais, as vezes históricos, em que o autor tenta comprovar um conceito ou princípio moral.

O conto, que muitos atribuem ser originário da Índia é sempre uma narração de pura imaginação.

A lenda contém os elementos histórico e fabuloso, pois ela quase sempre tem um fundo de verdade envolvido na fantasia que lhe dá a roupagem e a moldura condizentes com a sua importância, com o relevo que mereça o fato, sobretudo quando envolve o passado de um povo. Muitos capítulos da História mais antiga, foram preenchidos pela lenda, na falta de elementos reais de tradição mais positiva sobre os acontecimentos.

Modernamente, a tarefa do pesquisador, é a de retirar

essa verdade na sua peneira de garimpeiro, num trabalho que mobiliza muitos dos recursos da ciência e da técnica.

Podemos ainda contar dentre as formas narrativas, as listas e as notas, os monumentos e inscrições. As listas de reis, de heróis, as notas sobre grandes feitos quase guerreiros, os monumentos feitos para perpetuar em materiais acontecimentos marcantes, sobre os quais as inscrições darão nomes e datas. Assim as listas e notas, monumentos e inscrições narram, a seu modo, o acontecido, para o conhecimento das gerações que o seguem.

O primeiro autor da forma narrativa da História é Heródoto, grego do século IV a.C. Heródoto fez extensas narrações sobre a vida dos egípcios, povo que ele conheceu em viagens.

1.2- Pragmática

Pela forma pragmática, o autor quer tirar dos fatos passados exemplos que possam orientar o presente e o futuro. É a forma de exposição que deu lugar ao conceito de que a História é a mestra da vida. Dela interessavam as possíveis lições. Pelas chamadas modalidades oratória e clássica, a forma pragmática foi usada por Tucídides, grego do século V a.C. e teve larga aceitação nas épocas em que a preocupação com um modelo de cidadão era propósito das elites ou das correntes políticas e religiosas. O elemento negativo dessa forma de exposição é a tendência do autor. Se ele vai tirar exemplos dos fatos históricos para recomendá-los aos contemporâneos e às gerações futuras, é claro e natural que ele procurará orientar ou dirigir os interlocutores para os procedimentos compatíveis com seu modo de agir e de ver as coisas, ou seja para reforço da sua corrente ideológica ou moral.

Os exemplos a serem tirados da história das guerras persas serão bem diferentes, se contados pelos gregos ou pelos persas. O autor pragmático inglês terá, da última Grande Guerra, uma versão bem diferente daquela de um autor alemão, japonês ou italiano. A tendência do autor aparecerá infalivelmente, de maneira clara ou sub-repticiamente.

1.3- Genética

Esta é a última das formas de exposição surgidas. Ela é a forma científica de contar a História. É a que caracteriza a história científica. Busca a verdade dos fatos e deverá estar conforme esta verdade e conforme a razão. É também denominada causal, porque tem grande preocupação pelas causas e conseqüências dos fatos, anotando o encadeamento entre os vários episódios e entre cada um dos fatos e suas causas e conseqüências. É dela que tiraremos o conceito de História, mais conforme ao estado atual da sua concepção. Os primeiros autores da História Científica ou Genética foram Leopoldo Ranke, em 1824, na Alemanha, H. A. Taine e Fustel de Coulanges na França, seguindo-se depois, principalmente, Theodor Mommsen e Burckhardt, também na Alemanha, e Tomas Ruckle, na Inglaterra.

O mérito maior é atribuído a Ranke que com sua obra "História dos Povos Germânicos e Teutônicos", e sobretudo com o apêndice intitulado "Para a Crítica dos Novos Historiadores", traçou as linhas mestras da história científica, do seu novo método racional. Subordinou todo o trabalho histórico ao exame da documentação e não ficou somente como o autor de uma teoria, mas levou-a à prática e, na referida "História

dos Povos Germânicos e Teutônicos", pôs a funcionar as novas regras. Depois de Leopoldo Ranke, não somente a obra puramente histórica, mas a sociológica, no caso de Max Weber e outros, passaram a ser precedidas das provas e se tornaram mais reais, mais positivas. Vale assinalar a grande influência do Positivismo de Augusto Comte, com seu critério da verdade científica.

1.4- Outras modalidades de exposição da história são assinaladas por Hegel, nas formas de exposição Imediata, Reflexiva e Filosófica. Como História Imediata, coloca Hegel aquela cuja exposição é feita pelo autor que viveu o mesmo espírito da época que descreve. É o caso de Heródoto, de Tucídides, Xenofonte, de César nos seus "Comentários". O autor reflete também o pensamento identificado com o pensamento dominante nos acontecimentos de que se ocupa, de sorte que, talvez não haja crítica, mas apenas retratos nas cores de preferência do artista que o expõe.

Como Hegel envolve aqui os autores que na outra classificação havíamos apontado como do gênero Narrativo e do gênero Pragmático, o inconveniente da tendência está presente nessa forma Imediata. Se o autor está imbuído do mesmo espírito da época, ele relatará os fatos com a sua versão, daí resultando como verdadeiro o que não constitui mais do que o seu entendimento que foi erigido em afirmação categórica. Que não seja o fenômeno puro e simples da tendência, mas haverá falta de perspectiva. Uma certa miopia, portanto, ocorrerá. O autor não vê os fatos na sua globalidade, não terá uma visão do alto e da distância que fornecem antes de tudo uma isenção benéfica para percepção de verdade. Ele, estando dentro dos fatos, dentro do

lugar e do tempo, tem a visão limitada para as coisas mais próximas, desamarradas das suas conexões cuja consideração é indispensável em História.

1.5- O segundo gênero exposto por Hegel é o da História Reflexiva. Aqui já se põe o autor fora do espírito da época, pois ele vai se ocupar de uma História que está além dos seus limites, e é o que comumente denominamos de história geral. Ocupa-se de outros tempos e de outros lugares. É a História Geral propriamente dita. Não poderá, pelos seus largos limites, sofrer muito a influência do autor, com exceção daquelas coisas que envolvem concepções políticas e religiosas, sobretudo. Depois dessa forma Reflexiva geral, três outras são apontadas: a pragmática, a crítica e a especial ou particular. Na pragmática se admitem as mesmas características da Pragmática da outra classificação e a inconveniência de se transformar a história numa coleção de exemplos ou numa antologia moral, na dependência da formação política, religiosa ou social do autor que dará aos acontecimentos o andamento de seu interesse e as interpretações convenientes às suas convicções. Na modalidade crítica, o historiador foge um pouco dos simples dados históricos e entra na apreciação do sentido dos fatos, fazendo o seu exame crítico dos acontecimentos. Na História particular ou especial, já ele estuda limitadamente um povo ou um tema. Não se prestará, conseqüentemente a apreciações mais amplas, pois está cingido ao particular.

1.6- Finalmente, a forma Filosófica. Ela é própria da história universal, e como diz Hegel, nela o autor se preocupa com o espírito reinante na humanidade, sua manifestação pelos aconteci-

mentos e pelas pessoas e, conclui: "o espírito é constante e eterno, não tem passado". Ele fala, portanto, da Filosofia da História, para a qual se exige perspectiva ampla, porque o que se pretende extrair dela não tem lugar nem tempo determinados, mas está em todos os lugares e em todos os tempos.

2 - O caráter científico

Recapitulando, assim, as formas de exposição da História, poderemos agora chegar ao ponto de grande controvérsia que tem sido o de classificação da História como Ciência. Os opositores a essa ideia moderna, apontando a vunerabilidade das ações humanas, afirmam que a História nunca poderá formular leis, pois os fatos estão sujeitos à alteração pelo pensamento e pela ação dos homens, mutáveis conforme a sua natureza, o seu ambiente, o meio físico em que vivem, etc. Isso seria verdadeiro se considerássemos apenas uma História narrativa ou pragmática. Mas, se consideramos uma História que é processo de investigação, especulação, triagem do que está comprovado e desprezo do puramente lendário; História que verifica o encadeamento dos fatos, que faz comparações e somente afirma o que não é passível de dúvida, terá, indiscutivelmente, um caráter científico. A pendência nos parece resolvida, se aplicarmos, como se tem feito, o conceito clássico de ciência: Scientia est cognitio rei per causas - a ciência é o conhecimento das coisas pelas suas causas. Ora, a História genética, como dizia Leopoldo Ranke, "procura conhecer as causas que produziram os acontecimentos". Ela é investigação e inquérito. "A ciência descobre as coisas", como afirma Collingwood. Ela é conhecimento dos fatos e não beleza estética.

A documentação que precede as afirmações e a identificação das causas de todos os acontecimentos, bem como a íntima relação existente entre estes, tem dado lugar à formulação de leis e a lei é, inclusive, "a fórmula que estabelece as condições nas quais uma certa causa produz um determinado efeito". Nada mais positivo e científico do que isso. A História é, pois, uma ciência. Estuda a relação de causa e efeito, e formula leis. E é das ciências, uma das mais úteis ao homem moderno.

Na época em que o homem está procurando influir no futuro, planejando-o e tentando prevê-lo, os acontecimentos passados, com as suas causas e efeitos, são indispensáveis às projeções que atingem o futuro próximo e até remoto.

E a disciplina que afirma, assim, com relativa certeza e segurança (nenhuma afirmação das outras ciências é totalmente imutável), é uma ciência e deve ser largamente cultivada pela influência que pode ter no destino do homem.

ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA

V - Etapas do desenvolvimento da História

1 - Visão geral

Na história da História, convém verificar, de início e fundamentalmente as influências filosóficas, depois, e consequentemente, as denominações específicas de correntes de interpretação e os períodos de desprestígio, para depois estudarmos com maior interesse essas mesmas correntes do pensamento histórico, no seu embasamento filosófico e na sua prática e funcionalidade.

Os quadros, a seguir, tentam objetivar essas etapas de estudo, de maneira simples e sucinta.

2 - Fundamentação Filosófica

Pensamento na Antiguidade

Filosofia

Teologia e Mitologia

Filosofia grega

Humanismo

Filosofia cristã

Filosofia greco-romana

História

História dos Deuses

História dos soberanos
semideuses

História do homem

História do povo de Deus

História da Salvação

História do Império Ro-
mano

Pensamento Medieval

Escolástica

Providencialismo

História da Salvação

História do Cristianismo
(Ato dos Apóstolos)

Biografia de Santos

Crônicas

"Os antiquários"

Pensamento Moderno

Renascimento	Erudição
Humanismo	Reforma. Contra-Reforma
Racionalismo	Ciência Nova
Empirismo	
Iluminismo	

Pensamento Contemporâneo

Ceticismo	História Genética
Idealismo	Concepção Materialista
Espiritualismo	ou Dialética
Positivismo	Historicismo
Filosofias do Século XX	
Ceticismo	Síntese Histórica
Racionalismo II	
Filosofia Perene	
Helênica-Cristã	
Metafísica Clássica	Escola dos 'Annales'
Neotomismo	
Aristotélico-Tomista	História Serial
	História Quantitativa
Existencialismo	
Materialismo	

3 - Etapas do Desenvolvimento dos Estudos de História

- 1 - Antes dos Historiadores
 - Vida humana - Registro da vida - Pensamento histórico
- 2 - Humanismo - "conhece-te a ti mesmo". Sócrates
- 3 - Providencialismo
- 4 - Erudição
- 5 - Renascimento - "que obra de arte o homem é" . William Shakespeare
- 6 - Racionalismo - Naturalismo
- 7 - História Científica ou Genética
- 8 - Materialismo histórico
- 9 - Historicismo
- 10 - História Nova - 1881 - Giambattista Vico
 - 1924 - Troeltsch
- 11 - Escola Francesa ou dos "Annales"

4 - Períodos anti-História

- Época teológica e mitológica

Os deuses e os mitos

- Escolástica

Deus - a salvação - A Bíblia de difícil acesso e em algum tempo proibida

Entre as sete artes liberais não estava incluída a História

- Racionalismo - dependência do raciocínio
- Naturalismo - dependência das forças naturais
- Estruturalismo - dependência dos sistemas constituídos.

CONSIDERAÇÕES ANTIGAS E MODERNAS
SOBRE O TEMPO NA HISTÓRIA

VI - CONSIDERAÇÕES ANTIGAS E MODERNAS SOBRE O TEMPO NA HISTÓRIA

1 - A importância do tempo

A noção de história científica, estabelecendo sua base em documentos, na busca da verdade, atenta ao encadeamento entre os fatos, completa-se com a História Universal e Filosófica, História de todos os homens, em todos os lugares e em todos os tempos.

Dessa forma, a noção do tempo não pode ser afastada pelo historiador. Na expressão magnífica de Fernand Braudel, "o tempo adere ao pensamento do historiador como a terra se prende à pá do jardineiro". (1)

Sobre o tema, Marc Bloch esclarece: "Ciência dos homens, dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: "dos homens no tempo". E mais adiante: "É certo imaginar uma ciência, seja ela qual for, que possa abstrair do tempo".

2 - O momento do fato histórico

Se o encadeamento constitui um dos elementos essenciais da história, a ordem cronológica é indispensável. O fato isolado poderá interessar mais ao sociólogo, ao passo que interessa ao historiador o fato incrustado no seu tempo, "a sua verificação num momento dado", na expressão de Jean Glénisson, ou seja num de-

(1) Fernand Braudel, na Introdução do *Traité de Sociologia* sob a direção de Georges Gurvitch. Reproduzido em "Escritos sobre a História". Editora Perspectiva. São Paulo, 1978.

terminado tempo. Foi nele que acontecimentos anteriores e posteriores encontraram sua conexão.

Interessa, portanto, o momento do fato histórico e não somente ele, como também a sua duração, e para isso muito se têm desenvolvido os meios de verificação e identificação do tempo, pelo uso de materiais novos no conhecimento das ciências físicas e naturais.

O documento sem datação, no estágio atual em que ele é elemento da maior importância, cria problemas ao pesquisador, que poderá chegar, através de uma crítica interna e externa, a aproximá-lo do seu tempo real. Sem êxito nessa tarefa, ele ficará solto no tempo, sem maior significação.

Assinala Glénisson que alguns fatos são episódicos enquanto outros são permanentes, resistem ao tempo, e constituem as instituições.

Preocupam o historiador as alterações de comportamento, as mudanças e, em consequência, as mentalidades dominantes; o pensamento, o procedimento que predomina ou predominou, chegando a constituir muitas vezes a característica de todo um tempo dado, de toda uma época. Burckhardt, Pirenne e Marc Bloch preocuparam-se com esse fenômeno, chegando este último a definir a história como "a ciência da mudança".

É óbvio que as mudanças em relação à consideração do tempo somente podem ser notadas através da comparação entre as predominâncias ocorridas em várias épocas, como Jean Glénisson e outros fazem notar. (1)

(1) Jean Glénisson. "Iniciação aos Estudos Históricos". Difusão Européia do Livro. Rio.

3 - O paleolítico superior e a noção de futuro

Os cientistas da chamada pré-história encontram sinais de uma noção de tempo em germinação, durante o paleolítico superior, quando o homem primitivo evolui para a confecção de objetos de uso mais aperfeiçoado, num evidente conhecimento de que constituem uma utilidade. A utilidade evoca a noção de duração, de prolongamento no tempo, de uma coisa que não será somente de um momento, mas terá futuro. Aí ele denota possuir a idéia de outros dias, de outros momentos que virão e nos quais ele terá necessidade de usar aqueles objetos que não serão substituídos por coisas pegadas a esmo, mas por coisas de ontem, de dias e momentos que passaram. Firmava, assim, a convicção do tempo, e de um tempo constante. Conhecia, então, o que foi e o que será; e ele era sem o perceber muito, o que é.

As mudanças constituem o conteúdo geral e primordial da história. Se tudo tivesse ocorrido e ocorresse sem alteração, em qualquer tempo veríamos as mesmas coisas e os mesmos fatos, não havendo necessidade de registrar para reter aquilo que se tem constantemente em um tempo constante.

Exatamente porque há uma diversidade muito grande entre os fatos, é que os identificamos e colhemos em tempos a que damos denominações próprias, de números, numa designação cronológica, ou com apelidos que traduzam fatos decisivos ou atitudes influentes.

4 - Um progresso no início: a medição do tempo

A iniciação da medição do tempo ocorreu quando o homem

teve em sua sociedade e em sua economia, de repetir tarefas agrícolas ou de pastoreio, que obedeciam, por sua vez, a condições climáticas que se repetiam.

Assim, contava as vezes em que teve de levar o gado a outras pastagens ou em que teve de fazer novamente uma determinada colheita.

O respeito e a adoração religiosa pelas coisas da natureza constituiu um outro elemento de medição, entre os quais o Sol e a Lua e a ocorrência das grandes cheias, uma das quais seccionou sensivelmente o tempo pelas suas proporções de verdadeiro dilúvio.

Sempre, no entanto, medidas variáveis, de extensões diferentes, mas ainda imperceptíveis às inteligências que apenas acordavam para a percepção e o conhecimento lento das coisas.

O mito lhe trazia sempre uma noção do passado, pois as forças personificadas já haviam existido em um tempo que não voltaria mais.

5 - Qualidades do tempo - Os gregos

A noção do tempo entre os historiadores Gregos (Heródoto, Tucídides, Políbio), não satisfaz às exigências do historiador moderno. Tal, porém, não desmerece a grande obra dos iniciadores da ciência histórica. Não havia à sua época tanta valorização do tempo. O universo conhecido era pequeno, os dias e as noites decorriam relativamente lentos para as tarefas reduzidas e não havia ânsia de atingir o futuro.

Em Heródoto, a ausência de cronologia dá lugar ao registro dos fatos simultâneos e às expressões "ao mesmo tempo",

"enquanto isso ocorria, mais além...", numa espécie de linha de tempo como chamaríamos modernamente.

Domina também o espírito grego, e seu reflexo se percebe entre os seus historiadores, a idéia de um tempo cíclico, em que as coisas voltariam a acontecer.

A paixão pelo esporte fez com que os acontecimentos máximos das competições - as Olimpíadas - que ocorriam de quatro em quatro anos -, servissem de referência para localizar no tempo, alguns fatos que teriam acontecido, assim, antes ou depois da tal Olimpíada, ou no primeiro, segundo ou quarto ano de uma determinada Olimpíada. A primeira competição desse gênero ter-se-ia verificado no ano 776 a.C.

É evidente a concepção de um tempo linear por essas considerações, como ainda a atribuição de qualidades ao tempo que poderia ser bom ou ruim, fasto ou nefasto. O tempo tinha fases propícias aos negócios, às viagens, às guerras, como também apresentava períodos grandemente desfavoráveis, com fundamentos na sua vasta mitologia.

O futuro era perscrutado sob essa perspectiva - será fasto ou nefasto? - e a noção de destino era muito viva entre o povo.

Houve evolução e esta prosseguirá com os romanos, sa bem que de uma forma limitada e imperfeita.

6 - Duração do tempo - Os romanos

Já os romanos tiveram preocupação pelas datas, como o revelam as inscrições e os monumentos destinados a perpetuar os acontecimentos, com afirmação de que haviam ocorrido num tem-

po determinado.

Mas o grande móvel desse interesse era o desejo ardente e constante de divisar a duração de Roma, seu povo e sua instituição ou, especificamente, a duração do povo romano ou do próprio romano.

Muitos pesquisaram e consultaram a esse respeito, recorrendo frequentemente à mitologia e aos adivinhos para a interpretação de textos e sobretudo dos doze abutres que apareceram a Rômulo e aos quais se atribuem presságios sobre o destino do povo romano. Esses abutres significariam doze séculos, como foi acreditado por muito tempo, fixando-se assim, uma duração de 1.200 anos.

Antes dos grandes embates, os Imperadores consultavam a Sibila, para terem uma previsão sobre a vitória ou derrota e conseqüentemente a sobrevivência do povo. É claro que as afirmações eram geralmente no sentido de uma duração muito longa, até além dos fatos esperados.

Com Santo Agostinho, romano e cristão, se estabelece a noção de um tempo universal contínuo, linear e irreversível.

Comparando, poderemos dizer que esta noção universalizou o que os romanos atribuíam aos romanos.

Quanto aos problemas da medição os progressos foram limitados. Os dias eram divididos em "horas", mas as noites em "guardas", numa forte influência de um sistema militar num povo guerreiro.

Marc Bloch, escrevendo sobre o tempo diz que o "historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração". (1)

(1) Bloch, Marc. Opus sit. pag. 29.

7 - A datação necessária na sociedade medieval

Razões de ordem religiosa fizeram com que os homens da Idade Média intensificassem o uso da datação para que, sobretudo a páscoa, se repetisse no dia certo.

Assim, a preservação e intensificação das festas religiosas levaram os monges a trabalhos de pesquisa de resultados intensamente úteis para a cronologia.

Se dessa forma aconteceu entre a elite cultural, o povo em geral continuou indiferente às formas de medir o tempo com precisão, de tal sorte que continuou o sistema romano de "horas" durante o dia e de "guardas" durante a noite e de expressões como: "nas matinas", ou "no momento do angelus", "ao raiar da aurora", "ao pôr-do-sol".

Mesmo na literatura das crônicas, o tempo é referido de maneira imperfeita, como "nesse interim", "enquanto isso", "nesse mesmo momento", etc.

A datação do dia, mês e ano, aparece apenas no registro dos fatos mais importantes para a coletividade, de ordem política, social, econômica e religiosa.

8 - O valor do tempo - Conquista moderna

Bem diverso já se apresenta o procedimento nos tempos modernos em que se adquiriu uma noção mais exata do tempo e a necessidade da datação é imperiosa.

A partir, sobretudo, do início da revolução industrial do século XVIII, a importância atribuída ao tempo aumentou consideravelmente. Sua medição cronometrada é indispensável a uma so-

cidade industrializada, e quando o instrumento da sua minuciosa medição, o relógio, aparece, ocorre uma subordinação muito intensa do homem aos dias, horas e minutos.

O tempo adquire, assim, um valor. O valor do tempo. O tempo é preciso. O tempo vale ouro; o tempo é dinheiro.

Dessa forma, é importante saber em quanto tempo tais transformações políticas ou econômicas foram efetuadas. Quantos anos decorreram entre uma e outra. E a quanto tempo estamos de um antigo regime, do surgimento ou da morte de um líder ou da última descoberta científica.

A civilização moderna se compraz em constatar o ritmo de seu progresso e afirma: nos últimos cinquenta anos a humanidade progrediu mais que nos quinhentos anos anteriores; nos últimos cem anos ela caminhou em progresso talvez mais que em todo seu período histórico.

Assinala-se também que essa concepção do tempo não é igual em todos os lugares do mundo e nem mesmo em todas as circunstâncias da vida.

Para o camponês, mesmo o camponês moderno, o tempo não tem aquela premência que possui para o homem urbano, o homem da fábrica, que entra no trabalho sob o toque de uma sirene, no momento exato em que os ponteiros do relógio estão em determinado número. Os que trabalham de sol nascente a sol poente, o fazem sob o ritmo lento, constante, inalterável, tranquilo dos astros e de toda a natureza, parecendo viver num outro mundo à parte.

A observação não é grande novidade quando constatamos a existência de civilizações em estado primitivo, até pré-históricas, ao lado da nossa civilização mais moderna, progressista e desenvolvida em ciência e técnica.

Assim, nos tempos modernos chegamos ao hábito de datar os grandes e os pequenos empreendimentos, todas as comunicações oficiais e particulares, para que os nossos atos, coletivos ou individuais, não se percam num tempo indefinido, como muitos do passado estão vagando, sem fixação, a não ser aquela fixação às vezes vaga e flexível a que chegamos por aproximação de outros fatores.

Além dessa preocupação de fixar o tempo de suas realizações, o que dará aos futuros pesquisadores e historiadores facilidade e tranqüilidade nas conclusões, o homem moderno empenha-se em condicionar, em determinada medida do tempo o maior número de tarefas e realizações. Tem a consciência de que o tempo é irreversível e que convém utilizar no máximo aquilo que não volta mais.

E também porque sua vida, privada ou pública, será medida pelo que fez no tempo que lhe foi atribuído para viver, lutar e trabalhar.

O tempo é hoje medida do próprio espaço que se menciona em horas e minutos gastos no seu percurso, influi na ritmia do coração que se acelera quando tudo em derredor está correndo para ganhar tempo; dá lugar a um outro homem psicológico, frênético, dinâmico.

9 - Na concepção cristã da História, o tempo é linear, constante e irreversível. Na concepção hegeliana o tempo tem o caráter de continuidade homogênea.

10 - Da escola histórica francesa, ou escola dos "Annales", nos vem, através de Fernand Braudel, uma distinção do tempo

po, quanto à sua duração, em três níveis:

- 1) Curto prazo. Nível dos acontecimentos. História episódica
- 2) Nível intermediário, semicurto ou semilongo.
- 3) Nível longo. Maior duração. História Estrutural.

Ainda o mesmo Braudel propõe "uma decomposição da História em planos escalonados", ou seja "a distinção no tempo da História, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual". (1)

(1) Fernand Braudel. La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. (prefácio).

PERIODIZAÇÃO

VII - PERIODIZAÇÃO

1 - O Tempo dividido

Mesmo antes da aquisição de uma noção mais exata sobre o tempo e de uma consideração sobre ele até mesmo exagerada, houve preocupação pelo problema de distribuir o passado histórico no vasto tempo decorrido desde o instante em que se começou a acompanhar a trajetória do homem pelos sinais deixados pela sua presença.

Hoje, apreciando as conjeturas feitas sob várias concepções, poderemos estabelecer um quadro de como se dividiu o tempo passado em períodos, de como se processou uma periodização que consideramos procedimento técnico de divisão de trabalho, do seccionamento do objeto ou conteúdo estudado, para uma análise mais precisa.

Ora, começando a História com a vida do homem sobre a terra, a divisão que exclui longo período denominado de pré-história é arbitrária, inspirada apenas por uma razão técnica de divisão do trabalho, sem a visão de conjunto da humanidade toda, na percepção de sua evolução; sem o desejo de vê-la inteira nos seus aspectos maiores e menores, embora complexos e as vezes escondidos nas suas mentes, nos seus pensamentos mais íntimos.

O registro dessa vida desde os seus primeiros instantes é essencial para compreensão de suas ações futuras.

Assim, o critério de estabelecer o início da História do homem somente a partir do aparecimento dos primeiros documentos escritos, não nos parece justo para aqueles pioneiros que nos

grandes planaltos, nas grandes planícies e no litoral, venceram as dificuldades de um mundo que parecia rejeitá-los, tão quieto e belo estava, na ausência daqueles que chegaram para modificá-lo.

História envolve tudo que o homem realizou - sem discriminação ao seu analfabetismo - considerando que interessa conhecer o período em que deu a partida no seu desenvolvimento mental, com tudo que o antecedeu e durante a própria elaboração, pois tem igual importância para o autoconhecimento, tudo que o homem fez em qualquer tempo e lugar.

Ainda porque o período anterior aos documentos escritos é algumas centenas de anos maior que o período alfabetizado e documentado com a escrita.

A própria qualidade de vida desfrutada em um e em outro está para ser medida e estudada nos seus valores.

Há periodizações cronológicas; foram as primeiras e constituem ainda as mais aceitas. Há periodizações temáticas, baseadas nos sistemas de vida que predominaram e que, portanto, estão sujeitas a concepções e orientações ideológicas.

2 - Periodização entre gregos e romanos

Envolvendo o tempo da História que conheciam, os gregos e os romanos dividiam a História nos quatro impérios que os acontecimentos políticos registravam: o Assírio, o Medo-Persa, o Grego-Macedônico e o Romano. Para a maioria do povo romano, no entanto, o único conhecimento era o de seu próprio Império, iniciado num tempo anterior de populações bárbaras e que não teria fim.

3 - Periodizações baseadas na Bíblia

Com o advento do Cristianismo e a noção de um mundo só, de uma origem única e sob a direção de um único Deus, Santo Agostinho, baseado nas narrações bíblicas e sistematizando as idéias de Sexto Júlio Africano, de Eusébio de Cesaréia e de São Jerônimo, estabeleceu no seu livro "De Civitate Dei," uma divisão da História em seis idades: a primeira, de Adão a Noé; a segunda de Noé a Abraão; a terceira de Abraão a David; a quarta, de David ao desterro de Babilônia; a quinta, do desterro de Babilônia ao nascimento de Cristo; e a sexta, do nascimento de Cristo em diante.

Se bem que tenha sido essa divisão a que predominou pela Idade Média, como era natural, pois foi adotada pelos historiadores medievais, inclusive Beda e Santo Isídoro, uma outra, também fundamentada na Bíblia, teve aceitação. Decorreu da narração constante dos capítulos II e VII do Livro do profeta Daniel. Dividiu a História nos quatro reinos da Babilônia, Medo-Persa, Macedônia e Romano. Foi seu propagador sobretudo, São Jerônimo. Decalçava-se na interpretação feita por Daniel dos sonhos do grande rei babilônico Nabucodonosor.

Joaquim de Floris divulga divisão mais genérica de sua imaginação e que seria de três idades: da Idade Pré-Cristã, do Reino de Deus; da Idade Cristã, do reino do Filho; e da Idade a surgir no futuro, Reino do Espírito Santo.

O ponto marcante de todas essas teorias surgidas entre os medievais é o da eternidade do Império Romano, o quarto e último: não haveria quinto império. Entre as razões de condenação do padre Antônio Vieira, no século XVII, estava a da heresia de haver afirmado que "ainda há de haver quinto império no mundo".

O Renascimento, abriu todos os campos do pensamento para o uso livre do homem. Refletindo sobre a História, percebeu-se então que havia uma distinção geral e fundamental sobre várias épocas, de percepção mais nítida; que a cultura clássica, marco inicial de época realmente digna de consideração, havia sido esquecida quase inteiramente a partir do século V até o século XV quando voltou a florescer. Teria havido assim um período intermediário entre a época clássica e os novos tempos que voltavam a cultivar o classicismo, ou, numa expressão mais política, entre a época greco-romana e a nova época após a tomada de Constantinopla pelos turcos.

A primeira fase seria então de se denominar Idade Antiga e a nova em que voltava o classicismo à sua justa consideração, seria a Idade Moderna. A fase entre uma e outra seria, conseqüentemente, a Idade Média.

O alemão Cristovão Cellarius, conhecido por Keller, professor em Halle, no final do século XVII (1.685), adotou e divulgou essa idéia. Ele fixou a Idade Antiga até Constantino (337), a Idade Média até a tomada de Constantinopla (1453) e a Moderna até o seu tempo (faleceu em 1707).

Essa divisão permaneceu até o século XIX, variando apenas os limites de cada época.

5 - Uma nova Idade, a Contemporânea

A partir do século XIX, novos acontecimentos e novas percepções do passado, fizeram predominar a seguinte divisão: Pré-história, como período dos povos primitivos; Idade Antiga, desde o aparecimento dos primeiros documentos escritos até a divisão do

Império Romano, com a criação do Império Romano do Ocidente, por Odoacro em 476; a Idade Média de aí até a conquista de Constantinopla pelos turcos, em 1453, para uns; até o descobrimento da América, 1492, para outros; até 1517 com a Reforma Protestante, para alguns; a Idade Moderna, de qualquer desses tempos até a Revolução Francesa, em 1789. Finalmente, a Idade Contemporânea, da Revolução Francesa até nossos dias.

A divisão cronológica, como todas as outras, é arbitrária e não podemos tomá-la senão como uma referência flexível, pois podemos discordar dos pontos de referência e nos convenceremos de que outros acontecimentos políticos foram mais marcantes e de mais substanciais transformações. Vale, porém, como elemento imprescindível de divisão racional do trabalho por certa ordem na tarefa de estudar a vida do homem em sociedade, transformando-se e sendo elemento de transformação, através um tempo muito vasto e um território universal.

Não será que a guerra de 1914/1918, ou a última de 1939/1945, poderão, cada uma isoladamente ou as duas, servirem de marco a uma outra Idade? ou outros fatos, como a desintegração atômica e as viagens espaciais constituírem, de justiça, início de nova era na História do homem?

6 - As divisões temáticas

Afora esse critério de periodização baseado na cronologia e determinado por fatos políticos de relevância para a humanidade, há critérios de periodização baseados em fundamentos econômicos, religiosos, artísticos, etc.

Karl Marx, apreciando a predominância do fator econô-

mico na vida das coletividades, considera três fases na história do homem: a do Feudalismo, do Capitalismo e do Socialismo.

Augusto Comte, formulador do Positivismo, já considera as épocas Teológica, Metafísica e Positiva.

Oswald Spengler, vendo a maior expressão da atividade humana manifestada através da arte ou que, através dela temos delineadas fases de progresso e afirmação, divisa as épocas Egípcia, Antiga, Árabe e Ocidental.

7 -As Epifanias de Eugênio D'Ors

Mais razoável parece-nos a divisão efetuada pelo filósofo Espanhol Eugênio D'Ors. Ele divide a História em cinco Epifanias ou Manifestações, assim anunciadas: Epifania do Humanismo que vai do século V antes de Cristo, quando realmente começou a florescer a cultura grega, até o século V depois de Cristo. Nessa Epifania ocorreu o que chama de "a descoberta do homem", consubstanciada na descoberta física através da escultura, e na descoberta moral, através do "conhece-te a ti mesmo", do pensamento estóico de Sócrates.

A segunda Epifania é a da Sociedade, que vai do século V ao século XIII, simbolizada pela obra "A cidade de Deus", de Santo Agostinho, um dos primeiros estudos de Filosofia da História. Nessa fase, sem desaparecer o humanismo, tem predominância o social, nas instituições do feudalismo, dos grêmios e corporações, nas monarquias nascentes.

A terceira Epifania é a do Estado, do século XIII ao século XVIII. Nessa fase com a formação das nacionalidades, a organização dos Estados é pensamento predominante. Tem profunda

influência nessa época o livro de Dante, "De Monarchia".

A quarta Epifania é a do Povo, que se estende do século XVIII ao século XX. Tiveram grande influência os escritos de Vico, Rousseau e Herder.

A quinta é a da Cultura, iniciada em nosso século, ao qual pertencem todas essas conquistas do espírito humano, principalmente no terreno científico e no terreno técnico e o aprofundamento, enfim, de todos os conhecimentos, com a difusão mais larga da cultura.

AS DETERMINANTES GEOGRÁFICAS DA HISTÓRIA

VIII - AS DETERMINANTES GEOGRÁFICAS DA HISTÓRIA

1 - A constância das causas acidentais

Dentre as causas principais dos acontecimentos históricos mais considerados, até bem pouco tempo, as acidentais ou físicas adquirem uma certa importância pela constatação freqüente e fácil que se pode fazer de sua presença, em acontecimentos passados e acontecimentos contemporâneos.

O imenso desenvolvimento da Geografia, que em outros tempos se chegou a chamar de irmã gêmea da História, sobretudo depois do aparecimento da Geografia Humana ou Antropologia, de Ratzel, está a corroborar intensamente essa assertiva.

Com efeito, ela tem fornecido a constatação do relacionamento do homem com o meio, da certeza de uma influência recíproca. A influência que poderia a princípio parecer apenas no seu aspecto físico, na aquisição de alguns hábitos, na alimentação, etc., é muito mais intensa e profunda quando se verifica que age sobre o caráter do povo e que determina, sob certos aspectos, seu destino político.

Segundo Wilhelm Bauer no seu "Introdução ao estudo da História", as mais importantes tarefas que incumbem à Geografia Histórica e que este não é capaz de dominar sem os meios da investigação histórica, são: a exposição das transformações que têm lugar no aspecto das regiões naturais e paisagens, ao largo do curso da História; a determinação do número de habitantes e da difusão no espaço da população de um país, de um Estado; a determinação das fronteiras de um povo e, respectivamente, as alterações expe-

rimentadas na História por essas fronteiras; a investigação das questões de habitação e colonização; e a determinação dos limites regionais e territoriais de caráter político e administrativo que se dêem em cada caso.

Esses pontos apontados por Bauer dão bem a conexão entre a História e o espaço, e a influência forte que este exerce.

Mes, os fundamentos geográficos da História Universal nos são fornecidos por Hegel no "Lições sobre a Filosofia da História Universal". Três regiões geográficas exercem, a seu ver, ação de moldar o caráter das populações que a habitam. A região dos planaltos, a região dos vales e a região do litoral.

Nos planaltos, o homem foi nômade e vivia constantemente à busca da caça ou à busca das pastagens para os seus rebanhos. Isso lhe imprimiu uma personalidade instável e fez com que não construísse muito.

O fato de se não fixar por muito tempo, fez com que somente aperfeiçoasse os instrumentos necessários a uma vida errante e à luta contra aspectos inóspitos da natureza que habitava por pouco tempo em cada sítio. Os instrumentos necessários à luta na atividade da caça e da pesca foram um incentivo ao combate e à agressão.

Quando esse povo do planalto, afeito, assim, a uma vida de luta constante, sem conhecer o repouso prolongado e sem usufruir de habitações que cercassem o repouso de algum prazer, chegou a tomar conhecimento da existência de outras populações, abaixo do lugar de sua peregrinação, interessou-se pelas suas facilidades. E ele foi guerreiro pelo imperativo de descer aos sítios onde a água era abundante, à margem dos rios, onde a subsistência se afigurava menos difícil e onde as habitações, real-

mente, abrigavam das intempéries.

Decorre dessas circunstâncias um caráter de certa agressividade para com os outros grupos, ainda que, entre eles, os homens dos planaltos e das montanhas fossem suaves no trato mútuo, resultado talvez da união que advinha do ambiente que exigia trabalho conjunto e solidário.

Foram homens impávidos, pelo hábito de enfrentar a natureza e os outros homens, num temperamento moldado em parte pelo isolamento inicial, nas altas planícies, compostas de estepes vastas, com escassez de água e as vezes com fronteiras naturais de montanhas.

Nos vales, no entanto, à margem dos grandes rios, a população que se desenvolve é estimulada à sedentarização, e sedentariza-se pela prática da agricultura que prende o homem ao solo. A tarefa de plantar, determina a espera da colheita; a colheita dura algum tempo, proporcionando exatamente o período compensador do trabalho, aquele de desfrutar dos produtos da terra trabalhada.

Essa permanência determinava a construção de abrigos mais duradouros, pois não só se tratava de um simples acampar em benefício dos rebanhos como nos planaltos, mas de residir enquanto plantava, esperava a colheita e colhia, preparando-se para novo plantio.

Ocorreu, pois, entre os homens do vale o aparecimento da atividade agrícola. Os aglomerados surgidos relacionaram mais os homens entre si, fazendo aparecer as primeiras regras de convivência social, um lugar de encontro, um lugar para o culto, um lugar para o chefe que exercia o poder, dirigia o relacionamento na paz e a luta na guerra.

E a guerra não custou a vir em face das incursões dos

nômades das montanhas, na prática da pilhagem, na ambição sobre os seus bens, sobre as suas conquistas. Tiveram então os homens dos vales de pensar na sua segurança, e cercaram suas cidades para facilitar a repressão ao inimigo mortal. E as cidades ganharam muros e os muros estreitaram ainda mais as relações entre os seus habitantes.

O homem do vale tem, pois, um caráter pacífico. Ele é estável nas suas ações. Com ele se realiza o que Aristóteles dizia "que quando o homem tem satisfeitas as suas necessidades primárias, dirige seu olhar para o universal, para o mais alto".

A civilização começa, com efeito, nos vales. Vencidos os desafios dos rios, das enchentes e das secas, vencidos os inimigos, e contidos fisicamente nos limites de suas cidades providas do necessário para sua subsistência, o homem começou a pensar no aperfeiçoamento de suas instituições, para maior comodidade de sua vida e começou a pensar no universal e no mais alto.

Já os homens do litoral, sob o clima e os ventos do mar, tendo os caminhos marítimos abertos, num constante convite à aventura, não resistiram à tentação de ir além, de desvendar o desconhecido, em busca da liberdade que as próprias águas e as dificuldades de avançar no continente lhes impunham.

Por isso, eles tiveram um caráter diferente dos outros dois tipos. Foram os primeiros comunicadores do mundo a grandes distâncias, nas navegações que, pelas dificuldades e pela coragem requerida, davam a têmpera dos bravos aos navegadores e comerciantes. Fizeram os primeiros intercâmbios, foram mais universais no conhecimento do maior espaço, no convívio com o maior número de homens e das mais diversas raças. Tiveram maior conhecimento com o mundo do seu tempo.

Dando lugar a três tipos diversos de homens, três caracteres, determinando o guerreiro, o sedentário pacífico e progressista, e o destemido aventureiro, expansionista e comunicador, a Geografia fundamentou a vida dos primeiros tempos da expansão e do progresso, moldando caracteres para um mundo movimentado, pois diversificado.

O exemplo para comprovação dessa assertiva pode ser tirado de civilizações modernas, nas quais os meios de comunicação, comuns a todos os homens, não chegaram ainda a influenciar, superando a montanha e o mar, com uma força motriz que passou a cortar as águas e a riscar os ares.

Jean Glénisson nos fala do determinismo geográfico, citando Hipócrates (século V a.C.) "que distinguia entre os homens das regiões de altitudes, onde sopra o vento e a água é abundante - são eles de alta estatura, doces e bravos - e os habitantes das regiões descobertas e sem água, onde o clima está sujeito a bruscas oscilações - preferencialmente louros, nervosos, secos, arrogantes e indóceis. "Cita ainda Joan Bodim (século XVI) que ligava o clima aos costumes e às características dos povos" e ainda Giovanni Botero, no nosso século, que dizia - "Os habitantes das planícies, pelas comodidades de que dispõem, pela facilidade dos intercâmbios e do tráfico, habituam-se a ser prudentes e sábios; ao contrário, os habitantes das regiões altas, dada a inospitalidade dos lugares que os abrigam, a rudeza dos seus costumes... são dotados de bastante coragem e ousadia".

Assim, a Geografia Humana, de Karl Ritter, de Frederico Ratzel, na Alemanha, e de Vital de la Blanche, na França, tende a demonstrar que a Geografia impõe leis à atividade humana que as tem obedecido como súditos muito dóceis.

Há, no entanto, hoje como no passado, quem ponha essas circunstâncias no verdadeiro lugar. Parece-nos acertada a conclusão de Jean Glénisson no "Introdução aos Estudos Históricos," quando diz que "a consciência de uma necessária interpenetração do espaço e tempo, excluindo o determinismo à maneira de Ratzel, existe atualmente - e muito viva - tanto entre numerosos geógrafos como entre historiadores".

É realmente necessária a eliminação desse exclusivismo que repugna à visão vasta que temos atualmente das coisas da natureza humana. E ainda mais: a relação atual homem-natureza legal é menos estreita. Com a intensidade das comunicações, o homem recebe as vezes mais influência externa que interna. As concepções políticas, sociais, econômicas e religiosas estão no ar, pelo som e pela imagem, e é só possuir antenas para captá-las. E há uma predisposição natural para assimilar seu denso conteúdo. E possui técnicas eficientes de corrigir os acidentes naturais naquilo em que impeçam o seu bem-estar e o seu progresso.

2 -O complexo espaço-tempo

O olhar de observação do historiador percorre o espaço universal, partindo quase sempre do Oriente Médio, indo ao Extremo Oriente, descendo pelas estepes asiáticas ao Continente Índico, passando a África, subindo ao Mediterrâneo pela Hélade, vindo à Europa e depois à América. Seu pensamento, enquanto realiza em imaginação todo esse percurso, penetra pelos séculos e caminha desde alguns milênios até os nossos dias.

Não pode ter fugido ao raciocínio de que a circulação humana nesse território tão vasto realizou-se com as precauções

dos desbravadores, pioneiros ou bandeirantes diante do desconhecido, passo a passo, sem o uso de qualquer meio de transporte, no início, ou com os mais rudimentares objetos de locomoção animal, em seguida, e somente muito depois com o auxílio da máquina. Esta, exigente pelo seu elevado posicionamento técnico, determinou a abertura de caminhos em lugares às vezes já conhecidos.

É o historiador levado a considerar que "a circulação, domadora do espaço", na expressão de Ratzel, é o veículo de comunicação, da troca material das coisas postas ao serviço do homem, das idéias e do progresso, enfim.

Considera que o móvel dessa circulação e de toda luta para aperfeiçoar os seus meios, com menos desgaste físico para o homem e menos emprego de tempo, foi a necessidade da simples subsistência na colheita dos alimentos, a necessidade da troca de instrumentos materiais, e até o impulso de conquista para o qual a circulação foi contundente, pois regada pelo sangue; depois pela necessidade do controle da conquista e para a manutenção do poder e, finalmente, pelo desejo superior do conhecimento e do lazer.

O que resulta dessa observação é a visão do espaço épico do homem, colocado num ponto qualquer desse enorme território, conquistando-o ininterruptamente para o seu uso, ocupando paulatinamente um lugar e outro, até pensar, num tempo que podemos chamar de agora, na penetração vertical terra adentro e pelo espaço aéreo acima.

É a epopéia de utilizar todo um espaço reservado para ele, que cresce, inclusive em número, para poder desempenhar essa missão expansionista. É uma das características, ou um dos elementos, do seu progresso, o domínio do espaço e o domínio do tempo no deslocamento de um lugar ao outro.

O espaço nos parece, portanto, figurar na História, com duplo aspecto: o de lugar e o de distância. Como lugar, diz respeito à prestabilidade para habitação, à capacidade de alimentação e a possível densidade de ocupação. Como distância, relaciona-se com os problemas de deslocamento ou circulação.

O fator tempo, sobretudo para a circulação, integra-se com o espaço no que se denominou complexo "espaço-tempo" que vem a ser, assim, o resultado da integração entre o espaço e o tempo, em virtude da circulação intensa e dominadora, determinada pelo mais rápido percurso dos espaços geográficos.

Pierre Channu (1) assim resume esse aspecto do complexo dizendo: "A soberania do espaço para o homem, essa outra espessura - a primeira mais misteriosa, é a do próprio tempo, que a História se esforça por apreender - a soberania do espaço nos é ensinada pela distribuição desigual dos homens na terra".

3 - A nova unidade de medida

Para nós, no Brasil, vamos resumir esse domínio do tempo do deslocamento no espaço, lembrando que a frota marítima do nosso descobrimento, saindo de Portugal a 9 de março chegou a águas brasileiras a 21 de abril daquele ano de 1500, e que hoje, decolando do Recife (relativamente perto do monte Pascoal ou Porto Seguro), às 21,30 horas, uma aeronave chega a Lisboa às primeiras horas do dia, após, apenas nove horas de viagem.

Como diz Glénisson ao tratar da expressão "espaço-tem-

(1) Channu, Pierre. "A História como Ciência Social. Zahar. Rio. 1976. pag. 180.

po", "a unidade de medida é a velocidade do deslocamento", assim, "o espaço do historiador não é idêntico ao do geômetra, uniforme, medido em quilômetros". (1)

Durante muitos séculos o homem não percebeu o progresso na conquista da velocidade porque ela foi, realmente, lenta, a princípio, até mesmo durante muito tempo após a descoberta da roda, provavelmente na Assíria de Senaqueribe.

Depois da máquina a vapor, no entanto, o progresso tem sido visível, pois perceptível por uma mesma geração que testemunha o aumento da quilometragem horária de um número ainda reduzido para o supersônico.

Pierre Channu, na obra já citada, destaca os fenômenos ocorridos, de "vencer o tempo" e de "vencer o espaço".

4 - Outros fatores da conquista do espaço

Na história dessa conquista muitos fatores são influentes além da necessidade das comunicações do comércio e depois também dos bancos. O mesmo Pierre Channu, chega a traçar "uma geografia das mensagens" na Europa. (2) Ainda é fator influente a simples comodidade ou conforto do homem colocado diante da necessidade militar de garantir a ocupação ou de conquistar pela força; o interesse religioso do proselitismo ou mais especificamente da evangelização; o interesse social e cultural de levar as idéias e as invenções na vizinhança até além dos horizontes natu-

(1) Glénisson, Jean. Opus Cit.

(2) Channu, Pierre. "A História como Ciência Social". Rio. Zahar. 1976.

rais; a própria distância que tem estimulado o espírito empreendedor e até aventureiro, agindo como uma pista de decolagem para a vitória sobre a própria distância ou como uma plataforma de lançamento para derrotar, inclusive, o espaço, numa tomada de assalto. De qualquer forma, o interesse do homem de vencer também o espaço geográfico, de vencer o tempo, fazendo de um a medida do outro, o espaço é medido em tempo, é um espaço-tempo.

Além desse fator no encurtamento das distâncias em relação ao tempo, a alteração da Geografia pelo engenho humano, armado dos instrumentos e de uma técnica aprofundada, tem contribuído para aproximação dos pontos mais diversos da terra. Os canais de Suez e Panamá, o primeiro de 1869 e o segundo aberto à navegação internacional em 1914, reduziram dois grandes caminhos vitais principalmente para a economia mundial, beneficiando os que exportam e os que importam. As relações via marítima Europa e Ásia litorânea do Pacífico, deixaram de fazer o contorno africano, bem como as relações marítimas dos países do Atlântico com as costas americanas do Pacífico ou países de além Pacífico, deixaram de fazer o contorno da América do Sul.

Acrescente-se o aperfeiçoamento na engenharia das vias terrestres, com as técnicas que proporcionam sua extensão em linha reta, o percurso em pontes sobre os rios, num progresso assinalado sobre a técnica das vias romanas.

A dominação do espaço territorial brasileiro, na marcha heróica dos primeiros exploradores, dos bandeirantes e dos condutores de gado ; dos primeiros viajantes no sentido norte sul, acompanhando a costa e depois mais longe da costa; o desenvolvimento dessas estradas sob a pressão da quase impossibilidade do tráfego marítimo por ocasião da última Grande Guerra, cujos efeitos vieram

até às nossas águas; e, por fim, a vitória sobre o espaço que parecia indomável, pela posição aguerrida de uma floresta espessa, de rios caudalosos e de um rio-mar, o Amazonas. Fez-se o homem penetrar em terras que ainda não tinham visto o sol; fez-se uma conquista talvez das últimas porções de espaço que restavam conquistar na face da terra, para a circulação do homem e de suas riquezas. Talvez seja esta a região-desafio mais acentuada de que se tem notícia: tem qualidades de vir a ser celeiro, qualidades que somente se realizarão mediante tarefas ingentes, superiores àquelas que a domaram no seu espaço imenso, saído do mistério, revelado ao sol e aos olhos quentes e produtores de vida do homem dinâmico deste século.

Outros espaços, em outros lugares do mundo, de terras que não sentem sombras e que somente conhecem uma cor - o branco das suas areias - e outras mais que permanecem na sombra de um céu sempre nublado, que também só conhecem o branco e não conhecem o calor, estão sendo domados para a circulação e para a exploração de tudo que escondem sob essa inospitalidade. São as regiões áridas e desérticas e as regiões geladas.

Já se pode dizer que não resta, neste território, sítio que desconheça o homem. Razão por que já se explora o outro espaço - o aéreo, que se quer como caminho para o tempo, é medido pelo tempo, de início um tanto regressivo.

Hoje o espaço, cuja medida é a intensidade de deslocamento, perde conseqüentemente a capacidade de influir sobre o homem; essa influência foi maior quando o homem estava sujeito às exigências e sugestões de ambientes físicos estreitos. Hoje o seu ambiente é o mundo, ele recebe e irradia influências que a Geografia não alcança. Ele é que está, afinal, modificando a Geografia. Ele está domando o espaço e o tempo, muito mais do que a si próprio.

A ERUDIÇÃO E A AUTENTICIDADE DA HISTÓRIA

IX - A ERUDIÇÃO E A AUTENTICIDADE DA HISTÓRIA

1 - A Erudição

Desde os seus primeiros momentos a História conta com dois tipos de praticantes ou cultores: os que se comprazem com o trabalho minucioso de procurar os fatos nas suas fontes naturais, de deduzí-los mediante a ação dos testemunhos, de analisar os documentos de qualquer espécie que lhes possam fornecer elementos históricos, e os que se realizam melhor trabalhando com uma História Geral, nas suas manifestações máximas, realizando conclusões pela síntese do mais frequente e do mais fundamental, tudo emoldurando com uma forte dose de imaginação.

Uns e outros tiveram suas épocas de maior domínio, mas ambos têm para a História valores que se completam.

A Erudição, "este saber aprofundado nos documentos que fornecem material para a História", como está referido por Jean Glénisson, tem, na realidade, seus primeiros cultores entre os filólogos das escolas de Pérgamo e de Alexandria, respectivamente na Ásia Menor e no Norte da África, ao tempo em que a filologia abrangia o campo amplo das obras literárias e das línguas, sob o ponto de vista do seu conhecimento aprofundado, da crítica dos textos e da gramática.

Tiveram preocupação por conhecer os documentos que fornecem material para a História, ainda na antiguidade, alguns dos logógrafos (primeiros prosadores) que se ocuparam com o passado.

Esse procedimento de subordinar toda crença no passado à fundamentação em documentos, de procurar essas provas como

coleccionadores e de admirá-las como achados preciosos, antes de ser o que se poderá chamar um movimento, um método ou um sistema, o que somente ocorreu nos tempos modernos (séculos XV e XVI), entusiasmou muitos estudiosos que desde então, com a pesquisa, a posse de documentos e a conseqüente crítica muito contribuíram para a verdade científica em História.

Na Idade Média, nos séculos XII e XIII, Guibert de Nogent, nos estudos sobre a Primeira Cruzada e sobre as relíquias; o irlandês Snorri Sturluson, nos estudos sobre a Idade Média irlandesa, Oto de Freising e Bernard Gui, este último no estudo da vida dos santos, repelindo as lendas, dão exemplos da existência de um interesse pela base documental e pela verdade, numa fase da História em que a crença cega e o pouco interesse científico eram apregoados.

Com o Renascimento ela toma sua forma bem própria do tempo, numa inconformação contra tudo que se afirmava sem comprovação e num desejo, numa vocação mesmo, de procurar nas fontes o sim ou o não sobre o que então se dizia ou se acreditava.

A tarefa do erudito, muitas vezes compensada com a descoberta de uma peça fundamental para a elucidação de um fato, chegava a entusiasmar os que a praticavam e a constituir um lazer de excepcionais alegrias.

Não se pode afirmar que ele tenha nascido para a História, pois, pesquisando para criticar os textos literários, na antiguidade, a erudição e a crítica, na Idade Média, preocupavam-se com o passado religioso, textos sagrados, vida dos santos e o martirologio dos cristãos excepcionais na sua vida de fé. Como diz Jean Glénisson "ninguém teria a audácia de refazer, sequer de retocar a obra de Tácito, Tito Livio ou Suetônio". "A erudição,

assim, nasce - e viverá - à margem da História que é, segundo o consenso universal, um gênero literário consagrado à exposição dos grandes fatos políticos e à atividade dos príncipes e heróis".

A atividade que então designava pelo nome de "antiquário" os que a praticavam, confundiu-se, isto sim, com a das hoje ciências, como a arqueologia, a numismática, a filologia, a epigrafia, etc. Os campos das antiguidades romana e clássica são os primeiros a serem vasculhados, num trabalho, assim, mais literário ou de curiosos, colecionadores ou "antiquários", do que mesmo com o interesse de fazer História.

Chega, nessa fase de desalinhamento da atividade de estudos históricos propriamente, o grande surto de erudição e da crítica advindo com o movimento da Reforma Protestante que caracterizou o trabalho de pesquisa para a contestação à Igreja Católica, a crítica sem piedade ao seu passado e aos seus dogmas. "O primeiro efeito da aplicação do espírito de crítica ao problema da autenticidade dos documentos manifestou-se no domínio da Teologia, por ocasião da Reforma", diz José Honório Rodrigues. (1) Essa atitude faz nascer a contrapartida de pesquisas dentro dos mosteiros católicos, para as réplicas que proliferaram na razão direta da contestação.

Toda essa luta pela Reforma e pela Contra-Reforma fez, do que se poderia chamar de germinação da erudição e da crítica, um amontoado de procedimentos que necessitavam de uma sistematização que, na realidade, começou a surgir logo após.

O século XVII, precisamente o ano de 1681, vê o aparecimento do livro do monge beneditino Dom Jean Mabillon, intitulado "De Re Diplomatica".

(1) Rodrigues, José Honório. "Teoria da História do Brasil". São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957. 2ª vol.

Em 1668, um ensaio denominado "Du peu de certitude qu'il y a dans l'histoire" e, em 1695, o Dictionnaire historique e critique", de Bayle, marcam o início de uma ordenação no caos de tanto trabalho sério mas desordenado, vítima, inclusive, da paixão religiosa exarcebada.

O livro do beneditino Mabillon, escrito em contestação ao jesuíta Daniel Van Papenbroeck, superou os seus propósitos de defender a honra da ordem beneditina, e fixou regras para a crítica dos documentos medievais que os homens da Renascença chamavam de "diplomas". Eles obedeceram a regras que foram identificadas por Mabillon, documentos oficiais que eram.

A identificação do autêntico e do falso seria de então em diante, inteiramente possível, pelas características assinaladas e agora tecnicamente analisadas.

Tornou-se comum nesse século de tantas contendas, a procura dos arquivos, como a autoridade isenta para dirimir. A crítica dos documentos foi a prática que resultou dessas novas regras da Diplomática, para cujo exercício era necessário "ter o coração liberto das paixões e, sobretudo da de "criticar" como diz o próprio Mabillon no seu trabalho seguinte, "Traité des études monastiques".

No século XVIII os antiquários se agrupam nas academias e nos institutos, sobretudo na França e na Alemanha. Aí começa, sem grandes propósitos, mas começa mesmo, a verificação da semelhança dos testemunhos autênticos com a verdade histórica. Já aparecem citações e documentos em obras de História. Não ocorre ainda, no entanto, um aproveitamento pela História do enorme manancial de pesquisas e conseqüentes revelações de fontes preciosísimas para os seus estudos. Isto vem ocorrer no século seguinte

(XIX), em meio ao interesse filosófico e científico e a tutela do estado a organizações culturais de erudição e de crítica, tanto na Alemanha, como na França, Inglaterra e Itália, sobretudo, onde proliferaram as sociedades eruditas, muitas de iniciativa particular, também.

As pesquisas, racionalmente realizadas, foram trazendo luz às questões históricas, foram revelando novos fatos e retificando muitos. Havia um interesse especial na verdade histórica, pois a História começava a servir de base a conclusões sobre o sentido da vida humana, as concepções sobre o mundo e estas somente teriam valor se baseadas em fatos universais autênticos.

Os trabalhos iniciados em séculos atrás sob o influxo de interesses religiosos ao lado do prazer de pesquisar e de colecionar dos "antiquários", era exercido com o mesmo entusiasmo pelos profissionais subvencionados pelos Estados e pelas sociedades particulares de amadores entusiastas. As disciplinas auxiliares da História em que resultaram, são responsáveis em parte pela autenticidade, verdade e sinceridade da História. Tornaram-se quase todas ciências pelos novos e racionais métodos de ação. Valorizaram a História, sobretudo na sua fundamentação, no seu caráter científico, afinal.

Desta erudição e desta crítica fundamentada, das quais não escaparam as principais fontes históricas, foi surgindo, pois, uma História científica, História a posteriori (e não a priori), História documentada, provada e que atentava já para as causas e para o encadeamento entre os fatos.

Hoje, a erudição, sem o calor e as chamas dos seus tempos de expansão, pela ação contundente que produziu numa prática intensa e generalizada, está mais forte, pois institucionalizou-

-se e tem em seu auxílio toda a ciência moderna e os recursos da técnica que, ao servi-la, beneficiam-se igualmente dos conhecimentos que ela descobre, armazena, analisa e enriquece.

2 -Para uma melhor fundamentação da História

Do movimento de erudição, das grandes discussões travadas nos séculos XVI a XVIII, das contestações e defesas, das pesquisas, dos estudos críticos dos documentos encontrados, surgiram as várias disciplinas hoje chamadas auxiliares da História.

Os documentos sobre os quais pesquisadores, chamados de colecionadores ou antiquários, faziam as maiores investigações com o intuito de traduzi-los fielmente e certificarem-se de sua autenticidade, eram das mais variadas espécies: pergaminhos de natureza oficial e particular, inscrições sobre pedra em monumentos ou lápides, inscrições ou figuras impressas em moedas e em selos; linhas arquitetônicas de ruínas, objetos que foram de uso pessoal, etc.

Os requisitos de observação exigidos por todas essas espécies de materiais ou documentos eram bastante diversos, pois, o uso de cada um deles tinha datas diferentes e obedeceu a técnicas diversas conforme o lugar e o tempo.

Essas técnicas especializadas dão lugar a formação de disciplinas diferentes que tomam as designações de diplomática, epigrafia, paleografia e numismática, esfragística ou sigilografia, arqueologia, genealogia e heráldica, às quais devemos acrescentar as memórias e a lingüística.

É assim, a partir do Renascimento, que a História,

como hoje a conhecemos, ressurgiu, se considerarmos o pouco de técnica dos historiadores clássicos, ou inicia-se, mais propriamente. O que se fez na Idade Média é mais do terreno da crônica, com Joinville, Villani e Froisart, podendo-se considerá-la, no máximo, uma forma de história imediata, muito leve e restrita ao meio social e religioso.

A erudição e o método crítico trazem à História um elemento primordial de sua grandeza, elemento que não é estético e, ao contrário, se desenvolve constantemente, aperfeiçoando sua argúcia, sua perspicácia na identificação do autêntico e do inautêntico.

Iniciando-se, na prática, por elementos que realmente defendiam pontos de vista, convicções ou paixões, evoluiu para pessoas reconhecidamente distantes de quaisquer paixões que não fossem a da descoberta de novos elementos, para novas afirmações e úteis conclusões, que chegaram por isso a constituírem-se em "eruditos puros".

Seu grande número estava entre membros do clero regular, não somente pela disponibilidade que possuíam para o estudo e a meditação, como pelo grande acervo de documentos das suas bibliotecas, dos mais complexos manuscritos.

Como faz notar Glénisson, além da continuidade no trabalho que a vida monástica proporcionava, pela atividade quase exclusiva dos seus membros e pela sucessão assegurada pelas vocações, organizaram-se os eruditos e críticos em "sociedades", "organizações", "gabinetes" e "cenáculos" que reuniam as várias espécies de pesquisadores, os que trabalhavam sobre os escritos, sobre as moedas, sobre os selos, sobre os achados arqueológicos. Da troca intensa de impressões, experiências e técnicas, foram crescendo

as técnicas de cada um desses ramos de atividade erudita e científica.

Assim, a diplomática que primeiro se sistematizou, beneficiou-se, em seguida, com trabalhos de desenvolvimento da obra de Mabillon, através Dom Toustain e Dom Tassin. Aparecem, sem interrupção, trabalhos sobre a paleografia grega, de Dom Bernard de Montfaucon, um Glossário do Latim Medieval, de du Cange.

Além desses nomes que concretizam a participação francesa na erudição, surgem Leibnitz, na Alemanha, Muratori, na Itália e Reymer, na Inglaterra.

As Academias, as Uniões de Repúblicas, as Ligas congregam os "antiquários" do mundo inteiro, e os tratados ou manuais com os históricos das atividades e as técnicas concebidas, decorrentes e recomendadas, se multiplicam.

Duas obras, "Ars Crítica", de J. Le Clerc e "Traité des différentes sortes de preuves que servent à établir la vérité de l'histoire" de H. Griffet, merecem referência especial, sobretudo pela prova inequívoca que representam da erudição servindo à História, propositada e sistematicamente.

Uma expressão do Abade Anselmo, em 1729, é bastante eloquente neste sentido. Disse ele: - "A antiguidade não foi tão desprovida quanto se pretendeu dizer, dos recursos necessários à História e que, além das Memórias que chegaram até nós, o que havia de obscuro e confuso, foi suprido pelos monumentos autênticos, dignos de fé".

Após o período de uma História filosófica na segunda metade do século XVIII e início do XIX, que também a auxiliou, a erudição se firma inteiramente a serviço da História.

São as técnicas gerais e especificadas em cada uma das

disciplinas ou ciências, já denominadas auxiliares da História, que passam a constituir a base de uma História científica e não mais gênero literário, pois baseada num "saber aprofundado" que lhe fornece a certeza nas afirmações e os elementos essenciais, na sua consideração universal, para uma concepção do mundo.

A qualificação como ciência não cabe a todas essas disciplinas, algumas das quais não passam de ramos da Historiografia (arte de escrever a História e conhecimento crítico dos historiadores). Na opinião de Bauer somente a Paleografia e a Cronologia merecem a designação de ciência.

Se quisermos estender um pouco o conceito de auxiliar, poderemos chegar até a citação da Geografia, sobretudo da Geografia Histórica, da Geografia Humana como fonte subsidiária da História, pois cuidam de registrar as alterações por que passa a superfície da terra pela ação do homem, na sucessão dos acontecimentos e diretamente a vida do homem sob a influência dos acidentes. Considerada durante muito tempo como irmã gêmea, ela constituiu-se com justiça, uma ciência independente, pela sua importância e técnicas próprias e desvinculadas.

Mas, se todos os ramos do conhecimento humano se interligam, se auxiliam mutuamente, podemos destacar a Geografia, dentre tantas ciências que fornecem à História subsídios valiosíssimos. A razão profunda está na impossibilidade de separar o binômio homem-terra que dá lugar à Antropologia e a uma Geografia Histórica.

O fato é que a História, sendo a ciência que acompanha o homem, testemunhando a sua ação em todos os aspectos de sua manifestação, utiliza-se das informações e dos conhecimentos das outras ciências, que muito têm de útil a dizer sobre ele ou sobre o seu trabalho. Ocorre, apenas, que umas são mais necessárias em determi-

nadas fases dos estudos históricos, que algumas estão mais próximas do que as outras. Mas, se todas têm relações com o homem, são necessárias à história do homem, ajudando-o, portanto, na reconstituição do seu passado.

Isto tudo constituiu um conjunto de técnicas que aprofundaram a fundamentação da História.

Depois de Marx e da notável ação da Escola Francesa dos "Annales" (1929), das concepções principalmente de Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, o entrosamento da História com a Psicologia, Economia, Sociologia, Demografia e Estatística aprofundou as técnicas de penetração e fundamentação. Foi um grande passo para uma História do homem baseada nas causas mais evidentes e mais constantes.

3 - Ciências e disciplinas auxiliares

No início do movimento de erudição poderíamos aplicar a designação de antiquários ou colecionadores de antiguidade, aos primeiros homens que se empenhavam na busca de documentos e, reunindo-os, procuravam extrair deles as coisas importantes que o seu simples aspecto nem sempre indicava. A essência que procuravam estava ainda a verter em gotas. Não tardou muito a que se convertesse em vinho substancioso.

Deleitando, chegou a embriagar os espíritos verdadeiramente pesquisadores e sequiosos de crescerem aos conhecimentos de então novo alimento, novos materiais, novos fatos e revelações.

No trabalho de identificar as coisas de valor e de traduzir o que diziam, anotaram o procedimento mais eficiente, os

elementos vitais e discernir, os aspectos a explorar, a confrontar e a testar. Tantas foram as regras que estabeleceram em face da experiência, que surgiram as técnicas de lidar com as várias espécies de documentos.

Essas técnicas deram lugar às ciências auxiliares da História que são as seguintes, na sua quase totalidade, desde Mabillon até Leibniz: Diplomática, Paleografia, Epigrafia (litógrafia, petrografia), Arqueologia, Sigilografia ou Esfragística, Heráldica, Genealogia, Numismática, Cronologia, Cartografia, Bibliografia, Icnografia, Filologia (antroponímia e toponímia), Papirologia, Geografia Histórica, Literatura e Biografia.

A controvérsia antiga e que subsiste está exatamente na consideração do caráter científico destas disciplinas, às quais muitos querem dar apenas a qualificação de técnicas. Se ciências, pelas maneiras concretas de agir, pelas regras com foros de leis que possuem, chegariam até a ser bem independentes da História, pelo muito que possuem dos métodos da Física, da Química e de outras ciências naturais.

A filiação a qualquer dessas correntes está também na dependência do tempo da História explorado pelos estudiosos. É claro que muitas dessas ciências, disciplinas ou técnicas não se aplicam à História Antiga e a História Moderna, pois surgiram para pesquisas sobre a História Medieval. Da mesma forma, algumas dessas disciplinas surgidas modernamente, não terão utilidade para o estudo da História Medieval. Ocorre, então, que algumas não têm aplicação para certos historiadores, enquanto outras têm para eles importância vital, pois sem elas não teriam o conteúdo que conseguiram reunir. Chegaram, por isso, a chamá-las de "ciências fundamentais" o que é bem mais do que auxiliar.

A importância de cada uma poderá ser, assim, relativa, conforme o tempo e a História particular que se explora. Para a História dos povos mais recentes e de algumas das tribos de estágio pré-histórico que coexistem com a civilização de hoje, será outro o elenco de técnicas, disciplinas ou ciências necessárias para o levantamento do seu passado que não mudou, sendo uniforme com o seu presente.

Elas têm todas a característica de não constituírem estudos teóricos e sim eminentemente práticos, sobre os materiais, sobre os documentos, levando a conclusões sobre a peça estudada, sua identidade, sua autenticidade, sobre o que dizem e sobre a verdade ou não do que dizem. Todas requerem conhecimentos auxiliares que tragam luz a muitos pontos obscuros e os resultados têm utilidade comum. Também se conclui que todas, reforçando em cada estudo o cabedal próprio de cada uma, revelavam novos fatos ou novas versões em forma de resíduo que constituía, sem propósito a princípio, puros conteúdos de História.

Esta crítica de documentos e de fatos que a erudição criou e desenvolveu, bem merece a designação de fundamental, aplicada a cada um dos seus ramos, a cada uma de suas técnicas.

Podem algumas delas não resistir a um confronto com o conceito clássico de ciência, enquanto outras estão incontestavelmente nessa categoria.

Como já referimos, para Bauer apenas a Cronologia e a Paleografia merecem a designação de ciência.

Seja qual for a sua designação, a importância que têm para a História Científica, o muito que proporcionaram para que hoje tenhamos à nossa disposição tantos elementos preciosos sobre a vida passada dos povos que influíram na nossa formação, tornam

necessário o seu conhecimento pelo historiador.

Pelo menos, ao historiador moderno, necessários são maiores detalhes sobre a Cronologia e a Arqueologia, justificados pela complexidade da primeira e pelo uso intensivo da segunda que está revolvendo as entranhas da terra nos antigos sítios onde o homem mais porfiou.

À guisa de exemplo do que apresentarem de dificuldades as técnicas de cada uma delas, citamos o caso da Cronologia. - É o estudo da medida e divisão do tempo e dos critérios de sua aferição, empregados pelos diversos povos. Está sendo dividida em Teórica e Prática. A primeira que tem as modalidades de astronômica e matemática, ocupa-se das medidas do tempo. A segunda, também chamada Técnica ou Histórica, refere-se à sua utilização.

O ponto de maior dificuldade encontrado pela Cronologia é o da transladação das datas de um calendário de determinado povo, para os números dos calendários pelos quais passou a notícia ou o texto histórico e, finalmente, para o calendário de uso do historiador.

Partindo todas as medidas originais do tempo, da apreciação e estudo dos astros, estiveram sempre ligadas às religiões antigas e os sacerdotes foram os seus primeiros ordenadores. As vitórias de uns sobre outros povos, com a imposição dos seus deuses, são fatores também da confusão que atormentava os primeiros estudiosos da matéria.

No seu aspecto técnico, a grande dificuldade vem do fato de um mesmo povo haver adotado vários calendários, como os babilônios, chineses, romanos, gregos e americanos pré-colombianos.

No Ocidente Medieval, os vários estilos fizeram até com que o ano tivesse datas diferentes para o seu início, como o dia 25

de dezembro, para o estilo da natividade, 25 de março para a Encarnação ou Anunciação. Em dia que poderia variar entre 22 de março e 25 de abril, para o estilo da páscoa. A adoção de 1º de janeiro para começo do ano foi iniciada na Espanha, e alguns países somente muito depois a adotaram.

Depois da publicação do "Art de Vérifier les Dates" pelos Beneditinos de São Mauro é que tabelas foram organizadas e divulgadas e a tarefa foi se tornando mais fácil para os novos historiadores.

A aplicação dessas técnicas encontra, todavia, dificuldades novas. É quando, então, apelos são feitos aos cientistas que trazem concurso valioso da física e da química e de outras ciências.

A implantação das terracotas e o radiocarbono ou carbono 14, são dois processos de grande valor para a datação flexível de tempos distantes. A primeira teve seus estudos iniciados nos últimos anos do século passado e a segunda por volta de 1940.

As terracotas (tijolos, cerâmicas, todos os minerais que têm na sua composição composto de ferro), registram para sempre o campo magnético existente no momento de seu cosimento. Quando for possível reconstituição da escala das variações magnéticas no passado, pois é sabido que o campo magnético terrestre se modifica todos os anos, um poderoso recurso estará à disposição dos que precisarem datar as grandes construções do passado.

O carbono de peso atômico 14 que entra na composição da matéria viva, vem pela atmosfera para os vegetais e através destes para o homem e os animais. Morrendo a planta ou o animal, não recebe mais nenhuma carga de carbono 14 e sabendo-se que ele decresce constantemente, é possível avaliar, pela quantidade existente no

momento do exame e a porcentagem perdida, o tempo aproximado da peça, sabido que a quantidade de radiocarbono existente no organismo é constante.

Talvez não esteja longe o tempo em que se possa determinar com mais precisão uma data dos tempos primitivos do que de tempos mais recentes.

HISTÓRIA E PESQUISA

X - HISTÓRIA E PESQUISA

1 - Pesquisa e fato histórico

Sendo o homem o objeto da história, para observá-lo no passado temos que analisar os fatos em que ele está envolvido. Apenas essa análise se distingue da análise das coisas materiais nos laboratórios, pois, enquanto nesta se procura algo sobre uma porção de material, na análise histórica, pelo sinal da presença do homem, se procura exatamente tudo que o envolve - o fato, ato ou acontecimento - desencadeado por ele, por ele vivido e ainda por ele mesmo acompanhado em suas conseqüências no futuro.

Então, é pela impossibilidade e desnecessidade de colher o homem isolado, como peça que vai ao microscópio sobre a lâmina, que o observamos inserido em algum fato ou incrustado nas instituições.

Os fatos correspondiam a fenômenos científicos. O acontecimento ou fato-acontecimento histórico é o primeiro objeto de estudo. Não são particularmente duradouros, mas mesmo transitórios, deixam resíduos permanentes, germens de outros acontecimentos ou bases de instituições. As instituições e os costumes são elementos permanentes do passado coletivo do homem.

Ainda devemos distinguir entre acontecimento marcado no tempo limitado e no espaço restrito, e fato, distinguido por sua duração maior. Fato é, assim, mais do que acontecimento. Ele provém de ressonâncias do passado e deve ecoar no futuro. Seu valor é medido, exatamente, por essas conseqüências.

O adjetivo "histórico" será acrescido ao fato se as

conseqüências foram sensíveis ao homem que está, pois, engajado num encadeamento. Como fez notar Adam Schaff, "por outro lado certos processos, nos quais se manifestam regularidades determinadas, podem ser também fatos históricos", como ainda "certas instituições e o seu papel na vida social", "tal como o são os produtos materializados de certos acontecimentos e processos (constituições, leis) ou ainda os produtos de cultura material e espiritual (monumentos, túmulos, ferramentas, utensílios, livros, obras de arte, etc.)".

Tem o fato histórico um elemento material que é o conjunto de coisas, lugares, personagens e um elemento ideal que é o móvel intelectual que lhe deu vida, que é por assim dizer o seu espírito. Esse espírito, então, tem sinais do passado e indícios do futuro muito mais profundos e sensíveis, de mais fácil identificação e de mais precisa mensuração.

A análise dos fatos pode revelar a existência, na sua composição ainda, de elementos únicos, elementos de repetição e elementos de sucessão. Isso indica que ele pode ter novidades, originalidades, contribuições novas para a construção em que o homem labora do início ao fim de sua existência, em todos os aspectos de sua atividade; que ele pode ter características de muitos outros fatos que são quase constantes junto aos homens; e que podem ter aspectos que são elementos no entrosamento que lhe dá valor ou importância.

Na apreciação da importância dos fatos, o pensamento histórico, a concepção do interpretador é sempre decisiva. Ademais, mudam os fatos de importância, conforme o tempo do qual é apreciado. E. H. Carr recomendava "Ver o passado com os olhos do presente". Tem ainda algum valor no sentimento dessa apreciação, a opinião de Benedetto Croce de que "toda História é História contemporânea".

rânea".

De qualquer forma, o acontecimento ocorreu, ficou no passado e deixou memória; o fato aconteceu, deixou marcas ou cicatrizes, repercussões, conseqüências; e a instituição, através de um ato cristalizou um costume.

Todas essas apreciações em torno do que se pode designar num único nome - o fato histórico - ocorrerão quando ele, o fato, for identificado, for julgado autêntico e quando, escoimado de todos os visgos e poeiras que o tempo, as vias de comunicação e as versões acrescentaram.

Essa tarefa, no entanto, é da pesquisa, é do trabalho aperfeiçoado que começou com aqueles antiquários, aqueles colecionadores, aqueles curiosos pertinazes que tiveram tempo de demorar tanto sobre os indícios e as provas do passado. Através de documentos, surgirá o fato, a revelação do que aconteceu no passado. O fato histórico desperta curiosidades de dois sentidos, conforme se trate do simples leitor ou do historiador. Como observa Charles Morazé "não é a linha reta do progresso que o leitor busca na narração dos fatos memoráveis, mas, de preferência, o "suspense" entre o medo e a audácia, o empreendimento e o fracasso, algo desse balanço de possessões contrárias que eleva os participantes do encantamento". Acrescentamos que à distância e à altura, os contornos e interrupções, na maioria das vezes, desaparecem.

Se o documento é, pois, o objeto material da pesquisa, o fato é o objeto intelectual conforme resulta bem claro da exposição de Jean Glénisson. (1) Este é o que interessa ao historiador que

(1) Glénisson, Jean. Iniciação ao Estudo da História. São Paulo.

é um pensador sobre o passado dos homens. Ele, o historiador ou o filósofo, vai ou manda ir à frente, com interesse na água que brotará para aplacar sua sede de conhecimento.

O trabalho seria, então, o seguinte, na palavra de H. I. Marrou: "O historiador começa por levantar uma questão. Depois constitui um processo de documentos e aferentes, a cada um dos quais se atribui a sua nota de credibilidade pela análise preliminar". Passa-se, ainda na expressão do mesmo autor "do documento ao passado", pois, "não estudamos o documento em si mesmo, mas para através dele atingirmos o passado".

O objeto maior da pesquisa para um conhecimento verdadeiro, é o fato histórico. O fato está no documento. O homem está no fato histórico que dependeu dos seus antepassados ou de fatos passados e que também terá relações de dependência com os homens do futuro.

Todos os fatos, encadeados, reconstroem a evolução do homem, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos e de suas instituições. Para captá-los, vidas inteiras foram dedicadas na fase intensa da erudição e hoje, ainda, se dedicam horas a fio, missões inteiras e permanentes. Sobre eles meditam, concluem, historiadores e filósofos, para saberem como se processaram e que sentido têm nesse longo episódio de seres racionais, num universo tão grande e tão complexo do qual, talvez, toda a História humana seja um único fato, incluído, provavelmente, entre os mais simples.

2 - Pesquisa e documento

Um marco para nós de imenso valor na vida da História é aquele em que ela assume um caráter científico, cerca do século

XIX. Leopoldo Ranke é o seu principal artífice. Ele diz no prefácio de sua História Universal: "A história só começa onde os monumentos se tornam inteligíveis e onde existem documentos dignos de fé".

Recordemos, ainda, que, desde os primórdios de movimento de erudição, o documento tem sido o objeto de todo estudo sério. Nasceram aí várias ciências com a finalidade de pesquisar, de analisar em todos os seus aspectos e minúcias os documentos que pudessem trazer luz sobre acontecimentos passados e, em seguida, mais especificamente sobre os propósitos mesmos da História.

Durante séculos, podemos dizer, tudo gravitou em torno de documentos. Somente eles poderiam tirar os estudiosos do emaranhado imenso de lendas e falsificações que deturpavam o pensamento, o saber e as conclusões sobre tudo aquilo que não pertencesse ao presente, que não fosse do conhecimento imediato.

A História Científica ou Genética se assenta sobre essa fonte de verdade que seria o documento, escoimado de toda dúvida, para cuja tarefa já se dispunha de uma consolidação de regras componentes das várias ciências ou disciplinas auxiliares.

A pesquisa científica e sistemática que se desenvolve de então aos nossos dias, para o objetivo intelectual de dispor dos fatos históricos, tem como objeto material os documentos que são, na definição de Langlois e Seignobos, "os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens". Marc Bloch, sobre a importância dos documentos, acrescenta que "... longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, dizem respeito em si mesmos ao mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo, assim, nada mais é do que a passagem da lembrança através das gerações". Definição também lúcida e concisa nos parece ser a que está no próprio significado do verbo latino docere que lhe dá ori-

gem e que significa "uma coisa capaz de ensinar, capaz de dar informações".

A observação sobre o que se afirmou do passado histórico do homem e o que se tem retificado, as contestações e as correntes conseqüentes de opiniões sobre a veracidade ou não dos fatos fornece-nos uma conclusão preliminar: se são falhos os ensinamentos dos documentos materiais, às vezes contraditórios, quanto mais os provenientes dos documentos imateriais ou orais, sujeitos às versões de cada indivíduo e de cada geração que o transmite.

O testemunho, voluntário ou involuntário, tem toda a precariedade e vulnerabilidade que se conhece tão correntemente na vida prática e tão veemente no exercício da atividade judiciária. O involuntário, sem propósito ou pretensão, pela falta de interesse está sempre sujeito ao esquecimento, ao malentendido e à confusão. O voluntário, possuindo certamente uma pretensão visível ou secreta, poderá ser tendencioso, dirigindo propositadamente as conclusões em determinada direção.

A interferência política nos testemunhos materiais ou imateriais é a mais susceptível de adulteração da verdade, porque foi assim no passado e não temos indícios de mudanças no presente. O sistema dominante, por esses meios, faz suas memórias e é claro que as intenções ou as conveniências mais aceitas e recomendáveis são gravadas para perpetuação mais propriamente das boas realizações e nunca das más realizações.

Tudo contribui, afinal, para a dúvida sobre a eficácia dos documentos.

Por isso, há necessidade da crítica externa e interna.

É, em última análise, a prova do que se alegou ou alega.

Sobre esse objeto material da pesquisa - o documento - séries de investigações serão feitas, exaustivas mesmo, minuciosas e exigentes com recurso às ciências auxiliares, pesquisa e crítica, externa e internamente, seja qual for sua natureza. Documentos que registram aspectos da vida nas sociedades: atas, crônicas, leis, inventários, testamentos, diplomas, correspondência oficial, relatórios, anuários, anais, etc. Documentos que registram a atividade literária e artística: comédia, tragédia, representações simples do folclore, poesia erudita e popular, cartas e epístolas, diários particulares, de instituições, memórias, jornais, revistas, retratos, pinturas, etc. Documentos que registram mais especificamente a vida política e econômica: moedas com as suas inscrições, selos, monumentos, contratos de compra e venda, contratos de serviço de cessão ou aluguel, mapas e plantas.

Considere-se também todo objeto que esclarece sobre a vida passada em geral, como restos humanos, ruínas de edifícios, pedaços de utensílios, os túmulos e os seus tesouros e relíquias.

Coisas imateriais como as traduções orais, os costumes e expressões lingüísticas podem ser documentos de grande valor histórico. Até as anedotas e os boatos.

Munido de documentos, de provas, é que o historiador poderá corresponder à afirmação de Cícero, dita em forma de interrogação: "quem não sabe que a primeira coisa a exigir-se do historiador é que ele não tenha a coragem de mentir e que, ao contrário, tenha a coragem de falar sempre a verdade?".

Esse material que é escudo e arma, somente se encontrará através da pesquisa sobre toda espécie de documentos, ou seja, de coisas que possam esclarecer sobre o passado com autenticidade e verdade.

3 - Evolução dos métodos de pesquisa

Todo o formidável movimento que culminou com a sistematização de normas e regras para a crítica dos documentos, através da criação das ciências ou disciplinas auxiliares, constituiu um forte estímulo à pesquisa. E os séculos mais próximos de nós, sobretudo depois da História Genética, tornaram a atividade de pesquisar inseparável do verdadeiro historiador.

Ocorre que os métodos de pesquisa usados pelos primeiros pesquisadores antiquários, como é óbvio, eram bem diversos dos métodos que foram e serão no futuro empregados pelos homens que já dispunham dos roteiros e de experiência acumulados e que funcionavam para eles como verdadeiros mapas indicadores dos caminhos, senão dos tesouros, mas pelo menos, da maneira de identificar o que constituía tesouro ou apenas amontoado de velharias.

Essa diversidade de métodos aconteceu não somente pela posse de uma técnica de ação, como ainda pelo fato de se dispor de um campo mais vasto a percorrer na sua procura (maior tempo e maior espaço), como ainda porque, e principalmente, os materiais que poderiam fornecer elementos necessários à reconstituição da História variavam, não só na sua estrutura material, como na forma de expressão ou de comunicação.

Esses materiais variam de época para época e de região para região.

Vejamos, por exemplo, a grande diferença entre o período do pré-histórico ou da história primitiva e o período propriamente histórico. O primeiro, revelado pelos objetos de uso, por sinais gravados sobre a pedra e por uma arte rudimentar. Essas fontes requerem o conhecimento das disciplinas que tratam da

sua identificação e tradução, ou seja a Paleontologia, a Arqueologia, e, até certo ponto a Epigrafia, nas modalidades de Litografia e Petrografia.

Para a antiguidade, que já dispunha de uma forma de comunicação escrita sistemática, não universal, simbólica ou ideográfica, as disciplinas que possibilitam a pesquisa são a Paleografia, a Epigrafia, a Arqueologia, num período mais longínquo e, depois, a Numismática, a Filologia, a Papirologia, a Diplomática. Na Idade Média, além de algumas dessas, a Genealogia e a Heráldica. A Cronologia serve a quase todas as épocas. Aos tempos modernos servem sobretudo a Geografia Histórica, a Filologia, a Numismática, a Sigilografia e uma literatura abundante.

A época contemporânea que tem as características de uma história imediata, oferece farto material, tão ao alcance do pesquisador e contando coisas tão recentes que ele tem menos necessidade de recorrer às técnicas de autenticidade e de credibilidade.

Olhando o problema sob o ponto de vista de uma outra classificação dos documentos, verificamos que, a partir do incremento da comunicação ou informação escrita, os documentos escritos são responsáveis por uma porcentagem inestimável do acervo de informações históricas.

Quando surgiu no século XII, no Ocidente europeu, o uso da xilografia proveniente da China onde já era utilizada cerca do século VI, os primeiros passos estavam sendo dados para essa nova e eficiente modalidade de fonte do conhecimento do passado que se havia de desenvolver ao máximo até o século XV.

Em torno do ano de 1250, com o fortalecimento dos Es-

tados modernos e uma consequente burocracia, os documentos manuscritos e xilogravados tornam-se abundantes e seriam todos preciosos se não fosse a particular desconfiança nos documentos oficiais que desde os tempos mais remotos são inclinados a revelar mais como deveriam ter sido as coisas do que como realmente se processaram.

Quando Gutenberg, em 1436, engendra a forma de sinais e letras isoladas e confeccionadas em metal, proporcionando a mais rápida formação das palavras e frases e de um sistema de impressão, portanto, mais simples, cujo uso poderia generalizar-se sem dificuldades, a comunicação escrita encontra o seu grande veículo - a imprensa - que vai divulgar o pensamento e a ação do homem.

A vida oficial, a vida social e a particular têm um meio fácil de serem fixadas na comunicação entre os contemporâneos, na reprodução dos manuscritos anteriores para o conhecimento mais geral. Tudo isto, encaminhando-se às bibliotecas e aos arquivos, vai constituir no futuro, como de fato constituiu, um convite ao conhecimento de um dos ramos do saber mais fascinantes: o do passado do homem.

Os tempos assinalam também uma grande diferença nas possibilidades de acesso aos documentos. Grandes devem ter sido as dificuldades dos primeiros eruditos e talvez de toda a classe dos que procuravam aquele saber aprofundado nos documentos. As bibliotecas eram particulares, os arquivos oficiais na posse dos príncipes, sem nenhum sistema de organização, estavam somente ao alcance de uma classe de funcionários que eram verdadeiros guardiões do que também se constituía em segredos dos governos e dos governantes. Juntamente com os museus, não eram abertos ao público. E foram, muitas vezes, vítimas da ação destruidora dos vence-

dores nas lutas políticas ou guerreiras, para "queimarem" a memória dos vencidos.

Um grande marco na história do acesso aos arquivos e museus, oficiais e particulares é o assinalado pela Revolução Francesa que, determinando a apreensão dos arquivos, bibliotecas e museus dos príncipes, fundiu-os com os acervos oficiais e franqueou-os ao público. Chegou a determinar a publicação de muitos documentários até então conservados ocultos. O exemplo foi sendo seguido aos poucos e as democracias o aplicaram em larga escala.

Modernamente, são abundantes as fontes ao alcance dos historiadores. Surge para eles o problema do que procurar, do saber procurar e de onde encontrar o melhor.

Os que seguem o exemplo do Cardeal Baronius, arquivista do Vaticano, usam cientificamente o grande depósito à sua disposição e saem deles cheios de coisas para contar. Os que têm propriamente o ofício de guardar esses tesouros de informações vão a eles com uma curiosidade imensa. Penetram num mundo que reúne o passado de várias épocas com o presente que eles vivem. Notam que não há incompatibilidade entre ambos e que o homem entende a linguagem diversificada dos tempos e dos lugares. Por sua vez recolhem-na e comunicam-na ao presente e ao futuro.

Isso eles farão com precisão e eficiência se usarem os métodos adequados a cada tempo e a cada lugar a que a sua investigação se dirigir.

4- A Heurística

Todos os estudos e considerações, desde a tarefa que se impuseram os colecionadores às técnicas de investigação e de cri-

tica, ao estudo atual da pesquisa histórica, podemos designar sob a denominação de heurística. Ela é, pois, o conhecimento das fontes, ou por outra forma, seu estudo e classificação.

Os alemães designam essa tarefa com o vocábulo "quellenkunde" que se traduz por "eu encontro". Abrange toda a espécie de documentos, materiais e imateriais, escritos e não escritos, tudo, afinal, que possa trazer informações sobre o passado.

Assim, apesar de contar com abundância de documentos públicos e privados à sua disposição, nas bibliotecas e nos museus, apesar da "função criadora" que têm atualmente esses depósitos, contra o objetivo de "conservação" de antigamente, como nota Glénisson, a Heurística tem o campo mais vasto de muitas coisas fora das bibliotecas, dos arquivos e dos museus.

Bauer dá a seguinte classificação das fontes da História em sentido amplo: fatos geográficos; fatos corporais, como constituição corporal, capacidade de resistência, exteriorizados em características de raça, deformidades típicas, restos de cadáveres; fatos da vida prática, como técnicas e formas de enterro, achados em restos, utensílios, edifícios, sepulcros, vestidos, armas, moedas, selos, jóias e organização econômica; fatos da ordem volitiva, como moral, costumes, direito, opinião pública e religião, identificados em costumes sociais, festas, instituições, leis, constituições, cultos e dogmas; fatos das faculdades intelectuais, como ciência e arte, conhecidos através da linguagem, escrita, representação plástica, obras de arte e bibliotecas.

Numa classificação em sentido estrito, Bauer divide-as em fontes transmitidas oralmente, transmitidas por escrito ou im-

pressas, e fontes transmitidas por meio de representação plástica.

Podemos dizer, como Glénisson em relação aos arquivos e museus, que a transição da conservação à função criadora, pelo senso comum entre os homens de estudo ou os de responsabilidade política, administrativa e social, se estende a todo o material que possa ser útil como fonte informadora.

Os serviços oficiais de patrimônio histórico têm a função de conservá-los como quem cultiva a memória para que ela exerça uma missão criadora. A defesa da paisagem e dos acidentes que relembram acontecimentos dos lugares que foram palco de fatos importantes até para o passado regional é propósito de governos e está na lembrança dos planejadores urbanísticos e dos grandes construtores.

Por tudo isso, a heurística não se exerce apenas com as prescrições científicas. Muitas vezes pode o historiador ter necessidade de recorrer a elementos nunca antes anunciados, bem como usar de recursos ou providências de sua iniciativa.

Alguns autores se referem mesmo ao "faro" que possui o bom pesquisador e que é, nada mais, nada menos, que aquela intuição que conduz o investigador policial na direção dos indícios que os levarão a achados de grande valia para elucidação dos fatos propositadamente escondidos.

A heurística é, assim, também uma arte e o êxito do seu empreendimento depende, conseqüentemente, do talento do historiador pesquisador, sua persistência e, às vezes, verdadeira obstinação ao repetir para si a expressão "eu encontro".

Nesse métier ele não poderá estar preso a regras rígidas, mas terá de possuir uma área livre de ação, onde sua intuição ditará o caminho e o procedimento.

Ele deverá, ao planejar seu trabalho: a) saber a originalidade ou não do tema objeto de sua tarefa; b) fazer um levantamento da bibliografia específica; e c) ter pleno conhecimento do depósito no qual fará a pesquisa.

Modernamente, a organização e vigilância sobre depósitos de "toda fonte de informação da qual o espírito do historiador sabe extrair qualquer coisa", é uma segurança e facilita previamente aquele conhecimento do depósito, sejam bibliotecas, arquivos, museus, coleções, ruínas, etc. Nele penetrando, o historiador respeitará a sua "arrumação", seguindo o princípio denominado de "respeito pelos fundos históricos".

Os fundos históricos consistem nas porções de documentos, ligados pelas afinidades da origem, do assunto, do tempo, etc., agrupados naturalmente desde a sua formação ou constituição ou reunidos propositada e racionalmente. Correspondem, grosso modo, a agrupamento de materiais e peças de um acontecimento ou instituição. Seu esfacelamento seria semelhante à dispersão das peças de um edifício histórico em ruínas. Aquelas colunas, aqueles frisos, aqueles portais, destacados e distribuídos seriam destituídos da imagem de uma época, de um dado momento da história, não relembrariam uma sociedade ou um episódio. Esses são os fundos históricos que cumpre respeitar, na sua integridade material e no espírito que possuem.

As bibliotecas, arquivos, museus, edifícios, logradouros, tudo que constitui elemento para a reconstituição da História, está desfrutando hoje do senso de responsabilidade oficial e particular, felizmente reinante, também porque são atração e ponto de convergência turística e tem grande valor econômico, nessa nossa idade do econômico.

Esse "valor" da fonte histórica, sob o ponto de vista do econômico, é aquisição nova dos documentos, aos quais se deu caráter bem diferente daquele possuído ao tempo em que sua consideração era apenas um trabalho vago dos "coleccionadores" e dos "antiquários" e não uma fonte de renda como componente de uma "indústria sem chaminés".

O pesquisador "ganhou" também com essa nova característica. Os governos zelam pelos depósitos históricos. Os documentos escritos estão submetidos a normas de datação e de forma, justamente para que informem com mais precisão no futuro; são colecionados de maneira a facilitar a busca. São catalogados.

Talvez não tenha o documento moderno a resistência ao tempo do documento antigo. O material, papel e tinta, como obedecem a um critério de rentabilidade econômica, são feitos para uma duração que não vai além dos limites do presente. Sua substituição nos grandes arquivos pelo microfilme, a par da conquista na redução dos espaços e na possibilidade de sua projeção, tem o inconveniente de torná-los mais vulneráveis à destruição.

Hoje, a tarefa de encontrar os documentos preciosos à História não tem as dificuldades que o trabalho de procurar oferecia no passado aos pioneiros dessa fonte formidável de conhecimentos.

Mas o historiador pesquisador tem outras dificuldades e responsabilidades, que são, igualmente, aquisições modernas. Entre estas, a dificuldade de saber o que procurar no meio de tanta coisa cuja revelação é necessária.

De fato, todo conhecimento é útil, mas há conhecimentos mais úteis que outros. O tempo do pesquisador é valioso como é o tempo das pessoas a quem pretende servir. Há que concentrar-se no

mais útil, no essencial para o saber, no que possa contribuir para a formação do homem, visando a seu bem-estar.

Não se trata de procurar o que possa constituir exemplo. Muitas vezes os fatos condenáveis esclarecem sobre o que não se deve fazer ou imitar e têm assim o seu valor pedagógico. Cabe discernir entre um e outro o que pode ser mais construtivo para encaminhar o homem na sua vida em sociedade. A ele também cabe contribuir para se "encontrar" uma maneira de conviver melhor do que aquela que o passado e o presente registram.

FILOSOFIA DA HISTÓRIA

XI - FILOSOFIA DA HISTÓRIA

1 - Preocupação do homem com o homem

Quando a História assinala os primeiros sinais de preocupação do homem com o próprio homem, marca também o início de sua grandeza.

Antes, ele, absorto na luta em favor de sua subsistência, vencendo os elementos mais simples da natureza para poder viver, procurou em todos os cantos do seu a princípio pequeno mundo, um lugar para firmar-se. E depois de sedentarizar-se, experimentou a preocupação de construir e de estabelecer condições de vida que o preservassem cada vez mais dos restantes grupos humanos com os quais compartilhava a posse da terra.

Pouco depois e às vezes concomitantemente, preocupado com as forças superiores às suas forças físicas e mentais ainda rudimentares, criou uma mitologia, instintivamente, e, desde então compartilhou de um mundo físico que o desafiava e de um mundo sobrenatural nebuloso, às vezes monstruoso e às vezes protetor.

Por fim, passou a pensar nele próprio. Já estava aí num estágio cultural superior, muito liberto de alguns condicionamentos da natureza material.

Isso ocorreu, no Ocidente, em plena civilização que denominamos clássica, no coração da Grécia. Os poucos homens que, por essa forma representam a humanidade de então não ficaram no anonimato, o que constitui mais um sintoma da grande posição que assumem, de destaque quase transcendente.

Daí em diante, por várias formas, quis saber da sua

origem. Todas as coisas em seu redor tinham princípio, tinham causas. E ele - o homem?

Desejando, então, o conhecimento do seu passado, tendo uma preocupação superior consigo próprio, quis caminhar até suas origens, até sua causa primeira. E também quis prosseguir no sentido do futuro. Para que e para onde caminhar nessa sucessão de gerações?

Desde os primeiros tempos de cogitações sobre a origem e sobre o futuro, a História começou a fornecer elementos intermediários de interpretação. Quais as coisas ou fatores que influem mais poderosamente e mais constantemente nos acontecimentos humanos, nos fatos que levam a humanidade a viver dessa ou de outra forma, mais rápida ou mais vagarosamente para o seu destino? Não tem sido esse destino diferente, conforme a natureza de cada grupo humano e conforme outras causas que cumpre identificar?

Os primeiros homens que raciocinaram sobre o tema, firmaram suas opiniões pessoais sobre o mais importante e o mais constante na determinação dos fatos e do destino das coletividades. Mas os que se determinaram a fixar essas idéias foram poucos.

O primeiro historiador - Heródoto - fugindo ao simples relato dos acontecimentos (ele é classificado como um historiador do gênero narrativo), chegou a demonstrar a sua argúcia na penetração em profundidade nos fatos que conheceu de um passado de poucas milhas no tempo além do seu presente, observando que "a história não é mais do que a alternância das vinganças". Em um mundo guerreiro, das lutas pela posse alternada das terras e pela demonstração de força competitiva, o primeiro autor encontrou um elemento de presença constante. É uma primeira interpretação da sucessão dos acontecimentos históricos.

E os filósofos, os que consagraram a vida à descoberta dessas origens, desses fins e desses meios, procurando em todas as coisas elementos que trouxessem informações, tiveram algumas delas na observação do passado do homem.

Desenvolve-se a História no desenvolvimento da Filosofia, cada uma contendo elementos da outra, sobretudo quando cultivadas por alguns dos gênios com que foram agraciadas por Deus.

Em 1765, num trabalho quatro anos depois incorporado ao "Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações", Voltaire usa pela primeira vez a expressão "Filosofia da História". Antes, a expressão que mais se assemelha é a de "Filósofo da História", usada por Jean Bodin. Isso corresponde mais ou menos ao conteúdo da expressão alemã *Weltanschauung*, ou seja *Concepção do Mundo*.

Com efeito, como explica D. Ludgero Jaspers, no seu Manual de Filosofia (baseado no Curso de Filosofia de Ch. Lahr), "quando o historiador, abraçando de um olhar todos os séculos e todos os países, tenta reduzir à unidade de causa ou de fim todos os acontecimentos deste mundo, faz o que se pode chamar de filosofia da história".

Ela visa, pois, encontrar acima de todas as causas visíveis e perceptíveis, a causa suprema, constante, que movimenta a humanidade com um objetivo. Ou então, visa encontrar o fim último, aquele a que é conduzida a humanidade, a razão de ser do seu constante movimento e do seu caminhar, através de dificuldades, derrotas, retrocessos e de vitórias e sucessos, para um ponto de perfeição ou de extermínio.

Seu material de trabalho é, assim, a História Universal, única a dar a visão de conjunto de que se precisa. Bossuet,

no seu DISCURSO SOBRE A HISTÓRIA UNIVERSAL, além de formular a primeira história universal, de sentido amplo, dá igualmente, pela primeira vez, pelo menos dentro de uma sistemática, a idéia de preocupação com as causas gerais e com os fins maiores e derradeiros, no sentido de todos os homens, de todos os povos, de todo o gênero humano, enfim.

O estabelecimento de um conceito da Filosofia da História tem constituído um problema pelos que não perceberam ainda o seu verdadeiro objetivo.

Zacarias Garcia Villada parece-nos mais sintético e preciso ao dizer que ela é a "ciência que tende a estabelecer as leis que regem o desenvolvimento da humanidade". Ele cita Sanchez de Toca que acha ser a Filosofia da História "a expressão sintética do mais culminante na orientação dos tempos".

A citação de vários conceitos vem a propósito para deixar bem claro, conforme o pensamento da maioria, que Filosofia da História não é a mais simples síntese, mas a síntese do mais culminante para o estabelecimento de leis que são o enunciado das relações constantes entre causa e efeito, ou então a verificação de que as coisas acontecem sempre que há a concorrência de tais e tais causas.

Raymond Aron levanta o problema da seguinte forma: Il s'agit de comprendre l'origine, la fonction, la caractéristique d'une philosophie de l'histoire. En quoi se distingue-t-elle de la science historique qui, elle aussi, vise à reconstruire et à interpréter le passé de l'humanité? Est-elle une survivence des périodes pré-scientifique ou indispensable aux civilisations qui ne peuvent pas plus se passer d'une vue globale de leur aventure que d'une image de l'univers?

Adiante, na mesma obra acrescenta Aron: "Mais quelle est la science que le chef d'État doit posséder? Cette science, répond le philosophe, et celle du bien et du mal. Les techniciens nous enseignent à atteindre les fins prochaines. Il y a une science militaire, mais à quoi servira la victoire? Il y a une science économique, mais à quoi bon la richesse? Le philosophe est au-delà du savoir qui ponde les techniques, non parce qu'il n'a pas besoin de science mais parce que sa science est finale, inconditionnelle. Elle est science des sciences, elle révèle la signification des sciences instrumentales, elle indique le but dernier de l'existence. (1)

Como vemos, portanto, ela é um misto de história do mais refinado quilate, da mais clara verdade, na visão universal, culminando com o estabelecimento de suas leis. Essas serão, como é óbvio, as verdadeiras Leis Magnas, pois fixariam quase que o estatuto geral da humanidade: sua constituição, seus objetivos, sua duração, as maneiras lícitas e ilícitas de alterar o curso de sua vida.

Cabe bem agora a conclusão de François Châtelet: "Aqui e ali, precisões históricas vêm lembrar que a Filosofia não é uma ocupação "separada", que lhe sucede ter uma relação direta, indireta ou contraditória com as práticas sociais e outras atividades culturais". (2)

É uma verdadeira interação filosofia-História o que exi-

(1) Raymond Aron. "Dimensions de la Conscience Historique". Paris. Union Générale D'Éditions. 1938. Pag. 12 e 349.

(2) François Châtelet. "A Filosofia e a História", introdução geral da obra por ele dirigida. Zahar Editores. 1974. Pag.11.

ge a nossa ânsia de compreender o mundo.

Resumem os autores em três as indagações que o filósofo da história formula, no final de sua visão do conjunto da história humana: 1 - de onde vem a humanidade? 2 - para onde vai a humanidade? 3 - quais os fatores gerais e constantes que influem no seu desenvolvimento?

Da maneira como encara o problema e das conclusões a que chega, forma-se para o autor a sua concepção do mundo.

É claro que o pensamento histórico filosófico ou filosófico-histórico, como o da filosofia geral, não tende a resolver nada concretamente, mas, sendo esta a "ciência dos primeiros princípios e das primeiras causas", na definição de Aristóteles, quer estabelecer o princípio e os fins da humanidade e os condicionamentos mais importantes.

A preocupação com sua origem está presente em todas as cogitações do homem. A mitologia, na fase teológica da humanidade, procura explicar, de maneira sonhadora freqüentemente, o aparecimento do homem.

No estudo desses princípios e causas, tem havido conclusões as mais diversas e contraditórias.

Na resposta à primeira questão - de onde vem a humanidade? - assinalamos opiniões que podem ser agrupadas nas seguintes concepções: da geração espontânea, da evolução ou transformação e da criação por Deus.

2 - Geração espontânea

Pensaram alguns cientistas que a reunião e transformação constantes de elementos da natureza chegaram a formar o tipo

acabado e quase perfeito do ser humano. Até onde puderam ir as pesquisas nesse sentido não chegaram a concluir nada de positivo, pois as experiências levadas a efeito em laboratórios redundaram em fracasso e não conseguiram desencadear a vida por nenhuma forma, muito menos em forma que se pudesse comparar à humana.

Ao contrário, concluiu-se que todo o ser vivo procede de outro; toda célula procede de outra célula; todo núcleo procede de outro núcleo.

3 -Evolucionismo

Daí chegou-se a dizer que, portanto, cientificamente, seria razoável afirmar-se que o homem poderia descender de outro animal, sendo de concluir que para isso teria sido bastante a evolução ou transformação, de uma célula em outra e de um núcleo em outro.

Rigorosamente falando, sob o ponto de vista científico, é certo, porém, que nenhum progresso digno de nota teve a teoria que fixou-se no macaco como o animal que, tendo maior semelhança com o homem, pode ser divisado como aquele do qual teria ocorrido a grande transformação. Dois pontos constituem exatamente a grande dificuldade para a validade da teoria: o fenômeno não continuou a processar-se e não se encontrou o elo entre o macaco e o homem, isto é, o tipo intermediário, porque seria impossível a mudança brusca de um tipo em outro, o que já não seria uma transformação mas uma mudança substancial. Por isso convencionou-se chamar de "elo perdido" esse elemento de união, esse ponto de encontro, ou essa etapa da evolução, não encontrada.

Logo, o problema não se resolve pela teoria da transformação ou evolução.

4 - Providencialismo

A corrente cristã providencialista pretende explicar o aparecimento do homem sobre a terra pela forma narrada no primeiro capítulo do Gênese, livro componente da Bíblia ou Escritura Sagrada na linguagem cristã.

Tudo estaria explicado assim: Deus, poder supremo, onipotente, onisciente, sem princípio e sem fim, teria criado todo o universo material e teria criado o homem à sua imagem e semelhança.

Ocorre então, que a forma como o Gênese descreve o acontecimento tão transcendente é por demais infantil e não poderá ser aceita pelo espírito científico e racional da nossa época. Argumenta-se, no entanto, que os livros que compõem a Bíblia foram escritos por homens simples, possuidores de inspiração divina, e para leitores simples e rudes. Muitos dos seus textos foram redigidos mediante a tradição e memória de outros e os seus conteúdos teriam sido assim narrados verbalmente para auditórios ingênuos, ávidos de uma crença já que não aceitavam o politeísmo dominante no seu mundo.

Os exemplos eram dados com o recurso às coisas de conhecimento geral, aos objetos materiais de uso corrente, para que se tornasse acessível a todos, para que os humildes compreendessem e assimilassem o espírito da mensagem inspirada. Usou, dessa forma, o autor do Gênese, do barro e da água para mostrar que Deus havia formado o homem. Devemos ter em vista que a profissão de oleiro era a mais praticada. O barro e a água eram os materiais com que os primitivos trabalhavam mais assiduamente por serem os de mais fácil aquisição e de simples manuseio.

O que pretendia era demonstrar, de maneira clara e acessível, aos mais rudes e ingênuos, que Deus havia feito o homem. Sem uma materialização desse ato, redundaria uma explicação teórica. O essencial nela é a afirmação de que Deus fez o homem.

Se algum dia se encontrar o elo perdido e ficar cientificamente provado que o homem resultou da evolução, não se terá destruído a teoria cristã, pois teria sido aquele o processo usado por Deus. Toda a matéria foi de sua criação, todos os animais também; a vida deles lhe pertence; o tempo obedece ao seu comando; tudo isso ele usou para formar, no final, o homem e a mulher, aos quais deu meios, divinos meios consequentemente, de continuar a repetir o gesto da criação pelos séculos em diante, outro meio de criação ou recriação que seria o segundo dos recursos usados. Não teria lógica atrelarmo-nos àquela forma singela da narração quando o mesmo texto demonstra incontinenti o outro meio indicado por Deus, para ser usado constantemente agora pelo próprio homem, por delegação sua.

Afirmam os autores católicos que não pode o efeito superar a causa. Não pode o homem provir do macaco que não tem qualidades iguais e muito menos superiores às suas.

Os animais não têm história. O homem tem-na de lutas e heroísmos, construindo ele próprio o seu mundo material contra uma natureza inóspita. É dotado de uma inteligência que proporciona criatividade, qualidade de Deus, e possui o dom da liberdade, outra qualidade divina que o faz realmente um efeito com as marcas indelévels da sua grande Causa.

Da mesma maneira que ocorreu na tentativa de resposta à primeira pergunta que preocupou o historiador, para a segunda - para onde vai a humanidade? qual o seu fim? - também não somos unânimes.

Podemos estabelecer quatro respostas que têm causado as mais vivas polémicas e que dividem as opiniões: a humanidade não tem fim algum (materialista); o fim é o prazer ou o bem particular (epicurista); o fim é a preparação do super-homem, através da evolução; ou, finalmente, o seu supremo objetivo é voltar a Deus ou ainda, ela existe para a glória de Deus.

A teologia católica fundamenta essa assertiva pondo a felicidade do homem, desejada por Deus, numa liberdade de ação que o engrandece, no livre arbítrio, que o faz dono do seu futuro e se credite para uma recompensa eterna ou para um castigo também eterno. A visão beatífica de Deus será o ponto alto do destino do homem ou da humanidade que não contrariar os planos divinos e, ao contrário, colaborar no processo da criação e de constante aperfeiçoamento pela prática do bem e da virtude que cumpre cultuar.

A filosofia cristã da história dá uma origem e um fim divinos à humanidade.

Toda a História da Filosofia, aliás, é marcada por essa constante busca que encontrou na História um dos seus materiais mais preciosos para estudo e interpretação.

5 - Concepção materialista

Esta concepção, sem muita lógica, pois é um contra-senso, uma vez que todos os fenômenos da natureza têm uma finalidade, sendo impossível que a vida da humanidade não a tenha, está nos nossos tempos quase inteiramente sem adeptos de valor.

Ela torna o fenômeno da vida mais vazio que o das coisas exclusivamente materiais, exatamente contrário ao homem que tem uma espiritualidade, uma qualidade inerente que lhe dá criativi-

dade, tornando-o verdadeiramente semelhante a quem o criou.

Os reflexos sociais dessa teoria se manifestam no procedimento de prevalência das coisas materiais. Darwin, com a teoria de evolucionismo, contribui decisivamente para essa corrente de idéias que é a descrença na idéia, uma vez que transforma o pensamento num mecanismo de glândulas.

Na sua concepção materialista da História, argumenta Karl Marx que "não é a consciência dos homens que determina a realidade; é, ao contrário, a realidade social que determina suas consciências". Tem embasamento em Engels quando este diz: "O grande problema fundamental de toda filosofia e da filosofia moderna, particularmente, é o da relação entre o pensamento e a realidade, entre o espírito e a natureza. Qual dos dois precede o outro?"

O materialismo histórico não chega a ser uma filosofia. As opiniões mais correntes colocam-no como uma concepção explicativa da História.

6 -Epicurismo

Para os epicuristas o fim da humanidade é o prazer. Doutrina individualista por excelência, ao concluir que os indivíduos procurando o seu interesse, a realização do que constitui prazer para si, estão trabalhando para o bem de todos. Se todos têm esse mesmo objetivo, a conclusão será que o individualismo fará uma humanidade feliz.

A prática não demonstra cabalmente a eficiência desse procedimento. Temos visto o individualismo com resultados negativos, contrários inteiramente aos resultados de um solidarismo, de um procedimento de colaboração e interesses mútuos. Quanto mais

integrada em favor do bem comum, mais feliz a comunidade. Ao contrário do pensamento epicurista, a felicidade individual deverá existir através do ambiente de felicidade geral. Não se pode ser feliz cercado de infelizes.

A terceira pergunta: quais os fatores que influem, constante e permanentemente como causa eficiente ao desenvolvimento da humanidade, visando ao seu fim?

7 - A corrente materialista, como é óbvio, afirma que são forças mecânicas; a corrente espiritualista que são as idéias; a socialista que é o fator econômico; a positivista, o social, além de várias outras opiniões isoladas ou de poucos adeptos que atribuem a vários outros fatores a força constante que está mais frequentemente a influir nos acontecimentos.

Há ainda a corrente providencialista que atribui à Providência Divina a atuação como causa eficiente.

Tomemos, para argumentar em favor dessa doutrina o exemplo de um dos seus maiores contestadores, Voltaire, filósofo do Iluminismo. Ele teve por objetivo em sua obra demonstrar, ao contrário de Bossuet, que não era a Providência impulsionadora e dirigente dos acontecimentos. Estes eram fruto do acaso e de pequenas circunstâncias e bem raramente os homens conseguiam mudar o curso dos acontecimentos.

Mas, por fim, é levado a reconhecer e a dizer que "o relógio prova a existência do relojoeiro". Como diz André Maurois "Voltaire crê que um maquinista divino concebeu, conjuntou e regulou este universo. A grande prova que ele dá dessa crença é, primeiramente, a ordem do mundo". E ainda diz: "uma causa inteligente

anima o universo". (1)

Essas correntes continuam a dividir os pensadores, algumas já mescladas com a aceitação de pontos de vista de outras com as quais procuram se conciliar.

A corrente providencialista atribuindo a Deus a causa eficiente dos acontecimentos humanos, ressalta, no entanto, que Deus age por intermédio dos homens, aos quais deu o livre arbítrio, que engrandece, pois poderá, no uso desse favor, alterar até os planos de Deus.

Havendo Deus criado o homem para um dia regressar à sua presença, logicamente preside e providencia o que falta às suas forças livres para esse final maior.

São autores iniciais do Providencialismo Santo Agostinho, em *De Civitate Dei*; Santo Isidoro, Beda e demais historiadores medievais. Depois Bossuet no seu *Discurso Sobre a História Universal* (século XVII).

Convém ressaltar que, na apreciação das causas principais que atuam na história, devemos ter em vista não as causas de fatos particulares que podem ser as mais diversas, mas aquelas que são de caráter geral, que estão presentes no grande conjunto do encaminhamento da humanidade.

Uma vez aceita a concepção de que a humanidade realmente foi criada por Deus, a aceitação do seu fim, dos fatores que mais influem, é consequência lógica, pois não se admitiria que se criasse alguma coisa simplesmente pelo prazer de criar, abandonando-a depois à própria sorte; não seria um ato racional e dessa forma,

(1) André Maurois. "O Pensamento Vivo de Voltaire". São Paulo. Livraria Martins Editora. 1954. Pag. 21.

inadmissível num poder que é o máximo da razão e da lógica, sem o que não seria superior, não seria Deus,

Seja essa concepção produto de um raciocínio perfeito ou apenas derivada de uma fé muito forte, o fato é que, sem ela, o pensador está sempre a vagar de uma para outra teoria, encontrando falhas e imperfeições em cada uma delas. Resultará fixar-se em alguma sem total convicção ou ficar sem convicção, perdido no meio de tantas idéias, e, afinal, sem idéia alguma, o que não é próprio do racional, muito menos do sábio.

O HISTORIADOR E OS TESTEMUNHOS

XII -O HISTORIADOR E OS TESTEMUNHOS

1 -Crítica histórica e interpretação

No entusiasmo de encontrar sempre novas informações para o conteúdo da História, tem o historiador que age assim, de uma forma racional e científica um propósito intermediário para o seu trabalho - a crítica histórica -. Crítica no seu significado original grego, quer dizer provar, constatar, decidir. José Honório Rodrigues esclarece: "Ora, constatar o fato significa descobri-lo, verificar sua autenticidade e veracidade, o que se faz com a heurística, as disciplinas auxiliares e a crítica, conjunto de um mesmo processo de pesquisa histórica. Assim sendo, não se deve confundir crítica com interpretação, como comumente se verifica". (1) Depois, portanto, é que chega o historiador ao desempenho do objetivo maior: a interpretação.

Nesse trabalho, ele está constantemente acompanhado das figuras e coisas que remontam a séculos passados, umas mais distantes, outras mais próximas, que são os testemunhos. Ele convive com esses companheiros exóticos nos seus aspectos, hábitos e costumes, que falam para ele uma linguagem difícil de ouvir, de perceber, de entender e que, às vezes, se afiguram mudos para o resto dos homens. São companheiros que somente a convivência prologada, o amor à causa e uma certa paciência, proporcionam suportar e entender. Eles assumem as formas de coisas, com

(1) Rodrigues, José Honório. "Teoria da História do Brasil". São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957. 2º Vol.

aspectos variados; têm perfumes estranhos, guardados do "seu tempo", de mistura com os odores do tempo intermediário confinado, sob a terra, dentro dos arquivos chamados mortos, nos porões, onde antigamente se colocaram os prisioneiros ou as provisões. De repente libertados, vêm à presença do inquiridor, de uma forma nova, para se livrarem da tortura do silêncio, eles que têm tanto a revelar.

Mas, como os testemunhos vivos de que também se serve o historiador, eles possuem a qualidade de expressarem a verdade uns e de mentirem outros, de dizerem uma verdade cheia de fantasia que lhes dá a beleza falsa do cosmético, sendo poucos os que nessa classe possuem "sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia", na expressão literária de Eça de Queiroz.

Então, o historiador convive, em última análise, com as almas que não deixaram os objetos mortos como matéria e nada dizem se o interlocutor não tiver as qualidades superiores de invocação e de entendimento de uma linguagem antiga.

Esse convívio indispensável para crescer e renovar o que se sabe sobre o passado, até que se esgote, requer o conhecimento de regras de convivência, principalmente porque o historiador não quer saber apenas para o seu uso exclusivo, mas para transmitir, depois de criticar e de interpretar. E, no dizer de Léon E. Hlakin "o historiador põe a verdade acima da utilidade". Por isso, ele parte da dúvida para construir cartesianamente o seu trabalho. Ainda o mesmo autor: "A ética do historiador compensa seu ceticismo com a autocrítica e a simpatia. Com efeito, o que importa ao historiador não é o detalhe da técnica e sim a qualidade de sua crítica".

E quando lhe falta a companhia benéfica de um testemunho sobre épocas e acontecimentos vitais para o levantamento que está realizando? Ele deverá suprir essa falta, como o juiz que não pode

deixar de julgar pela ausência de leis sobre o fato. Recorrerá a analogias, procurando entender a alma dos antepassados, a motivação de suas instituições, as possíveis conseqüências dos seus atos. Há, pois, que atentar para o uso da perspicácia própria do pesquisador, para o seu bom senso, para sua visão do mundo.

Segundo o economista A. Marchal, citado por Glénisson, o historiador diante dos testemunhos tem "um tríptico sistema de ponderação: ponderação do erudito, em função da autenticidade do documento portador do testemunho; ponderação do psicólogo, quando precisa determinar o grau de sinceridade do depoimento; e ponderação do sociólogo, quando se trata de aferir da medida em que o depoimento é representativo da mentalidade dos homens de uma certa época".

Com efeito, o historiador, mais ainda o filósofo da História, para essas ponderações de erudito, psicólogo e sociólogo, terá que possuir, além do aprofundamento nessas ciências, o conhecimento da cultura humana no sentido amplo, especificamente da História de Cultura.

No processo da investigação histórica, muito mais do que no processo judicial, os fatos circunstanciais, isolados ou encadeados, têm efeitos notáveis e podem ser decisivos no estabelecimento de um critério de aferição e de julgamento.

O historiador não só registra, como compreende e explica o passado, e se é ouvido, acatado, pode, com o seu pronunciamento determinar as influências desses fatos em acontecimentos futuros. Essa determinação, como toda e qualquer influência, poderá repercutir positiva ou negativamente. Daí a responsabilidade do historiador ou do filósofo em mais esta, que seria a quarta ponderação - ponderação de líder ou de guia ao apontar, com a sua

autoridade científica e também moral, alguns rumos para a sua geração.

Nessa função, convém salientar, seu procedimento não é o do pragmático. Este somente examina o fato e dele tira, se possível, um "pensamento" que inspiraria ações semelhantes. O historiador científico ou filosófico, é bem mais profundo. Não colhe exemplos, mas experiência aprofundada, fundamentada à sociedade e enriquecida com as lições de outras ciências, com o bom senso e com aquela sabedoria que vem da reflexão, da posse e prática das virtudes, inclusive daquela de sentir-se um dos que viveram, dos que vivem e dos que viverão numa família universal, pluritemporal, para a qual possui a responsabilidade de ter que ditar uma mensagem.

2 - Crítica externa e crítica interna

Na tarefa de procurar as fontes ou documentos em que possam ser baseadas informações históricas, sem sombra de dúvida sobre a sua verdade, as ciências e disciplinas auxiliares e, modernamente muitas técnicas de peritagem, fornecem meios eficazes.

Sobre a crítica histórica, diz José Honório Rodrigues em Teoria da História do Brasil: "Estudadas as disciplinas que auxiliam a investigação histórica, devemos tratar da crítica, que consiste no exame de valor e identificação dos testemunhos. Esta é a parte principal da Metodologia da História". (1)

A atividade tem, no entanto, dois aspectos ou campos de ação ao se referir ao trabalho da crítica externa e interna.

(1) Rodrigues, José Honório. "Teoria da História do Brasil". São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957. 2º vol.

3 - Crítica externa

A primeira - crítica externa - é chamada crítica de autenticidade e se preocupa, assim, com os elementos extrínsecos ou externos do documento.

Pela crítica externa chegamos à conclusão de que o documento é autêntico, isto é, de que ele emana, realmente da pessoa particular ou autoridade que o subscreve ou a que é atribuído.

Envolve esta crítica as formas extrínsecas e intrínsecas do documento. Pela primeira, examinamos a substância que serviu à sua confecção ou transcrição e à forma de sua fixação nas páginas que o compõem. Pela segunda atentamos para a língua em que foi redigido e ao seu conteúdo, no que se refere à maneira de distribuição no contexto geral do documento.

Com a aplicação de todas as regras que nos legaram os eruditos, a identificação está ao alcance do pesquisador e ele poderá até identificar os documentos subreptícios e os documentos rescritos.

Os documentos subreptícios são aqueles que possuem todos os elementos externos de uma identidade perfeita, são autênticos, isto é, emanam realmente dos que os subscrevem. No entanto, não resistem à crítica interna, pois não revelam a verdade; sendo, ao contrário, inteiramente falso o seu conteúdo.

Os documentos rescritos, por outro lado, não são autênticos, ruindo à crítica de identidade, pois não são originais, mas o seu conteúdo é verdadeiro, está correto o que afirmam.

Dentro das atividades da crítica externa, podemos distinguir as críticas de atribuição e de restituição.

Na primeira é feita a descoberta do autor que ficou no

anonimato ou que subscreveu com pseudônimo o documento ou a obra de arte. Nesta pesquisa o historiador tem que pôr à prova toda a argúcia de que é possuidor e utilizar grande número das técnicas oferecidas, porque essa descoberta da autoria é geralmente um dos pontos mais intrincados de pesquisa histórica.

Na segunda, na crítica de restituição, já é mais suave o trabalho, pois se trata de restabelecer no estado original os documentos adulterados.

Em resumo, os documentos subreptícios são autênticos, mas não são verdadeiros; os documentos rescritos são verdadeiros, mas não autênticos, não originais.

Um grande campo da crítica externa é o da descoberta das falsificações de que o documentário histórico está cheio.

4 - Crítica interna

Esclarecido pela crítica externa que o documento é autêntico, isto é, que a sua proveniência é certa, cabe à crítica interna dizer da sua exatidão, da sua sinceridade, esclarecer se o seu conteúdo é verdadeiro. É a chamada crítica de sinceridade, de exatidão ou de verdade.

Há uma operação preliminar de crítica de interpretação ou hermenêutica num sentido restrito. Para essa operação, que quer dizer a de obtermos segurança de que compreendemos todo o pensamento do autor do documento, indispensáveis são muitos dos princípios técnicos, desde os necessários à tradução exata do significado das palavras empregadas ao tempo em que foi redigido, até a formação intelectual e moral do seu autor, influências do meio ambiente social em que viveu e propósitos de sua época, de sua corrente de

pensamento e do grupo a que pertenceu.

Traduzido o verdadeiro sentido das palavras escritas, do seu contexto completo, resta saber se o autor que na realidade escreveu aquilo que estamos interpretando, usou de sinceridade ou se, ao contrário, devido a conveniências políticas, sociais ou de outra ordem, externou-se falsamente.

Esta dúvida, esta suspeita mesmo, de que ao relatar acontecimentos, ao externar opiniões, os autores sejam levados pelas conveniências, justas ou não, visando bem muitas vezes, outras pela simples vaidade e ainda movidos por interesses inconfessáveis, é um problema sempre presente ao pesquisador, na etapa da interpretação. Se esta dúvida é válida no tocante aos testemunhos voluntários, aos testemunhos oficiais, que dizer quando essa fonte é a imprensa? Inteiramente sujeita à tendência do redator, quase sempre difícil de identificar, e que poderia estar a serviço de um governo, de um partido, de uma classe de pessoas ou trabalhadores, cuja filiação ideológica e política lhe cumpre preservar. Está sujeita até a ignorância de um comentarista sobre determinado assunto que lhe foi ordenado comentar, pela contingência e premência do tempo, dos acontecimentos ou oportunidades de um pronunciamento. Deve refletir, às vezes, a própria opinião pública que se filtrará, no entanto, na concepção do jornalista que a fixou.

A exatidão dos testemunhos é tarefa que desafia, inclusive, o psicólogo. É preciso atentar para a psicologia das multidões quando se pretende interpretar os testemunhos coletivos, as grandes manifestações populares e a atitude dos líderes influenciados pela exaltação dos liderados, dando lugar a personalidades bem diferentes de cada uma das personalidades que compõem o complexo.

Por todas essas dificuldades no exercício de uma atividade criadora como é a da crítica, é que Glénisson, após considerar também o perigo da "tradição oral" para a verdade, aconselha uma "prudência crítica".

No exercício da crítica externa e da crítica interna, além do objetivo de autenticidade e verdade, o crítico encara os meios de maior eficácia, reveste-se de paciência e prudência e de muito amor à humanidade que ele está vasculhando no seu aspecto passado, para servir a um momento muito maior que é o do futuro, em termos de infinito ou de eternidade.

5 - Os métodos de ação da crítica histórica

A crítica histórica exerce o controle geral e a orientação sobre as ciências auxiliares, supervisionando a sua aplicação para que não seja uma atitude mecânica, mas um trabalho com objetivo superior que é o do conhecimento exato do fato histórico, para seu estudo aprofundado.

Mabillon já esclarecia - "Não é necessário criticar por criticar, o que denota baixeza de espírito e humor condenável, mas é necessário criticar para progredir no conhecimento e delinear os seus caminhos".

Refere Léon-E. Halkin, em "Initiation a la Critique Historique" (1) que "no século IV a.C., Éphore enunciou o primeiro princípio de crítica histórica: a abundância de detalhes precisos denota um testemunho bem informado, se se trata de um fato próximo, tanto quanto nos põe em desconfiança contra o narrador de um passa-

(1) Halkin, Léon-E. Initiation a la Critique Historique.

do longínquo". E o mesmo autor define - "a crítica histórica é a arte de distinguir a verdade do falso em História". Acrescenta depois: "O que há de menos subjetivo em História é o método crítico e é porque a História não é uma ciência exata que este método deve ser mais exigente".

Ela tem, assim, como atos precedentes, todo o conjunto de técnicas que servem para analisar os documentos de qualquer espécie e que se consubstanciam nas chamadas ciências e disciplinas auxiliares da História, no procedimento da crítica externa e da crítica interna. Depois dela, da crítica, o ato consequente e que lhe exalta tacitamente o trabalho - a interpretação, com os seus recursos mais amplos à Psicologia, à Sociologia, à Religião e à Filosofia.

Ainda, numa visão mais abrangente, percebemos que a crítica histórica, a heurística e a hermenêutica exercem sua atividade em três fases distintas: 1 - procura a classificação dos testemunhos; 2 - verificação da autenticidade e da veracidade de cada um; 3 - interpretação.

Algumas regras podem ser apontadas para o bom exercício da crítica histórica. Seriam: 1 - considerar a História com base nas origens e não nos escritos de outros; 2 - as reproduções ou cópias são susceptíveis de erro tanto maior quanto maior for o número de intermediários entre ela e o original; 3 - os textos devem ser corrigidos somente após sua compreensão total e identificação rigorosa dos erros, no relacionamento dos quais se deve ter em vista o seu contexto e gênero literário.

Assim, quando for possível ao historiador um contacto com as origens, será evidente que o seu interesse pela verdade histórica fará com que seja essa a sua principal fonte. Depois, a verificação do que já se escreveu sobre o assunto será necessária porque as con-

tradições poderão ter algum fundamento que convém conhecer. Confirmando ou contestando o que se transmitiu entre as origens e o atual pesquisador, um grande serviço terá sido prestado. O trabalho será completo com a crítica aos novos documentos à luz das origens ou dos documentos originais.

O cuidado com as reproduções e as cópias é conseqüência desse zelo, pois é conhecida a vulnerabilidade desses documentos às deturpações voluntárias e involuntárias. A Históriografia nos dá conta da ocorrência de casos de falsificações e adulterações verdadeiramente escandalosas.

A terceira regra ou recomendação diz respeito ao cuidado do crítico em somente corrigir textos depois de fundamentadamente convencido do erro existente e do acerto de sua correção, o que será alcançado inclusive num confronto com o contexto geral em que está o fato ou acontecimento fixado e os propósitos literários do autor do documento.

A crítica ao conteúdo dos documentos não pode fugir ao pensamento e ao ambiente geral dominante ao tempo em que foi elaborado. A apreciação de fatos do passado, com os critérios do presente não é concebível. Ademais, como preceitua Henry Steele Commager em "Iniciação ao Estudo da História," "a tarefa do historiador não é julgar, mas compreender" (1)

Porque houve informações e conclusões levianas, porque foram cometidos muitos enganos na crítica e interpretação de coisas do passado, é que hoje, como diz o mesmo Commager, "não admira que a maior preocupação do historiador atualmente seja a revisão" !

Essa revisão, em resumo, deve ser do fato deturpado ou mal

(1) Commager, Henry Steele. "Iniciação ao Estudo da História".

interpretado, à luz das fontes verdadeiras e dos pensamentos e critérios de que derivaram ou pelos quais foram influenciados. Mas, para que não mereçam outra revisão no futuro, devem ser feitas com a isenção de quem apenas compreende e aprecia, sem avançar no julgamento que, como o anterior ora revisto, está sujeito à tendência, às concepções, aos acertos e erros do julgador.

A questão de determinar até onde deve ir a função crítica e, especificamente, a interpretação, deve ser vista sob o ângulo dos objetivos da História, especialmente em relação à sua função na cultura e na vida do homem.

A advertência de José Honório Rodrigues é sempre oportuna: "É preciso, contudo, não confundir a crítica interna, que é a técnica de interpretação do testemunho escrito, com a interpretação final, que é a compreensão das manifestações da vida". (1)

Seja qual for a profundidade do seu trabalho, os limites traçados pelo objeto da História à sua tarefa de criticar construtivamente tudo que fornece material para reconstituir a vida passada da humanidade, uma coisa que não se pode dispensar ao historiador é entusiasmo, veemência, uma certa eloquência mesmo, ao narrar e ao fazer a interpretação final. Espera-se dele uma exaltação pela compreensão que conseguiu ou atingiu dos fatos verdadeiros e do homem que o originou ou que viveu intensamente para se projetar ou influir no futuro; ainda pela atitude sem movimento ou cor dos protagonistas de episódios que nada originaram, que nada fizeram mas não podem ser esquecidos, ao menos porque foram ponto final de alguma coisa.

(1) Rodrigues, José Honório. "Teoria da História do Brasil".

São

Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957. 2º Vol.

O HISTORIADOR E A HISTÓRIA
COMO ARTE E COMO CIÊNCIA

XIII - O HISTORIADOR E A HISTÓRIA COMO ARTE E COMO CIÊNCIA

1 - Arte e ciência

O autêntico historiador parece-nos ser, dentro da estrutura de qualquer sociedade, uma daquelas figuras veneráveis que a cidade antiga possuiu, apontado pelo sua prudência, admirado pelo seu saber, acatado pelas suas muito retas sentenças e pelos seus sábios conselhos.

Ele tem um pouco daquele ascetismo do pensador que adquire a sabedoria pela reflexão, sendo que ele a tem pelo estudo e pela reflexão; tem muito do profeta inspirado pela Revelação, sendo que ele é inspirado pela história do homem, pela sua interpretação e pelo exemplo dos profetas; tem muito de líder porque ele, com uma formação decalcada numa experiência que vem desde a distância dos tempos, tem uma mensagem para orientação coletiva.

Se esse é o efeito de sua posição e de sua atitude, o fundamento, o conhecimento básico que gera e alimenta esse procedimento terá que ser científico. Ciência, aqui, tem o sentido de uma revelação, incompleta e humana, porque também é um pouco de tudo aquilo que somente pela Revelação poderia chegar ao homem e que lhe é realmente revelado, se bem que paulatinamente, em retribuição medida e contada do seu grande esforço de pesquisa, de estudo e de meditação, pelo seu contínuo e constante exercício de fé científica.

Se ele não é essa figura de interpretador e por conta dessa interpretação não sabe com precisão profética dizer sobre o tempo futuro, aí sim, ele apenas fará viver uma arte, com

qualidades reais de encantamento e de fantasia.

O historiador não tem os recursos da produção literária, da criação livre, da ficção imensa e inesgotável: não tem as licenças poéticas que lhe permitiriam dar vozes às estrelas, aos rios, às montanhas e sonhos maravilhosos aos homens.

Ele está sujeito a um passado, portanto a uma vida que já foi, que aconteceu, que não se pode repetir para experimentar. Seus vôos de dedução, crítica e interpretação não têm a autonomia desejada para desfrutar da altura e do espaço infinitos que, pela distância, diminuem os contornos defeituosos e a tudo conseguem impregnar de um azul celeste.

Os seus pés têm que sentir a terra dos mais longínquos rincões onde a vida humana se desenrolou, ele tem de ver os resultados dessa vida nas coisas materiais que ela deixou e nas imateriais que produziu e conseguiu gravar por todas as formas de fixação.

Autenticidade, verdade e exatidão, ele exigirá de todas as fontes desse conhecimento porque o seu trabalho somente terá a consideração que ele almeja e que a sociedade deseja, se vier impregnado dessas qualidades.

Sua disciplina é ciência, inclusive porque chega a formular leis, não invulneráveis ou intocáveis como as leis das outras ciências também o são, mas o bastante para lhe dar esse caráter científico que se origina do encadeamento dos fatos, das relações de causa e efeito, da descoberta das coisas.

Por outro lado, a História que fala assim, cientificamente, e que não julga, mas descobre, compreende, critica, interpreta, pode cantar a vida e as coisas que contribuíram para o seu desenrolar. Pode e deve usar de "engenho e arte", na sua tarefa,

numa ajuda à motivação para a vida e suas realizações, aos que vivem e viverão além do seu tempo. De toda obra científica se deveria fazer também uma obra de arte. Ela é que impõe beleza ao pensamento e à realização para que nada disso se torne estático e insípido.

Portanto, o historiador, na grandeza da sua tarefa, deve fazer ciência e arte, a partir de um passado real para o bem de um presente e de um futuro que aos poucos volverão à realidade e se acrescentarão à multidão das coisas passadas.

A História "é um processo em permanente movimento, dentro do qual se move o historiador", na expressão de E. H. Carr, e está a "História em perpétua gestação", na concepção de Glénisson e porque, na sentença de Fenelou "o historiador não pertence a tempo ou país algum", nos parece haver uma clara consciência sobre o relacionamento e a posição da História e do historiador.

A esta altura, uma lição de Glénisson será muito útil: "Toda História é uma encenação pela qual o historiador é responsável" e ainda: "À medida que avançamos no tempo, a História parece desenvolver-se em dois sentidos contraditórios. De um lado, a técnica de pesquisa e os procedimentos da crítica vão-se aperfeiçoando e oferecem possibilidades crescentes de limitar o grau de relatividade a que o historiador ainda se encontra submetido no estágio preliminar da prospecção dos documentos, da sua datação e do controle de sua autenticidade. De outro, a complexidade crescente do mundo e a diversidade borbulhante dos sistemas de explicação que se propõe, parecem oferecer uma escolha sempre mais variada de interpretações possíveis, desde que se trate de por em cena as fontes históricas".

O historiador terá que firmar convicção acerca do pro-

blema que se levanta sobre as bases da interpretação: se ela se deve fundamentar nas concepções do tempo vivido pelo intérprete ou com o espírito do tempo em que se desenrolaram os fatos. Há sentenças como a de Guizot de que "o passado muda segundo o presente". E a de Lucien Febvre de que "toda História é filha de seu tempo".

Mas, o historiador atentará à objetividade da História, naqueles pressupostos que Adam Schaff atribui em geral à objetividade: é objetivo o que vem do objeto (o objeto da História é o homem); o que é cognitivamente válido para todos os indivíduos; e é objetivo o que está isento de afetividade e, portanto, de parcialidade.

Sabemos que a imparcialidade é difícil, pois dependente da afetividade e que todo homem guarda afeto pela humanidade, sobretudo sendo historiador, pois a conhece melhor.

É interessante notar a observação de Maritain quando diz que "tem toda razão Henri Marrou ao acentuar que a verdade histórica é completamente diferente da verdade científica e não possui a mesma espécie de objetividade. Trata-se de uma verdade, ou de uma conformidade com o ser; mas sua demonstração jamais é levada a termo (envolve algo de infinito); tem objetividade, mas uma peculiar espécie de objetividade, em cuja obtenção o sujeito pensante se empenha todo inteiro, como agente intelectual".

O valor do historiador está em tudo isso que é trabalhoso conhecer porque é científico e que é difícil exercer porque também é arte e como tal requer aquele dom, alguns daqueles talentos que não foram distribuídos igualmente.

Mesmo que seja entendida definitivamente como ciência, a História não dispensa do historiador a aplicação de uma verdadeira arte na sua narração, na crítica, na interpretação, na exposição científica, enfim; na opção por qualquer dessas formas, o que já denotaria uma inclinação científica ou artística ou literária.

Então, a Historiografia que é a arte ou maneira de escrever a História, aponta-nos como tem sido tratado o assunto e como os vários autores expuseram suas técnicas de estudar e de expor a História, sem fugir à verdade e sem desprezar a arte de dizer, tão cultivada no passado e ainda hoje, pelos que não se materializaram tanto, absorvidos somente pelo fato-matéria.

Como das mais antigas manifestações sobre essa arte ou maneira de escrever a História, registremos os seguintes autores e obras:

- 1 - Bodin, J. - "Methodus ad facilem historiarum cognitionem". Paris. 1566
- 2 - Voss, G. Y. - "Ars Historica". Leide. 1623
- 3 - Mabillon, Jean - "De Re Diplomatica" Libri sex. 1681
- 4 - Montfaucon, Bernardo de - "Palaeographia Graeca".
- 5 - Toustain e Tassin - "Nouveau Traité de Diplomatique".
1750-1765
- 6 - Congregação dos Beneditinos de São Mauro - "L'art de Vérifier les dates".
- 7 - Fresnoy, Nicolau Lenglet du - "Methode pour étudier l'histoire". 1713. - "Suplemento". 1740
- 8 - Wolf, Augusto - "Prolegômenos a Homero". 1795
- 9 - Niebuhr - "História de Roma".
- 10 - Savigny, Carlos de - "História do Direito Romano na Idade Média". 1815

- 11 - Ranke, Leopoldo - "História dos Povos Romanos e Germanos", com o suplemento "Para a crítica dos novos escritores da história". 1824
- 12 - Langlois, C. V. e Seignobos, C. - "Introduction aux études historiques".
- 13 - Berr, Henry - "Synthèse Historique".

No Brasil, cabe citar, com satisfação, a posição inovadora e pioneira de Capistrano de Abreu que, em fins do século passado e começos do atual, pensava muitos anos a frente e externou em suas obras o valor das fontes históricas, muita preocupação com a objetividade, com a relação causal, bem como com os aspectos psicológicos, geográficos e etnográficos. Externou também preocupação com a organização da vida social, com a necessidade de uma intuição do conjunto, essencial à síntese e à interpretação. Além de pontos da arte de escrever, eram temas de uma preocupação científica e antecipadores de alguns postulados da concepção que havia de aflorar em breve, principalmente na França, na Escola dos "Annales".

A ESCOLA HISTÓRICA FRANCESA OU DOS "ANNALES"

XIV - ESCOLA FRANCESA OU DOS "ANNALES"

1 - A partir de 1900

A partir de 1900, com a publicação da sua obra "Síntese Histórica", Henri Berr inicia na França a divulgação das idéias que iriam determinar uma nova concepção da História. A Revista de Síntese Histórica, por ele dirigida complementa e consolida esse trabalho.

Contra a História episódica ou "évènementielle", por ele chamada de "história historizante", uma abordagem mais abrangente e profunda se delineava.

E em 1929, com o aparecimento da revista "Annales d'Histoire Économique et Sociale", dirigida por Lucien Febvre e Marc Bloch, os caminhos e diretrizes para um procedimento mais conforme o novo pensamento foram ditados. E sua doutrinação seguiu-se racional e intensamente. Sobretudo na palavra e nos escritos de Lucien Febvre, por todos os meios de divulgação que pode usar, um novo comportamento diante da História se foi consolidando entre os estudiosos.

A revista adaptou-se a várias circunstâncias do tempo e à orientação dos seus dirigentes, tendo aparecido com as seguintes denominações:

Annales d'Histoire Économique e Sociale

Annales d'Histoire Sociale

Mélanges d'Histoire Sociale

Annales - Sociétés, Economies et Civilizations

Depois dos seus principais fundadores, foi dirigida

por Fernand Braudel.

Lucien Febvre com o seu "Combat pour l'Histoire", reunião sobretudo das conferências que pronunciou, e posteriormente Marc Bloch com o livro "Apologie pour l'Histoire ou Metier d'Historien" (1) deixaram todas as suas idéias, adotadas de imediato pelos seus discípulos mais próximos.

Complementadas posteriormente por uma geração de grandes cientistas sociais, nos dão hoje o quadro de uma ciência magnificamente dinâmica, com as características, apontadas por vários autores e que podemos assim resumir: (2)

- Abrange o homem em toda sua dimensão e complexidade, apreendendo o passado em sua totalidade.

- Dá à História uma função dinâmica e ao historiador uma responsabilidade social, fazendo dele um homem comprometido com o seu presente e com o futuro.

- Realiza maior entrosamento com as outras ciências sociais.

- Confere uma ênfase maior às estruturas e não mais às chamadas personalidades históricas, preocupando-se com a dinâmica da evolução.

- Interesse maior pelo econômico e pelo social, pela interpretação econômica da História.

- Considera também os fatos singulares pela sua importância na realização do objeto principal, mas estuda o passado na sucessão dos acontecimentos, numa imprescindível interação.

(1) Traduzido em português como "Introdução à História".

(2) Todos os fundadores e continuadores dos "Annales", Henri Iréné Marrou "Sobre o Conhecimento Histórico" e Ciro Flamarion Cardoso e Hector Pérez Brignoli em "Os Métodos da História".

- Tem especial preocupação pelo tempo e duração dos fatos históricos, numa superação dos acontecimentos.

- Adota a quantificação ou organização em séries estatísticas dos dados que esclarecem os problemas e demonstram a sua evolução desde um tempo retrospectivo ao presente, com projeções no futuro.

- Recomende o trabalho do historiador a partir de uma interrogação, visando um resultado esclarecedor, de utilidade para a ciência e a vida, explicando o fato numa visão de realidade social, pelo que, não haverá uma história narrativa, mas uma "história problema".

- Fortalece as outras ciências sociais, na medida em que, fornecendo dados sobre a evolução dos seus fenômenos, tornando vivos e vibrantes os seus números, torna-os dinâmicos e categoricamente afirmativos.

- Considera imprescindível o estudo das massas humanas antes esquecidas, sobretudo no seu aspecto psicológico ou seja, no estudo das mentalidades coletivas.

- Estabelece três aspectos básicos predominantes, orientadores no estudo da História: o da estrutura, o da conjuntura e o dos estudos regionais.

- Constata a interrelação entre as estruturas geográfica, econômica, social, política e moral, ideológica e mental.

Daí por que os grandes nomes surgidos no entrosamento estreito entre todas as ciências sociais ou humanas, especialmente a Economia, Sociologia, Psicologia e Geografia Humana, deram as ramificações que são mais ou menos as seguintes:

- História Econômica, com François Simiand, Ernest Labrousse, Jean L'Homme, Pierre Vilar e o americano Earl J. Hamil-

eric Mauro;

- História Sociológica, com J. Kruitrof;
- História Demográfica ou Demografia Histórica, com Pierre Louis Henry, Michel Fleury;
- Psicologia Histórica, História Psicológica ou História das Mentalidades Coletivas, com Lucien Febvre, Ignace Meyerson, André Mandrou e Georges Duby;
- História Quantitativa, com François Simiand, Ernest Labrousse e Earl J. Hamilton;
- História Serial, com Ernest Labrousse, Pierre Goubert, Jean Sarrailh, Frédéric Mauro e Pierre Jeannin, Le Roy Ladurie, Edgar Cahn, Vilar, Baehrel;
- História Regional, com Pierre Vilar, Baehrel e Le Roy Ladurie;
- História e sociologia

A História para além do suceder contínuo, perquiridora e do repetido, do passageiro e do permanente; a História não se situa no passado, como é óbvio, mas plantada sobre o presente; interessada numa mensagem para o presente e para o futuro, com bases e influências bem mais abrangentes. Nessa abrangência, vai aos campos de outras ciências.

Ora, nada tão evidente quanto a proximidade de campo de História com as ciências sociais.

A Sociologia avulta, então, junto à História talvez com parentesco próximo da antiga Geografia, tantas vezes classificada como sua irmã gêmea.

Tendo por objetivo "as manifestações da vida grupal", no âmbito específico de Sociologia Histórica ou Genética, a sua

atuação se exerce na realização de pesquisas e interpretações das fontes históricas, na sua análise de pessoas, grupos e instituições. E. H. Carr diz que "a Sociologia se ocupa de sociedades históricas, cada uma das quais é única e foi moldada por antecedentes e condições históricas específicas".

Para elucidar essa interação História-Sociologia é bastante verificar o seu desdobramento desde que Augusto Comte a designou e formulou. Ela abrange áreas traduzidas nas seguintes designações: Sociologia da Cultura, da Religião, do Conhecimento ou Epistemologia, do Direito, do Saber, da Linguagem, da Arte. Existe uma Sociologia Social ou Sociofilosofia, uma Sociologia Política, Antropológica, Biológica, Demográfica, Educacional, Econômica, Criminal, Doméstica, Antropossociológica, Rural e Urbana.

Tem ainda, na sua interpretação, uma Sociologia Mecanicista (a de Sorokin) para mesclar-se até certo ponto com a História Materialista ou Materialismo Histórico.

A vida social, suas mudanças e permanências, estão também no estudo da História e, tanto uma como a outra, embora por caminhos diferentes, tentam estabelecer leis sobre a vida do homem, sempre grupal, sempre coletividade, enfim, englobando a Humanidade. O mesmo E. H. Carr ainda diz que "quanto mais sociológica se faça a história e quanto mais histórica se faça a sociologia, tanto melhor para ambas".

Também, é certo, as ciências da natureza têm o seu envolvimento nesse supercomplexo que é o homem ainda desconhecido, na opinião de Alexis Carrel.

E, como nota Glénisson, "reduzida a seu esqueleto teórico, a História pregada nas Universidades, em fins do século passado, parece-nos espantosamente pobre".

É exatamente a história que poderíamos chamar "destilada", que quis prescindir dos aspectos da vida focalizados por outras ciências para ser aquilo que diz um certo documento de um determinado tempo, sobre um acontecimento dado. Contém suas justificativas, sua razão de ser, inegavelmente.

Mas, será melhor que esse documento ou fonte, seja imerso na "vida" que abrange todos os tempos idos e todo o cabedal de coisas sabidas, para emergir embebido, substancioso, com um conteúdo total.

Não seria, por outro lado, demasiado julgar embasamento indispensável ao estudo do conteúdo de qualquer disciplina, o conhecimento de sua história.

A sabedoria adquirida sobre como as coisas nasceram e se desenvolveram, apresentar-se-á impregnada dos elementos de sua essência, daquilo que chamaremos de elementos específicos da ciência objeto de estudo.

Há circunstâncias que justificam plenamente este ponto de vista e das quais algumas podem ser extraídas pela sua gritante verdade: o conhecimento do tempo e lugar das descobertas ou criações; suas causas e seus efeitos, as contribuições de outros estudiosos ou de outras gerações na evolução do fenômeno e suas conseqüências no estágio da atualidade. São todos assuntos de uma história particular e especial. Somente a pesquisa, o conhecimento e a sua transmissão trarão aos estudiosos de hoje e de amanhã, a notícia indispensável sobre estes tópicos vitais.

A questão, modernamente, seria de decidir se cada disciplina deveria ser estudada e ministrada paralelamente a uma outra de sua história, ou se esta deveria estar constantemente mesclada ao seu conteúdo, pelo mesmo professor, de tal sorte que o

aprendiz ou o cientista teria de cada elemento estudado uma aprendizagem o mais que possível completa.

Ocorre, em particular, como justificativa desse procedimento, o fato de o porquê e as circunstâncias das coisas funcionarem como ponto de apoio da memória para gravar ou acondicionar em segurança as peças fundamentais do estudo.

Um fato ou fenômeno desvinculado do mundo que o gerou ou alimentou, no qual atuou ou atua, não pode ser compreendido na sua plenitude. Desgarrado de toda uma realidade, da situação em que apareceu e à qual deu também a sua resposta, poderá ficar como um ponto isolado, perdido entre tantos acontecimentos e será, depois, perdido, igualmente, na memória.

Tudo está, assim, impregnado de história; tudo tem história; cada coisa tem sua história. A história das ciências sociais ou em particular da Sociologia, para nos cingirmos a designações de ramos de conhecimento mais ligados ao fenômeno Humanidade, torna bem evidente o íntimo parentesco com a História, embora se encontre nas conclusões de historiadores ou filósofos da História e de sociólogos, profundas controvérsias.

Desejamos, como está evidenciado, deixar claro que a História é sumamente abrangente e de vastas dimensões.

Para o eficiente exercício de seu objetivo - o homem - e de sua mensagem para o homem, fundamentada no passado e no presente - tem que ser integrada especialmente com as outras ciências do homem, por sua vez ligadas às ciências da natureza.

A Sociologia ressalta nessa intercomplementaridade pelo seu encontro com a História na distância de um pensamento filosófico bem alto, onde as respectivas linhas que vinham paralelas por tanto tempo desfazem a lei geométrica e se encontram num

ponto comum.

A indagação recente de J. Kruithof "qu'est-ce qui est important dans l'Histoire"? é no sentido de uma aproximação recíproca da História e da Sociologia para dar a esta uma perspectiva e uma duração maior nas suas análises, com uma mais profunda penetração no passado. As estruturas estudadas pela Sociologia ganhavam o conhecimento das estruturas.

Na revolução causada pela Escola dos "Annales" e nos escritores que adotam sua orientação, o entrosamento entre as duas ciências é perfeito pela evidência de sua interação.

3 - A História Psicológica ou História das Mentalidades

Ao historiador interessava a psicologia dos líderes ou homens ilustres bem como as expressões superiores do espírito humano.

A partir da "Síntese em História" e dos "Annales", voltadas as atenções para o estudo das grandes massas humanas, bem como para todos os produtos da vida em comunidade, nos seus aspectos mais simples quando interessantes, a psicologia coletiva tomou o lugar da psicologia individual.

O estudo não apenas da mentalidade dos chamados grandes condutores da história, mas das mentalidades coletivas, do espírito e das idéias dos homens aglomerados em grandes grupos, principalmente.

Lucien Febvre que iniciou essa posição diante da História, argumenta que sendo a Psicologia o conhecimento científico da função mental, deve, necessariamente, manter relações de muita aproximação com o conhecimento científico da função social, a so-

ciologia e que esta, por sua vez, terá de manter o maior entrosamento com as disciplinas históricas. Deverá iniciar-se, pois, uma psicologia coletiva, que partindo do estudo das massas humanas atuais, estende suas conclusões às massas humanas antigas. E verifique o que o homem deve a seu meio social, ao seu organismo específico, às particularidades individuais de sua fisiologia e aos acidentes de sua vida social. (1)

Essa nova abordagem da História não chegou a fornecer objetivos e métodos como ocorreu com a Economia, a Sociologia e a Demografia, mas suscitou muitas questões de interpretação que não vieram propriamente a afetar no seu conteúdo a Psicologia, mas tiveram repercussões maiores na sociologia.

Sob o ponto de vista histórico, das coletividades do passado, a análise das mentalidades, baseia-se nas peculiaridades do ambiente em que se desenvolve a coletividade estudada, como também, tendo em vista o contexto social a que pertence.

Para realização do seu objetivo total, a história psicológica das mentalidades atua em vários níveis: o indivíduo, o grupo familiar, as classes sociais, as categorias profissionais e todos os grupos que pela sua natureza e atuação tenham influência no comportamento coletivo.

Suas idéias mais correntes, seu caráter, os níveis do seu desenvolvimento, a supremacia ou hegemonia de grupos, suas ideologias mais dinâmicas e a influência que exercem sobre as estruturas econômicas e sociais. Como aspectos às vezes determinantes de outros de maior importância, atenta-se também para o mecanismo das comunicações e o sistema educacional da coletividade estudada. A linguagem usada, a mudança no sentido das palavras, no que representam como meios ou instrumentos mentais no relacionamento social,

(1) Febvre, Lucien. "Combats pour l'histoire".

são valiosas fontes na análise das mentalidades. Fala-se numa **Lexicologia**, numa **Lexicografia**, numa **Lexicometria** e numa **Semântica Histórica**.

As crenças, incluindo os sincretismos, a concepção do mundo, do homem, dos grupos, das suas atividades materiais e espirituais, dos seus padrões morais, do sentido de igualdade ou da supervalorização de homens, grupos e coisas, sistemas de repressão e outros aspectos da vida em comunidade, são igualmente campos valiosos de estudos. As manifestações artísticas são um campo que merece destaque entre os instrumentos de uma coletividade para revelar toda a sua mentalidade e os pontos finais de sua realização, incluídas aí, como é óbvio, as manifestações de maior profundidade e alcance e as manifestações populares ou as mais ingênuas. A **Iconografia**, por exemplo, nos seus aspectos temático e quantitativo ou **serial**.

A partir de Henri Berr que demonstrou a utilidade da **Psicologia** na História para realização de uma completa síntese em História, e sobretudo de Lucien Febvre que merece o título de instituidor do novo ramo de estudos que é a **Psicologia Histórica**, registra-se na vida ainda breve desses estudos, grandemente inseridos no campo da **História Social**, contribuições de grande valor.

Assim, Marc Bloch, com o estudo das crenças populares e dos poderes milagrosos, George Lefebvre com a análise do que se processou na mentalidade dos franceses nos fatos ligados aos movimentos de 1789, Ignace Meyerson com o seu livro "**Les Fonctions Psychologiques et les Oeuvres**", bem como dos psicólogos Charles Blondel e Henri Wallon e dos sociólogos Roberto Mandrou e Georges Duby, com orientações metodológicas, como bem especificam **Ciro Flammarion Car-**

doso e Héctor Pérez Brignoli no seu "Os Métodos da História". (1)

Robert Mandrou indica: a) reconstrução das estruturas mentais das sociedades, das classes e dos grupos, com os seus traços originais e b) identificação das conjunturas mentais mais vulneráveis às mudanças que define como "climas de sensibilidade".

Georges Duby adota o método baseado nos três níveis de duração de Fernand Braudel: o curto, o médio e o longo prazo. No primeiro, coloca as agitações, os tumultos, as revoluções rápidas; no segundo, os hábitos, as modas, as mudanças de linguagem; no terceiro, o de evolução mais lenta, estariam as crenças, as concepções do mundo, as regras de comportamento, as heranças culturais, enfim tudo aquilo que constitui as estruturas mentais e que lhes determina a mais lenta evolução, a maior insensibilidade e reação às mudanças, razão pela qual Fernand Braudel chamou-as de "prisões de longo prazo".

4 - A consideração das estruturas

A estrutura, ou mais precisamente, as partes de um todo, sua composição e a maneira como estão agrupadas, tomou significação especial, principalmente, em Economia - as estruturas econômicas, e em Sociologia - as estruturas sociais.

O tema é familiar ao historiador, pois toda a História em qualquer dos seus aspectos, depara-se com a existência de setores da vida coletiva que são mais estáveis e mais permanentes e configuram no seu conjunto, só muito lentamente modificável, a fi-

(1) Flamarion Cardoso, Ciro e Héctor Pérez Brignoli. "Os Métodos da História". Rio. Edições Graal Ltda. 1979. pag. 396

sionomia total de uma comunidade, de uma sociedade econômica, social ou política, quase que o seu mapa ou o seu organograma.

O seu conceito - de estrutura - está em oposição ao de conjuntura que denota movimento.

Significa, portanto, e principalmente, os setores da vida econômica, social e política mais estáveis e permanentes.

Resultando de uma vivência de longa duração e pela sua importância na vida individual e coletiva, as estruturas têm na História o estudo da sua origem e da sua evolução.

O termo que tem sido usado pelos marxistas desde o século XIX e pelos historiadores de aí em diante, teve reestruturado o seu conceito depois do estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss.

Fernand Braudel distingue vários níveis evolutivos das estruturas:

- as estruturas econômicas mudam mais rapidamente;
- as estruturas sociais em ritmo mais lento e
- as estruturas mentais mais lentamente ainda.

5 - História quantitativa e serial

O uso de números e quantidades nos trabalhos de História não é aquisição moderna. No entanto a sua aplicação sistemática é recente.

Os economistas historiadores, no estudo do passado da Economia, chegaram a demonstrar pelas quantidades a evolução dos acontecimentos, tirando as conclusões que a linguagem numérica aponta, sobretudo quando aplicadas no médio ou longo prazos.

Essa tendência generalizou-se inicialmente entre os an-

glo-saxões. Nos Estados Unidos da América do Norte, Simon Kuznets e, em seguida, a New Economic History, aplicaram as expressões numéricas das quantidades como instrumento essencial dos seus trabalhos.

Na França, Jean Marczewski, preocupado com a demonstração e fundamentação dos preceitos da Contabilidade Nacional ou Social, recurso novo e indispensável da Teoria do Desenvolvimento Económico, também nascente, desenvolveu largamente o estudo quantitativo da economia e sua história.

As séries homogêneas diziam mais da evolução dos fatos e a grande preocupação passou a ser exatamente essas transformações económicas com reflexos sociais e políticos, ao invés das ações puramente pessoais ou da figura dos personagens influentes.

Como uma das modalidades da história quantitativa, pois, surge a História Serial que aos poucos supera os limites da História Económica e abrange também as outras ciências históricas e as ciências sociais em geral, principalmente na delimitação e desenvolvimento das estruturas.

Verifica-se, assim, no final da década de cinquenta, que havia uma História Quantitativa praticada por economistas historiadores, com duas tendências, a de Simon Kuznets e Jean Marczewski, e a da New Economic History, e, especificamente uma História Serial, de historiadores economistas, mais dedicada as séries estatísticas e mais generalizada em toda espécie de História e principalmente, a princípio, nos estudos de demografia. (1)

Merecem destaque, os trabalhos de Pierre Coubert e Jean Meuvret sobre as razões demográficas das crises de subsistência,

(1) Flamerion Cardoso, Ciro e Héctor Pérez Brignoli. "Os Métodos da História". Edições Graal Ltda. 1979. Pag. 31

bem como os estudos de demografia histórica de Louis Henri. População, produção, preços, salários, rotas e tráfico comercial e, eventualmente, as empresas, são as grandes preocupações dos historiadores, séquiosos de explicarem as razões do que aconteceu no mundo que viviam e forneceram elementos de orientação na difícil conjuntura de um após guerra. Os estudos regionais, pela visão mais completa que poderiam dar de certos fenômenos, bem como pelo fato de o passado recente, inclusive, ter sido influenciado mais pelo ambiente regional do que propriamente pelo nacional ou universal, tiveram grande incremento.

Acrescenta-se a obra de Ernest Labrousse sobre a estrutura e conjuntura da economia do ancien régime, com a análise dos aspectos demográficos e sociais nas grandes crises.

Destacam-se igualmente Pierre Channu, Frédéric Mauro, Pierre Jeannin e Pierre Vilar.

6 - Concepção depois da Escola Francesa dos "Annales"

Confronto com a concepção anterior a 1929

ANTERIOR

ATUAL

Ciência confinada.

Interesse pelo aspecto político e guerreiro.

Vida das "personalidades históricas".

Prevalência do factual.

Encadeamento causal.

Objetivo: conhecer o passado para compreender o mundo presente.

Entrosamento com as demais ciências sociais.

Passado do homem na sua totalidade. As massas humanas.

Superação dos acontecimentos.

Os fatos no contexto amplo da realidade social.

Passado numa interação dinâmica - Sucessão dos acontecimentos.

Ênfase ao econômico e social - Interpretação econômica da História.

Preocupação com a evolução - A Quantificação - As séries estatísticas.

Preocupação com o espaço e o tempo - Acontecimento - Conjuntura - Estrutura.

Objetivo: resposta a interrogações do presente no interesse da vida e da ciência.

7 - Resultado da aplicação das quantidades e das séries
estatísticas

HISTÓRIA SERIAL
Escola dos "Annales"

HISTÓRIA QUANTITATIVA
Escola de Chicago

Feita por historiadores-economistas.

Feita por economistas-historiadores.

Uso das séries estatísticas.

Quantifica toda a História.

Respeito ao caráter próprio de cada sistema econômico, estudando-o de acordo com sua teoria própria.

Aplicação da Teoria Econômica atual aos sistemas econômico-históricos.

Constrói as diferentes teorias histórico-econômicas, relativas a cada um dos sistemas econômicos registrados na História.

8 - Destaque das contribuições

Dentre os primeiros autores que contribuíram e contribuem para difusão e aplicação das novas idéias sobre a História, destacamos alguns, da seguinte forma:

- Henri Berr -

Importância da síntese histórica e da psicologia social.

- Lucien Febvre -

Primeiro diretor dos "Annales," disse: a História, ciência do passado, ciência do presente. A História é filha do seu tempo.

Criou a Psicologia Histórica, pela observação das atitudes psicológicas e das estruturas lógicas.

Recomenda a História como estudo das sociedades, em conexão com as demais ciências sociais, alertando contra o anacronismo.

Ao estabelecer a Psicologia Histórica, esclareceu que sendo a Psicologia o conhecimento científico da função mental, deve, necessariamente, manter relações estreitas com o conhecimento científico da função social, a Sociologia que deve, também, necessariamente, manter estreito entrosamento com as disciplinas históricas. Será uma psicologia coletiva que estuda as massas humanas atuais e que estenda suas conclusões às massas de antigamente, às massas históricas e verifique o que o homem deve ao seu meio social: psicologia coletiva; o que o homem deve a seu organismo específico: psicologia específica ou psicofisiologia; e o que o indivíduo deve às particularidades individuais de sua fisiologia, à sua estrutura, aos acidentes de sua vida social: psicologia diferencial.

Obras: "Combats pour l'Histoire".

"Problème de l'Encroyance au XVIe. Siècle".

"Philippe II et la Franche- Comté".

"La Terre et L'Evolution Humaine".

"Le Rhin".

"Luther".

- Marc Bloch -

Parceiro inicial, disse ser a História a ciência dos homens no tempo, como estudo das sociedades sem excluir o estudo do indivíduo; e que a História visa a compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente; que o presente interroga o passado.

Recomenda a crítica histórica.

Foi um dos pioneiros na história das mentalidades.

Obras: "Société Féodale". Paris. 1940.

"Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française". Paris. 1931.

"L'Histoire Sociale, Source e Méthode". PUF. Paris. 1967.

"Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien".

- Fernand Braudel -

Terceiro diretor dos "Annales": Aprofundou o estudo do espaço e do tempo e o uso das outras ciências para a análise histórica.

No estudo do tempo, distinguiu Braudel três níveis quanto à sua duração: nível dos acontecimentos, história episódica, prazo curto; nível intermediário, história conjuntural, ritmo mais lento, prazo semilento ou semicurto; e nível longo, história estrutural, maior duração, prazo longo.

Constatou também níveis evolutivos das estruturas, dizendo que as estruturas econômicas mudam mais rapidamente; as estruturas sociais em ritmo mais lento; e as estruturas mentais, mais lentamente ainda.

Obras: "Science des Sciences de l'Homme".

"Écrits sur l'Histoire".

"La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Felipe II".

- Pierre Vilar -

Defende uma melhor compreensão entre economistas e historiadores.

- J. Kruithof -

Pugnou pela aproximação da História com a Sociologia para o estudo das estruturas com sua evolução.

- Ignace Meyerson -

Efetivou a prática da Psicologia na História.

Obras: "Les Fonctions psychologiques et les Oeuvres".
Paris. 1948.

- Jean L'Homme -

Pugnou pela colaboração entre historiadores e economistas.

Demonstrou a utilidade da História Econômica para o historiador.

- Ernest Labrousse -

Efetivou o estudo das estruturas sociais e, acima de tudo, o estudo das conseqüências sociais da conjuntura econômica.

Obras: "La Crise de l'Économie Française à La Fin de L'Encien Régime et au début de la Révolution".
Paris. 1944.

"Esquisse du mouvement des prix et des revenus em France aus XVIII Siècle". Paris. 1933.

"Novas vias para uma História da Burguesia Ocidental nos Séculos XVIII e XIX". (Congresso de Ciências Históricas, em Roma. 1955.

- George Lefebvre -

Efetivou estudo das estruturas sociais.

Obras: "Les Paysans du Nord Pendant la Revolution Française". Paris. 1924.

Merecem citação, também: J. Meuvret, G. Imbert, R. Baehrel, Henri-Irinée Marrou, François Simiand, François Furet, Jacob M. Price, Pierre Channu, Jean Bouvier, Jean Marczewsky, Robert Mandrou, Jean Piaget, Claude Lévi-Strauss, Henri Sée, Lucien Goldman e Henri Pirenne.

O PROBLEMA DA OPERACIONALIDADE DA HISTÓRIA

XV - O PROBLEMA DA OPERACIONALIDADE DA HISTÓRIA

1 - A existência do problema

Muitos anos já se foram, para uns mais, para outros menos, desde que se estuda a história do homem, no interesse mais de compreendê-la do que propriamente de julgá-la. E, poderíamos acrescentar: como é mais recomendável e como é mais prudente.

Não sou de dizer que o conhecimento histórico é o mais alto, o mais útil e excepcional conhecimento, mas sou de exaltá-lo por sua utilidade e por uma questão de escolha.

Como conhecimento específico contribui poderosamente para o conhecimento geral, do qual todas as ciências, e ela, a História, inclusive, são vertentes e subsidiárias.

O aprofundamento em qualquer aspecto da vida e do passado deixa sempre mais claro a intercomplementaridade substancial e indispensável.

Todas as disciplinas, portanto, são vizinhas sem muros. Dividem-nas, apenas, linhas imaginárias, no respeito às peculiaridades de cada território e à maneira de agir dos seus habitantes.

No território da História muito se construiu as idéias que nele se movimentam e dinamizam tanto que faz temer um tumulto.

Acho que não devemos transformar nossa construção histórica numa torre de Babel. A confusão já havida, os desentendimentos frequentes poderiam levar à situação inicial de nada saber, sufocados todos pela avalanche de teorias contraditórias, de interpretações, objetivos e conteúdos conflitantes. Isso poderia determinar a destruição do que está a duras penas construído e a partida em di-

reções opostas dos que queriam conviver no ápice de suas construções, mais próximos da verdade - um objetivo legítimo porém difícil.

A ascensão à qualificação como ciência, desde o último século, constitui a realização de um dos seus mais altos objetivos. E a existência no mundo atual de quase todos os sistemas políticos, econômicos e sociais, implantados e em pleno funcionamento, fazem do mundo de hoje um imenso laboratório em plena atividade. Todos os experimentos estão à vista. A História adquire a possibilidade de experiências, de observar repetições, o que, não ocorrendo no passado, abria caminhos para a contestação do seu caráter científico.

Não são, é óbvio, repetições de clareza e precisão das repetições biológicas, físicas ou químicas, mas contêm e apresentam os elementos que muitas vezes bastam ao objetivo de compreender os fatos, as conjunturas e as estruturas.

Cabe considerar, a esta altura dos objetivos e dos métodos da ciência histórica, o problema da operacionalidade ou não da História.

Antes não considerado problema, pois era abordado como axioma, a não operacionalidade da História não chegou, conseqüentemente, a ser discutida. O fenômeno era apontado como uma das causas irreversíveis de sua pouca estruturação e, portanto, de sua vulnerabilidade ou adaptabilidade às inovações.

Na concepção atual, no entanto, parece-nos que esse aspecto da História evoluiu, ao menos, para a formulação interrogativa: não será a História também operacional, como outras ciências sociais ou humanas o são?

Com efeito, se ela está respondendo a perguntas formu-

ladas pelo nosso presente, suas respostas têm um sentido de solução e destinam-se a uma aplicação, a uma ação sobre o concreto.

Parece, assim, que ela pode motivar, (isso é antigo) determinar e orientar uma ação concreta, material, que visa a mudanças nos comportamentos políticos, sociais, econômicos e morais em favor do bem-estar humano.

Giambattista Vico (1) (século XVIII) demonstrou como o pensamento histórico é construtivo e crítico e contestou a teoria do conhecimento de Descartes que não considera a História um ramo do saber. Foi o início de uma nova e fecunda concepção.

Benedetto Croce, bem mais recente, é bem claro ao dizer que "do mesmo modo que à vida da ciência, a cultura histórica é necessária à vida moral e política, na qual sua ausência ou deficiência é seguida de um empobrecimento, de uma tendência à inação, de um deixar-se esmagar pela imaginação do transcendente, conforme se observa em certas tendências de alguns povos do Oriente, que por isso, proverbialmente e simplificando, costuma ser considerado, sob este ponto, a antítese do Ocidente". (2)

No pré-prefácio de "A História como Ciência Social", Pierre Channu (3) diz: "Minha intenção é provar a uns e a outros que a História, tal como ela é estudada atualmente, pode levar a alguma coisa". E mais adiante, na Introdução da mesma obra é taxativo: "O lugar da História quase não deixa, portanto, necessariamente, de crescer, havendo uma correlação bastante estreita entre o nível do desenvolvimento, a complexidade social,

(1) Vico, Giambattista.

(2) Croce, Benedetto.

(3) Channu, Pierre. "A História Como Ciência Social. Rio. Zahar Editores. 1976.

por um lado, e o lugar e o nível do conhecimento histórico, pelo outro".

Entre nós, José Honório Rodrigues, em "Vida e História" (1) depois de comentar o pensamento de Treitschke sobre o presente, diz que "a história existe na escola do presente, é uma força de transformação. É uma vivência que serve especificamente para fabricar um destino. A História serve para transformar o mundo", e em "História, Corpo do Tempo" diz que a História "deve ser um instrumento de formação da consciência nacional, de identificação e integração nacional e social, um fator decisivo de progresso e desenvolvimento". E acrescenta: "A História, como ensinava Huizinga, tem sempre um valor potencial".

Parece-nos que ela é, realmente, operacional, como tem sido demonstrado por vários autores modernos e contemporâneos, sobretudo no estudo dos aspectos demográficos, das crises de subsistência, dos preços, dos portos, das rotas, das empresas e do tráfico comercial.

A operacionalidade da História tem nos preocupado no Brasil. As reuniões periódicas dos professores universitários de História têm estudado o tema e feito algumas recomendações no sentido de que a colaboração dos historiadores seja realmente substancial e efetiva, inclusive porque eles, na investigação e no ensino universitário "devem preocupar-se também com uma dimensão social" como determina Amaral Lapa no seu "A História em Questão" (2)

(1) Rodrigues, J. H. "Vida e História". Rio. Civilização Brasileira. 1966. "História, Corpo do Tempo". São Paulo. Editora Perspectiva. 1976. Pag. 16.

(2) Amaral Lapa, José Roberto. "A História em Questão". Rio. Vozes. 1976. pag. 180

2 - Na historiografia brasileira

A historiografia brasileira registra, atualmente, uma adesão formidável às novas orientações nos estudos históricos.

Mas, no passado, alguns nomes devem ser registrados pelo pioneirismo nas idéias e na consideração de uma História racional e mais útil.

Relacionamos, a seguir, os nomes que devem ser objeto de estudo pelos temas de que tratam e pelas colocações e problemas que levantam.

ANTECEDENTES:

Varnhagem

Euclides da Cunha

Oliveira Viana

Capistrano de Abreu

DEPOIS:

Paulo Prado

José Maria dos Santos

Caio Prado Junior

Celso Furtado

Gilberto Freire

José Honorio Rodrigues

Sérgio Buarque de Holanda

Roberto Simonsen

Nelson Wernech Sodré

Rodolfo Garcia

Otávio Tarquínio de Sousa

Américo Quintas
Florestan Fernandes
Jacob Gorender
Edgard Carone
Ciro Flamarion S. Cardoso
Armando Souto Maior
Otavio Iani
Carlos Guilherme Mota
Fernando Henrique Cardoso
Paula Beiguelman
Antonio Cândido
Dante Moreira Leite
Fernando de Azevedo
Spencer Leitman
Rui Facó
Fernando Antônio Novais
Emília Viotti da Costa
Virgílio Santa Rosa
José Antônio Gonçalves de Melo Neto
Júlio José Chiavenatto
Maria Luísa Marcílio
Luís Lisanti
Kátia de Queirós Matoso
Arnaldo Daraya Coutier
Verena Martinez Alier
Cecília Westphalen
Vítor Nunes Leal
João Cruz Costa
Alice Pffer Canabrava

Raimundo Faoro
José Roberto do Amaral Lopo
Francisco Iglésias
Inácio Rangel
Wanderley Guilherme
Hélio Jaguaribe
Alfredo Ellis Junior
Viana Moog
Roberto Schwarz
Maria Sílvia C. Franco
Juarez Lopes
L. A. Costa Pinto
J. A. Giannotti
Luíz Pereira
Marialice Foracchi
Maria Sylvania de Carvalho Franco
Boris Fausto
Alfredo Bosi
José de Sousa Martins
Otaviano Nogueira
Paulo Bonavides
Odilon Nogueira
José Otávio
Vamireh Chacon
Hamilton de Mattos Monteiro
Antonio Barros de Castro
Peter L. Eisenberg
Theo Santiago
J. Lambert

Leslie Lipson

Otacílio Nogueira

Gadiel Perucci

Americo Jacobino Lacombe

Dea Ribeiro Fenelon

Jacques Lambert

Virgilio Santa Rosa

Paulo Mercadante

Darcy Ribeiro

Antonio Carlos Vilaça

VISÃO CONTEMPORÂNEA DA HISTORIA
E A COMPREENSÃO DO MUNDO PELO HISTORIADOR

XVI - VISÃO CONTEMPORÂNEA DA HISTÓRIA E A COMPREENSÃO DO MUNDO PELO HISTORIADOR

O interesse pelo passado do homem, da humanidade, da sua história, enfim, é encontrado nas sociedades antigas, principalmente a partir da fase em que o homem começou a preocupar-se consigo próprio, iniciando o primeiro movimento humanista, contra todo um longo período teológico anterior, em que o principal eram os deuses.

Com maior ou menor prestígio, a procura de conhecimento sobre o tempo passado nunca mais se ausentou das atividades intelectuais dos povos mais civilizados.

Mas, como dizem Jean Ehrarde e Palmade, "a História é memória da humanidade, mas não é suficiente recordar para ser historiador". (1)

E quando a consciência do científico tomou conta do mundo pensante, a História beneficiou-se das concepções de verdade, das técnicas de pesquisa, de crítica e de interpretação. E com esse caráter científico se tornou mais forte entre as ciências humanas. Com os novos instrumentos reviu conceitos anteriores e as visões muito simplista que havia cultivado do homem e das sociedades do mundo anterior.

Suscitou discussões intensas sobre a legitimidade ou não dessas novas posições e da sua própria identidade, fez surgirem e desaparecerem escolas. Inspirou-se em Deus e inspirou-se no materialismo. Surgiu eclética numa neutralidade que

(1) Ehrarde, Jean e Palmade. "L'histoire". Collection U. 1964.

não perdura muito e não tem tanta consistência, porque nela existe uma coisa singular mais intensamente que nas demais ciências humanas: é o homem estudando o próprio homem, aquele que passou e que pode ser responsável pelo seu presente.

O seu conteúdo aumentou porque sua dimensão está na razão direta do tempo e do espaço, vividos e ocupados e constantemente acrescidos. Cresceu também porque todos os aspectos da vida passaram a interessar, toda a cultura e não somente a civilização, de todos os povos e não somente dos beneficiados com a hegemonia, de todos os homens e não somente dos líderes e condutores, de todos os continentes e não somente do continente politicamente superior.

A tarefa passou a ser grande demais para a figura isolada de um historiador e então ele se especializou ou passou a trabalhar em equipe. E apenas a síntese e a sua interpretação maior, a Filosofia da História, continuava a ser tarefa do homem só, no trabalho ascético porque requer retiro e silêncio, pelos que têm antes da sabedoria do conhecimento, uma sabedoria inata, amadurecida na reflexão e que os prepara para mergulharem de corpo e alma no mundo imenso dos acontecimentos passados, sem perder o equilíbrio de sua posição no dia que vive, de sua posição universal.

E, desse posicionamento em diante, inúmeras são as opções que a visão contemporânea da História oferece ao historiador e ao estudante, no âmbito da História Universal, quanto a tempo, lugar e aspectos da vida coletiva.

Que conteúdo estudar hoje? História Antiga, Média, Moderna ou Contemporânea? da Europa, da América? Ou tirar de todos esses tempos e lugares uma essência? Verificar os costumes, as lições dos

acontecimentos? Talvez uma mescla de tudo isso, sem querer que ela seja a mestra da vida.

É importante precisar essa opção, como preliminar. Parece-nos que para orientar para a vida, a História Antiga, sobretudo da Antiguidade Clássica, grega e romana, é imprescindível e insubstituível. Grécia e Roma têm lições imensas. Sua História tem a força de formar uma mentalidade líder, de elite, culta, como é da função da escola e da Universidade, mais do que qualquer outra História.

Ainda, o seu conhecimento motiva para a História do Renascimento e dos Tempos Modernos. Evidentemente, surgirá uma curiosidade para a fase de intermezzo, esse fosse ou gap, como se poderia chamar hoje aquela fase das invasões e barbarismo, até que o Cristianismo começou a emitir energia e luz, preparando o mundo europeu para fazer nascer as cogitações mais altas do espírito e sua manifestação, através da literatura e da arte.

Depois, uma pausa reflexiva sobre o que ocorre no mundo dos nossos dias, um olhar sobre o vasto universo que cobre a superfície habitável do planeta, suscitam aquelas mesmas perguntas e questões que os primeiros filósofos formularam como objeto de suas especulações. Então, conseqüentemente, a indagação: de onde vem a humanidade? para onde vai a humanidade? Quais os fatores fundamentais que influem no seu desenvolvimento?

Com efeito, desde que se inicia na História a consideração do homem, desde que a preocupação máxima se desloca dos deuses para o próprio homem, sua origem, seu destino, as influências que sofre no seu comportamento enchem a imaginação dos continuadores daqueles que iniciaram na Grécia a filosofia pura, na sua essência, no seu conteúdo geral e nos seus objetivos descomprometidos.

Talvez, como tem sido notado, o ambiente de uma terra mediterrânea, de um céu sempre claro, de montanhas muito próximas, tenha proporcionado a homens muito identificados com a natureza e com a vida que estava limitado pelo seu mar, ou passava por ele constantemente, os fundamentos de uma filosofia que se tornou permanente.

Nasce aí, também, o procedimento de usar os acontecimentos passados como elementos circunstanciais para dizer-se de onde veio, para onde vai e como vive a humanidade.

Desde então pensou-se filosoficamente sobre a História. E se indagou tanto, nas palavras dos primeiros historiadores, que logo em seguida muita coisa se delineava para além do pensamento do historiador comum, daquele que se limitava a reconstituir o passado, a simplesmente relatar os fatos.

E, de todas as indagações, parece-nos que as questões fundamentais surgidas, ainda são as de hoje: sentido da História, duração, processo de desenvolvimento, vida da sociedade, progresso, influências dominantes, religião, Geografia (complexo espaço-tempo), concepções Ptolomaica e Coperniana, cultura e civilização.

E mais: não será que hoje, numa sociedade que planifica todas as ações, determina a sua ação política, social, econômica e tecnológica em vista de objetos a curto, médio e longo prazos, a História está a depender mais do futuro que se pretende do que normalmente do passado? Que ela depende de ambos, parece incontestável, o que já constitui uma inovação, pois, até bem pouco, somente considerávamos o passado como influente nas ações humanas, principalmente nas ações coletivas.

Das expressões de filósofos da História, sociólogos e cientistas sociais podemos concluir, modernamente, que a História não

se aprende, mas se compreende. Com efeito lemos em Henry Steele Commager que "a tarefa do historiador não é julgar, mas compreender".

(1) Em Lucien Goldman que "estudar a história é primeiramente tentar compreender as ações dos homens, os móveis que os moveram, os fins que perseguiram, a significação que para eles tinham seus comportamentos e suas ações!". (2) Em Collingwood confirmando pensamento de Hegel que "a tarefa do historiador não é saber o que as pessoas fizeram mas compreender o que elas pensavam". (3) E em Ciro Flamerion Cardoso e Hector Pérez Brignoli que "o historiador só pode aspirar a uma "compreensão intuitiva dos homens do passado". (4)

Finalmente, o historiador tem que compreender o Mundo, o presente pelo passado, o passado pelo presente, na opinião de Marc Bloch. E para ir mais longe, tem que fazer compreender, porque, como o mesmo autor interroga: "Tendo os homens por objeto de estudo, se os homens não conseguirem compreender-nos, como não havemos nós, historiadores, sentir que ficamos apenas a meio caminho da nossa missão?"

(1) Commager, Henry Steele. "Iniciação ao Estudo de História" Rio. Zahar Editores. 1967 . Pag. 96

(2) Goldman, Lucien. "Ciências Humanas e Filosofia". São Paulo. Difel. 1972. Pag. 25.

(3) Collingwood, R. G. "A Idéia de História". Lisboa. Editorial Presença. Pag. 187.

(4) Flamerion Cardoso, Ciro. "Os Métodos da História". Rio. Graal. 1979. Pag. 427

F I N A L

XVII - FINAL

Dizer que a História deve responder às questões formuladas pelo presente para orientá-lo, tem um sentido muito profundo do seu comprometimento com as comunidades humanas.

É muito diferente de fazer da História uma Pitonisa, sempre prestes a responder aquilo que convém aos governantes, a dizer presságios agradáveis aos seus propósitos políticos.

Sem esquecer, no entanto, e sem desdenhar de uma dose de sentimento humano, de fraternidade, necessários contra a aridez e a materialidade bruta do que seriam determinações ou ordens das suas conclusões.

Ritter von Srbik, austríaco deste século, encerrando o X Congresso Internacional de História, em 1955, em Roma, disse que "só pode compreender quem trabalha também com o coração".

Temos de ter da nossa visão de uma história total, algo sensível e belo como aquela visão de Saint-Exupéry quando, voando num fim de tarde sobre a Patagônia, via que as casas isoladas, num espaço tão grande, abaixo, na noite que chegava, apagavam suas luzes diminutas e "se fechavam sobre a sua alegria ou sobre a sua dor".

O historiador moderno tem a visão e percepção do mundo, de quem está numa nave espacial, muito além da montanha de Bessuet, muito além da altura de Saint-Exupéry e vê seu hoje pequeno mundo apagar ou acender suas luzes, de tempos em tempos, nos seus festivais freneticamente iluminados ou em sinais isolados e intermitentes de socorro.

E nós, individualmente, não querendo colaborar na

grande apreensão que fará doer as cabeças pensantes do nosso século, pelo estado emocional ou pelos resíduos das dificuldades acumuladas no tempo, proclamamos, do restrito e modesto sítio das nossas atividades, a convicção de que o homem não está sozinho na formulação da sua História nem brutalmente entregue a fatores materiais e externos. Acima dele há o que se tem chamado e que se haverá de ver no final do tempo total: o Senhor da História.

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

- 01 - Glénisson, Jean. "Iniciação aos Estudos Históricos". São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1961.
- 02 - Rodrigues, José Honório. "Teoria da História do Brasil". São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957.
- 03 - Besselar, José Van Den. "Introdução aos Estudos Históricos". São Paulo. Harder. 1968.
- 04 - Torres, João Camilo de Oliveira. "Teoria Geral da História". Petrópolis - R.J. Vozes. 1963.
- 05 - Bauer, Guillermo. "Introducción al Estudio de la Historia". Barcelona. Bosch Casa Editorial. 1952.
- 06 - Commager, Henry Steele. "Iniciação ao Estudo da História". Rio. Zahar, 1967.
- 07 - Langlois, Ch. V. e Seignobos Ch. "Introduction aux Études Historiques". Paris.
- 08 - Scotwell, James T. "A Interpretação da História e outros ensaios". Rio. Zahar. 1967.
- 09 - Lowith, Karl. "El Sentido de la Historia". Madrid. Aguilar. 1956.
- 10 - Jaspers, Karl. "Origem y Meta de la Historia," Segunda Edición Madrid. Revista de Occidente. 1953.
- 11 - Lacombe, P. "La Historia Considerada como Ciencia". Buenos Aires - México. Espasa, Calpe. 1948.
- 12 - Besselar, Van Den. "As Interpretações da História Através dos Séculos". São Paulo. Harder. 1957-1958.
- 13 - Croce, Benedetto. "Teoría e História de la Historiografía". Buenos Aires. Ediciones Imám. 1953.

- 14 - Croce, Benedetto. "A História, Pensamento e Ação". Rio. Zahar. 1954.
- 15 - D'Ors, Eugênio. "La Civilizacion en la História". Buenos Aires. Editorial Sudamericana. 1953.
- 16 - Maritain, Jacques. "Sobre a Filosofia da História". São Paulo. Herder. 1962.
- 17 - Agostinho, Santo. "A Cidade de Deus". São Paulo. Editora das Américas. 1961.
- 18 - Coulange, Fustel de. "A Cidade Antiga". Lisboa. Livraria Clássica Editora, 2º Volume. 1954.
- 19 - Toynbee, Arnold. "Um Estudo de História". Rio-São Paulo. W. M. Jackson, Inc. 4 Volumes. 1953.
- 20 - Hegel. "Lecciones Sobre la Filosofía de la Historia Universal". Madrid. Revista de Occidente, 2 Volumes. 1953.
- 21 - Aron, R. "Dimensions de la Conscience Historique". Paris. Union Générale D'Éditions. 1961.
- 22 - Daniélou. "Sobre o Mistério da História". São Paulo. Editora Herder. 1964.
- 23 - Iacroy, Jean. "História e Mistério". São Paulo. Editora Duas Cidades. 1967.
- 24 - Collingwood, R. G. "A Idéia de História". Lisboa. Editorial Presença.
- 25 - Gardiner, de Patrick. "Teorias da História". Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1964.
- 26 - Plekhanov, George. "O Papel do Indivíduo na História", 2a. Ed. Lisboa. Editora Antidoto. 1977.
- 27 - Gramsci, Antônio. "Concepção Dialética da História", 3a. Ed. Rio. Editora Civilização Brasileira. 1978.

- 28 - Ricoeur, Paul. "História e Verdade". Rio. Editora Forense. 1968.
- Schaff, Adam. "História e Verdade". Lisboa. Editorial Estampa. 1974.
- 29 - Bloch, Marc. "Introdução à História". Lisboa. Publicações Europa-América. 1965.
- 30 - Bossuet. "Discours Sur L'Histoire Universelle". Paris. Garnier Flammarion, 1966.
- 31 - Carr, E. H. "Qué es la Historia". Barcelona. Seix Barral. 1966.
- 32 - Marrou, Henri Irénée. "Sobre o Conhecimento Histórico". Rio. Zahar Editores. 1970.
- 33 - Heilbroner, Robert L. "O Futuro Como História". Rio. Zahar Editores.
- 34 - Cardoso, Ciro Flemarion e Brignoli, Hector Pérez. "Os Métodos da História". Rio. Graal Editora. 1979.
- 35 - Lefort, C. "As Formas da História". São Paulo. Editora Brasileira. 1979.
- 36 - Febvre, Lucien. "Combats pour L'Histoire". Paris. Librairie Armand Colin. 1965.
- 37 - Chaunu, Pierre. "História Como Ciência Social". Rio. Zahar Editores. 1976.
- 38 - Marcilio, Maria Luiza. "Demografia Histórica". São Paulo. Pioneira Editora, Coleção Novos Umbrais. 1977.
- 39 - Escobar, Carlos Henrique. "Ciência da História e Ideologia". Rio. Editora Graal. 1979.
- 40 - Escobar, Carlos Henrique. (organizados) "Psicanálise e Ciência da História". Rio. Editora Eldorado. 1974.

- 41 - Le Goff, de Jacques e Pierre Nora. "História. Novos Problemas. Novas Abordagens. Novos Objetos". Rio. Francisco Alves Editora. 1976.
- 42 - Védrine, Héléne. "As Filosofias da História". Rio. Zahar Editores. 1977.
- 43 - Heller, Agnes. "O Quotidiano e a História". Rio. Editora Paz e Terra. 1972.
- 44 - Munford, Lewis. "A Condição de Homem", 2a. Ed. Porto Alegre. Editora Globo. 1955.
- 45 - Munford, Lewis. "A Conduta da Vida". Belo Horizonte. Editora Itatiaia. 1959.
- 46 - Marczewski, Jean e Viler, Pierre. "Que és la Historia Quantitativa"? Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision. 1973.
- 47 - Villada, Zacarias Garcia. "Conceito, Evolução e Filosofia da História". Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1942.
- 48 - Roma, Carlos M. "Teoria de la Historia. Introduccion a los Estudios Históricos". Madrid. Tecnos. 1968.
- 49 - Zamora, Juan Clemente. "O Processo Histórico". Lisboa. Renascença.
- 50 - Hours, Joseph. "O Valor da História". Coimbra. Livraria Almedina.
- 51 - Brandel, Fernand. "Civilization, Materiel, Economie et Capitalisme aux XV et XVIII Siécle". Paris. Colin.
- 52 - Piaget, Jean. "Epistémologie des Sciences de l'Homme". Paris. Gallimard. 1972.
- 53 - Dilthey, Wilhelm. "Introdução às Ciências do Espírito". 1883.
- 54 - Berr Henri. "La Synthèse en Histoire". Paris. A. Michel.
- 55 - Foulquié, Paul. "La Dialectique". Paris. Presses Universitaires de France. 1976.

- 56 - Chararde, Jean e Palmade. "L'histoire". Paris. Collection U.
1964.
- 57 - Lapa, José Robert do Amaral. "A História em Questão". Petró-
polis. Editora Vozes. 1976.

PERIÓDICOS DE INTERESSE NO ESTUDO DA HISTÓRIA

PERIÓDICOS DE INTERESSE NO ESTUDO DA HISTÓRIA

- 1 - Revista de História - USP - São Paulo
- 2 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio
- 3 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. Norte - Natal
- 4 - Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Rio
- 5 - Revista Civilização Brasileira - Rio
- 6 - Revista "Ciência e Cultura" da SBPC - São Paulo
- 7 - Revista Brasileira de Estudos Políticos - Belo Horizonte
- 8 - Revista Brasileira de Ciências Sociais - Belo Horizonte
- 9 - Revista de Ciência Política - Fundação Getúlio Vargas - Rio
- 10 - Revista do Instituto de Estudos Brasileiros - São Paulo
- 11 - Revista "Tempo Brasileiro" - São Paulo
- 12 - Revista "Debate e Crítica" - São Paulo
- 13 - Educação - MEC - Brasília
- 14 - Cultura - MEC - Brasília
- 15 - Argumento - São Paulo
- 16 - Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas - Rio
- 17 - Reviste de Occidente - Madrid
- 18 - Anais do Museu Imperial - Rio
- 19 - Anais do Congresso de Escritores - Rio
- 20 - Anais dos Congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Rio
- 21 - Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Rio
- 22 - Anais dos Simpósios Nacionais da Associação dos Professores Universitários de História - São Paulo

- 23 - Anais dos Simpósios Nacionais Sobre História e Desenvolvimento - Rio
- 24 - Cahiers d'Histoire - Paris
- 25 - Revue Historique - Presses Universitaire de France - Paris
- 26 - Cahiers Vilfredo Pareto (Genebra - Droz)
- 27 - Annales. Economies, Sociétés, Civilizations - Paris
- 28 - Cahiers des Annales - Armand Colin - Paris

f N D I C E

Í N D I C E

Página

I - Introdução.....	4
II - Evolução do conceito de História	25
1 - A História antes dos historiadores	25
2 - Acepções do termo História	26
3 - Assunto da História	26
4 - Classificação dos fatos históricos.....	27
5 - Causas dos fatos históricos	29
5.1 - Causa Primeira	30
5.2 - Causas pessoais	31
5.3 - Causas acidentais ou físicas	33
5.4 - Causas psicológicas	34
5.5 - O ambiente social como causa	35
5.6 - A cultura como causa	37
5.7 - Religião	38
6 - Destaque dos fatores econômicos	39
7 - Conceito	42
III - Objeto e conteúdo da História	44
1 - Objeto	44
2 - Conteúdo	46
2.1 - Diversidade da ação dos agentes	46
2.2 - Tendência à predominância do aspecto econômico..	48
2.3 - O conteúdo histórico no ensino	49
2.4 - Finalidade maior: compreender e interpretar...	
para influir na ação	53
IV - Caráter científico da História	55
1 - Preliminar - As formas de exposição da História	55

1.1 - Narrativa	55
1.2 - Pragmática	57
1.3 - Genética	58
1.4 - Imediata	59
1.5 - Reflexiva	60
1.6 - Filosófica	60
2 - O Caráter científico	61
V -Etapas do desenvolvimento da História	64
1 - Visão geral	64
2 - Fundamentação Filosófica	65
3 - Etapas do desenvolvimento dos estudos de História	67
4 - Períodos anti-história	67
VI -Considerações antigas e modernas sobre o tempo na História .	69
1 - A importância do tempo	69
2 - O momento do fato histórico	69
3 - O paleolítico superior e a noção de futuro	71
4 - Um progresso no início: a medição do tempo	71
5 - Qualidade do tempo. Os gregos	72
6 - Duração do tempo. Os romanos	73
7 - A datação necessária na sociedade medieval	75
8 - O valor do tempo. Conquista moderna	75
9 - O tempo na escola histórica francesa	77
VII -Periodização	80
1 - O tempo dividido	80
2 - Periodização entre os gregos e romanos	81
3 - Periodização baseada na Bíblia	81
4 - Periodização das três Idades, no Renascimento	82
5 - Uma nova Idade, a Contemporânea	83
6 - As divisões temáticas	84
7 - As Epifanias de Eugenio D'Ors	85

VIII - As determinantes geográficas da História	88
1 - A constância das causas acidentais	88
2 - O complexo espaço-tempo	93
3 - A nova unidade de medida	95
4 - Outros fatores da conquista do espaço	96
IX - A Erudição e a autenticidade da História	100
1 - A Erudição	100
2 - Para uma melhor fundamentação da História	105
3 - Ciências e disciplinas auxiliares	109
X - História e Pesquisa	116
1 - Pesquisa e fato histórico	116
2 - Pesquisa e documento	119
3 - Evolução dos métodos de pesquisa	123
4 - A heurística	126
XI - Filosofia da História	133
1 - Preocupação do homem com o homem	133
2 - Geração espontânea	138
3 - Evolucionismo	139
4 - Providencialismo	140
5 - Concepção materialista	142
6 - Epicurismo	143
7 - A corrente materialista	144
XII - O historiador e os testemunhos	148
1 - Crítica histórica e interpretação	148
2 - Crítica externa e crítica interna	151
3 - Crítica externa	152
4 - Crítica interna	153
5 - Os métodos de ação da crítica histórica	155

XIII + O historiador e a História como arte e como ciência	160
1 - Arte e ciência	160
2 - Historiografia	163
XIV - A Escola Francesa ou dos "Annales"	167
1 - A partir de 1900	167
2 - História e Sociologia	170
3 - A História Psicológica ou História das Mentalidades ...	174
4 - A Consideração das estruturas	177
5 - História Quantitativa e Serial	178
6 - Concepções depois da Escola Francesa dos "Annales"	181
7 - Resultados da aplicação das quantidades e das séries estatísticas	182
8 - Destaque das contribuições	182
XV - O Problema da operacionalidade da História	188
1 - A existência do problema	188
2 - Na historiografia brasileira	192
XVI - Visão contemporânea da História e a compreensão do mundo pelo historiador	197
XVII - Final	203
Bibliografia	206

Reg: 2887/9